



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Autoridade Tributária de Moçambique

RELATÓRIO DE BALANÇO

**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016
E PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2017**



Março/2017

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1.1. COBRANÇA DE RECEITAS DOS IMPOSTOS INTERNOS E DOS IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERNO	9
<i>1.1.1. Contribuição dos Grandes Contribuintes</i>	10
<i>1.1.2. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos</i>	11
<i>1.1.3. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras</i>	12
1.2. PROJECTOS DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	12
<i>1.2.1. Projecto e-Tributação</i>	12
<i>1.2.2. Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte (PMSC)</i>	14
<i>1.2.3. Projecto da Janela Única Electrónica (JUE)</i>	15
<i>1.2.4. Projecto das Máquinas Fiscais</i>	16
1.3. PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL E ADUANEIRO	17
<i>1.3.1. Processos de Contencioso Fiscal e Processos Executivos</i>	17
<i>1.3.2. Processos de Contencioso Aduaneiro</i>	19
1.4. GESTÃO DOS REEMBOLSOS	20
<i>1.4.1. Reembolso do IVA</i>	20
<i>1.4.2. Reembolsos dos Impostos Sobre o Rendimento – IR (IRPS e IRPC)</i>	22
1.5. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO DE GESTÃO DE GRANDES CONTRIBUINTES	24
<i>1.5.1. Implementação da Figura do Gestor de Contribuintes</i>	24
<i>1.5.2. Critérios de Classificação dos Grandes Contribuintes</i>	24
1.6. MAXIMIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO PROVENIENTE DOS RECURSOS NATURAIS	25
1.7. MODERNIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE NEGÓCIO DA AT	26
<i>1.7.1. Análise e Melhoria dos Processos de Negócio da AT</i>	26
<i>1.7.2. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos</i>	26
1.8. EXPANSÃO DO SISTEMA DE INSPECÇÃO NÃO INTRUSIVA DE PESSOAS E BENS	29
II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	30
2.1. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO	30
2.2. ESTUDOS E PESQUISAS PARA O SUSTENTO DE MEDIDAS DE POLÍTICA TRIBUTÁRIA	31
2.3. MEDIDAS PARA O ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA	33
<i>2.3.1. Educação Fiscal e Aduaneira, e Popularização do Imposto</i>	33
<i>2.3.2. Cadastro Fiscal</i>	34
<i>2.3.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança</i>	35
2.4. REDIMENSIONAMENTO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DA AT	36

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

2.4.1. Fiscalizações e Auditorias Tributárias	36
2.4.2. Fiscalizações e Auditorias Pós-Desembaraço Aduaneiro	38
2.4.3. Cooperação Bilateral e Multilateral	39
2.4.4. Organização Mundial das Alfândegas (OMA)	42
2.4.5. Assuntos do Fórum das Administrações Fiscais Africanas (ATAF).....	42
2.4.6. Integração Regional e Acordos Multilaterais.....	42
2.5. IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJECTO DE FRONTEIRA DE PARAGEM ÚNICA(PFPU)	43
2.5.1. Implementação dos Postos de Fronteira de Paragem Única	43
2.5.2. Execução do Orçamento do PFPU	44
2.6. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	44
2.6.1. Situação Geral dos Recursos Humanos.....	44
2.6.2. Assuntos Sociais	45
2.7. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	46
2.7.1. Concurso de promoção para os funcionários da Carreira Básica Tributária (auxiliares).....	46
2.8. FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PLANIFICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	48
2.9. GESTÃO DO ORÇAMENTO	49
2.9.1. Execução do Orçamento	49
2.10. PATRIMÓNIO DA AT.....	51
2.10.1. Concursos e Contratos	51
2.10.2. Parque Mobiliário e Imobiliário da AT.....	51
2.11. GESTÃO DOCUMENTAL NA AT	52
III. ACCÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS	54
3.1. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS	54
3.1.1. Inspecções Administrativas	54
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES (MONITORIAS).	54
3.1.2. Controlo da Assiduidade e Pontualidade	54
3.1.3. Monitoria e Supervisão das Actividades dos Agentes e Supervisores do Controlo Interno	55
3.1.4. Inspecções Técnicas, Auditorias Internas	55
3.1.5. Promoção da ética e integridade	57
3.1.6. Modelo de Análise e Gestão Sistemática de Risco	57
3.1.7. Irregularidades do Pessoal e Controlo de Processos.....	58
IV. PERSPECTIVAS DE ACCÇÕES PARA 2017	59
4.1. NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS	59
4.2. NO ÂMBITO DA EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO.....	59

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

4.3. NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS.....	59
V. ANEXOS	60
ANEXO I. – DESEMPENHO DA COBRANÇA DE RECEITAS, POR UNIDADE DE COBRANÇA – 2016.....	60
ANEXO II. – DESEMPENHO DA COBRANÇA DE RECEITAS, POR RÚBRICAS –, 2016	61
<i>Anexo II.1. – Desempenho da Cobrança de Receitas da AT (Global).....</i>	<i>61</i>
<i>Anexo II.2. – Desempenho da Cobrança de Receitas dos Impostos Internos</i>	<i>62</i>
ANEXO III. – REGISTO ANUAL DE NUIT POR UNIDADE DE COBRANÇA E ACUMULADO DESDE 1999.....	64
ANEXO IV – RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM	65
ANEXO V. –FORMAÇÕES NO ÂMBITO DA JUE –2016	66
ANEXO VI. – REUNIÕES NO ÂMBITO DA OMA, OMA-ESA E CPLP	67
ANEXO VII. – MAPA DOS ENCONTROS NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL – 2016.....	69
ANEXO VIII. – PARQUE DE VIATURAS DA AT – 2016.....	71
ANEXO IX. – PARQUE IMOBILIÁRIO DA AT –DE 2016.....	71

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita -2015/2016	9
Tabela 2. Evolução Global da Receita do Estado – 2016	10
Tabela 3. Cobrança nas UGC – 2016.....	10
Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos em 2016	11
Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras no em 2016	12
Tabela 6. Declarações Processadas por Regime - 2016.....	16
Tabela 7. Resumo de Processos do Contencioso Fiscal – 2016.....	17
Tabela 8. Resumo de Processos Executivos – 2016	18
Tabela 9. Processos Executivos por Faixa Etária –. 2016.....	19
Tabela 10. Processos do Contencioso Aduaneiro –2016	20
Tabela 11. Pedidos de Reembolso do IVA – 2016	20
Tabela 12. Processos Tratados do Regime Normal – 2016	21
Tabela 13. Processos Tratados do Regime de Diplomatas– 2016.....	21
Tabela 14. Reembolso de IR (IRPS/IRPC) –. 2016.....	22
Tabela 15. Reembolso do IRPS. –. 2016	23
Tabela 16. Reembolso de IRPC – 2016	23
Tabela 17. Distribuição dos Grandes Contribuintes – 2016	24
Tabela 18. Registo de Contribuintes em 2016	34
Tabela 19. Matérias Colectáveis e Impostos Apurados	36
Tabela 20. Impostos Apurados pelas DAF/UGC.....	37
Tabela 21. Resumo global dos impostos apurados nas auditorias	37
Tabela 22. Resumo de Impostos Cobrados	38
Tabela 23. Processos Analisados e Impostos Apurados	38
Tabela 24. Análise comparativa da Receita 2015/2016.....	39
Tabela 25. Distribuição de funcionários por Faixa Etária.....	44
Tabela 26. Distribuição de funcionários por Carreira e Género	45
Tabela 27. Distribuição de Funcionários por Região.....	45
Tabela 28. Distribuição dos Membros do Fundo Social por Região	46
Tabela 29. Balancete de Execução do Orçamento em 2016	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Receita Total Cobrada em 2015/2016.....	9
Gráfico 2. Estrutura da Receita Global Cobrada em 2016.....	10
Gráfico 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes – 2016	11
Gráfico 4. Processos de Execução Fiscal, em milhões de MT.....	18
Gráfico 5. - Matérias Colectáveis e Impostos Apurados.....	37
Gráfico 6. Execução do Orçamento em 2016	49

Abreviaturas

AT – Autoridade Tributária de Moçambique
ATAF – Fórum Africano das Administrações Tributárias
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças;
CITES – *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*
COMESA – *Common Market for Eastern and Southern Africa* (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
CPISE – Comissão para Normalização de Informação e Segredo de Estado
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
DFID – *Department for International Development*
e- SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado
EAC – *East African Community*
ENI – *Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A*
EPA – *Economic Partnership Agreements*
ETPM – *Enterprise Taxation Police Management*
EU – *European Union*
FMI – Fundo Monetário Internacional
GCCC – Gabinete Central de Combate à Corrupção
GCI – Gabinete de Controlo Interno
GED – Gestão Electrónica de Documentos
GNL – Gás Natural Liquefeito
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional;
IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária
IGF – Inspecção Geral de Finanças
INATTER – Instituto Nacional de Transportes Terrestres
INIP – Inspecção Nacional da Investigação Pesqueira
ISFET – Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários
MAGTAP – *Mining and Gas Technical Assistance Project*
MIREME – Ministério de Recursos Minerais e Energia
OCAM – Ordem de Contabilistas e Auditores de Moçambique
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda (Produtora de Software)
PMSC – Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte
QA – Garantia de Qualidade
SGMF – Sistema Informático para a Gestão das Máquinas Fiscais
TEEN – Terminal Especial de Exportações de Nacala
ZCL – Zona de Comércio Livre

SUMÁRIO EXECUTIVO

Para o ano de 2016, a Lei nº 9/2015, de 29 de Dezembro definiu o montante de 176.409,17 milhões de MT, como valor das receitas a serem arrecadadas pela Autoridade Tributária de Moçambique, instituição criada pela Lei nº1/2006, de 22 de Março e responsável pela determinação, cobrança e gestão das receitas públicas, nos termos do artigo 4, número 2.

O desempenho da Administração fiscal durante o ano em avaliação, foi influenciado por uma conjuntura económica, social e política adversas. Com efeito, a recessão económica internacional que ainda se faz sentir afectou o comportamento das principais variáveis macroeconómicas, como são os casos do PIB, inflação e Taxa de Câmbio que condicionaram de certa forma a cobrança de receitas, aliados à instabilidade político-militar.

Estes factores, ditaram a necessidade de se fazer reajustamentos em relação às projecções iniciais dos indicadores macroeconómicos, o que culminou com a revisão em baixa do orçamento inicialmente aprovado. Por via disso, a meta de cobrança de receitas foi fixada em 165.540,95 milhões de MT. Desta meta, foi cobrado o montante de 177.040,50 milhões de MT que corresponde a uma realização de 106,95%. Do total cobrado, 125.427,09 milhões de MT, que representam 114,41% são provenientes dos impostos internos e 51.613,41 milhões de MT, correspondentes a 92,32% são provenientes dos impostos sobre o comércio externo. Deduzidos os reembolsos do IVA solicitados, as receitas do Estado cobradas para o mesmo período passaram para 167.583,80 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 101,23% face a meta estabelecida.

Diversas acções concorreram para a cobrança acima referida dentre as quais a atribuição de 697.587 NUIT, fruto da realização de campanhas de educação fiscal e aduaneira e de popularização do imposto e da formação de 11.053 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, a realização de 913 auditorias (359 de impostos internos e 554 de impostos sobre o comércio externo), reforçadas por acções concretas de fiscalização e controlo à facturação, com enfoque na cobrança do IVA e que resultaram em conjunto na recuperação de 1.060,44 milhões de MT.

Durante o período em análise, foram ainda recebidos 953 pedidos de reembolso do IVA no valor de 13.010,99 milhões de MT, tendo sido pagos 786 pedidos no valor de 8.845,69 milhões de MT. Os processos pagos registaram um crescimento na ordem de 52,59% em termos de valor em resultado da implementação do mecanismo do IVA Líquido bem como da entrada em vigor da subconta virtual criada no sistema e-SISTAFE, para a qual é cativada uma percentagem da receita cobrada (16,5% do IVA cobrado), para fazer face aos pagamentos dos pedidos de reembolso das cobranças feitas em sede do IVA.

Para 2016 esperava-se que 100% de Contribuintes Pagantes de IVA passassem a pagar no sistema e-Tributação na Unidade de Cobrança ou via Banco. No entanto, de um total de 28.735 Contribuintes Pagantes de IVA, 10.690, distribuídos por 31 unidades de cobrança, pagam no e-Tributação, representando uma realização de 37,20 %. Para o ISPC esperava-se que 80% de Contribuintes Pagantes deste imposto pagassem no sistema e-Tributação na Unidade de Cobrança ou via Banco, no entanto devido ao não registo de todos contribuintes do ISPC no sistema a realização foi de 67,83 %.

Na componente da Janela Única Electrónica (JUE), foi programada a expansão do Sistema para Namoto e Negomano, que até ao final do período, a infraestrutura tinha sido montada, as comunicações estabelecidas e o pessoal formado para o início da operação. Aguardava-se pela emissão da Ordem de Serviço (OS) do início de operação. Pelas características dos locais espera-se o processamento de memorandos em trânsito. Foram processadas via JUE 264.565 processos no valor de 37.859,30 milhões de MT.

Durante o período, foram também elaboradas e submetidas a entidades superiormente competentes diversas propostas de revisão legislativa e, com vista a promoção da ética e integridade institucionais, foi feita a monitoria dos pacotes de inteligência transitados no ano anterior, relacionados com a recuperação da receita.

Enretanto, constrangimentos orçamentais foram factores inibidores para uma realização plena das actividades previstas. O orçamento aprovado foi de contenção tendo em conta o défice orçamental e a retracção dos parceiros de cooperação que apoiam o Orçamento do Estado, devido a razões de ordem conjuntural. Doutro lado não houve nenhum desembolso para o Fundo Comum da AT, contrariando as promessas feitas aquando da realização do plano. Estes problemas orçamentais tiveram impacto negativo, a destacar na implementação dos projectos de modernização tecnológica como o e-Tributação e as máquinas fiscais, na expansão dos serviços ao contribuinte e, na realização de acções de promoção da cidadania e alargamento da base tributária, como as campanhas de educação fiscal e adunaeira e de popularização do imposto.

INTRODUÇÃO

A conjuntura económica nacional e internacional, social e política exerceram uma grande influência nos processos da colecta da receita e nos resultados alcançados, onde se destacam: *(i)* a fraca capacidade de resposta da produção nacional para equilibrar a insuficiência das importações; *(ii)* a recessão dos preços da matéria-prima no mercado internacional; e *(iii)* a inflação, que desajustou o investimento interno e externo.

Não obstante os factores acima referidos a AT logrou superar a meta de arrecadação das receitas estabelecida para o período em 6,95% ao cobrar 177.040,50 milhões de MT para um programa de 165.540,95 milhões de MT, tendo contribuído para este desempenho, um conjunto de medidas organizacionais e operacionais. Dentre as medidas tomadas, destaque especial vai para as acções levadas a cabo com vista a correcção dos resultados e garantia do cumprimento da meta nos últimos 45 dias do ano, tomadas aquando da realização da Reunião Nacional de Planificação das Actividades para 2017, nomeadamente:

- Intensificação da fiscalização: *(i)* de mercadorias em circulação, *(ii)* das empresas que apresentam irregularidades na emissão de facturas, *(iii)* das fábricas de bebidas alcoólicas, *(iv)* dos armazéns de Regime Aduaneiro, e *(v)* das Zonas Francas;
- Cruzamento da informação do e-Sistafe e da JUE com vista a recuperação do IVA eventualmente não declarado;
- Intensificação do controlo das retenções na fonte do IRPC resultante da prestação de serviços pelas Empresas não residentes;
- Massificação da regularização de viaturas com matrículas em situação irregular;
- Verificação dos Benefícios Fiscais, bem como das Isenções constantes nos termos da autorização (Prazo e Legalidade);
- Aprimoramento do controlo de combustíveis e a examinação física das mercadorias nos portos de entrada e fronteiras; e
- Desenvolvimento de acções com vista a garantir que os contribuintes que foram objecto de auditoria/fiscalização efectuassem o pagamento dos impostos apurados antes da instauração do auto de notícia ou de transgressão, com vista a beneficiarem da redução da multa.

Para a realização das suas actividades a AT contou com um total de 4.169 funcionários, número este que reduziu relativamente aos 4.229 em actividade em igual período de 2015, correspondendo a uma redução de 1,42%, devido a ocorrência de 54 óbitos, 4 situações disciplinares e 2 licenças registadas.

Com vista a avaliação das actividades planificadas para o ano de 2016, foi elaborado o presente documento de balanço, respondendo de forma objectiva aos indicadores estabelecidos e alinhados às metas decada acção específica e distribuídas pelas três principais prioridades da AT, designadamente *(i)* – o Aumento da Arrecadação das Receitas do Estado; *(ii)* – a Expansão do Sistema Tributário; e *(iii)* – a Promoção da Ética e Integridade Institucionais.

As actividades aqui em avaliação, reflectem a operacionalização do Plano de Actividades e Orçamento Anual da AT de 2016 alinhado ao Plano Estratégico para o período 2015-2019. O relatório contém seis capítulos, compostos por: sumário executivo; a introdução; as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; actividades desenvolvidas no âmbito da expansão do sistema tributário; actividades desenvolvidas no âmbito da promoção de ética e integridade; e as perspectivas de acções para 2017.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

1.1.Cobrança de Receitas dos Impostos Internos e dos Impostos sobre o Comércio Externo

De um programa de cobrança de receitas estabelecido em 165.540,95 milhões de MT para o período de Janeiro a Dezembro de 2016, foi cobrado o montante de 177.040,50 milhões de MT que corresponde a uma realização de 106,95%, e a 25,78% do PIB a preços correntes. Do total cobrado, 125.427,09 milhões de MT, que representam 114,41% são provenientes dos impostos internos e 51.613,41 milhões de MT, correspondentes a 92,32% são provenientes dos impostos sobre o comércio externo. Deduzidos os reembolsos do IVA solicitados no valor de 9.456,70 milhões de MT, as receitas do Estado cobradas para o mesmo período passaram para 167.583,80 milhões de MT, o que corresponde a uma realização de 101,23% face a meta estabelecida, conforme ilustra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita -2015/2016

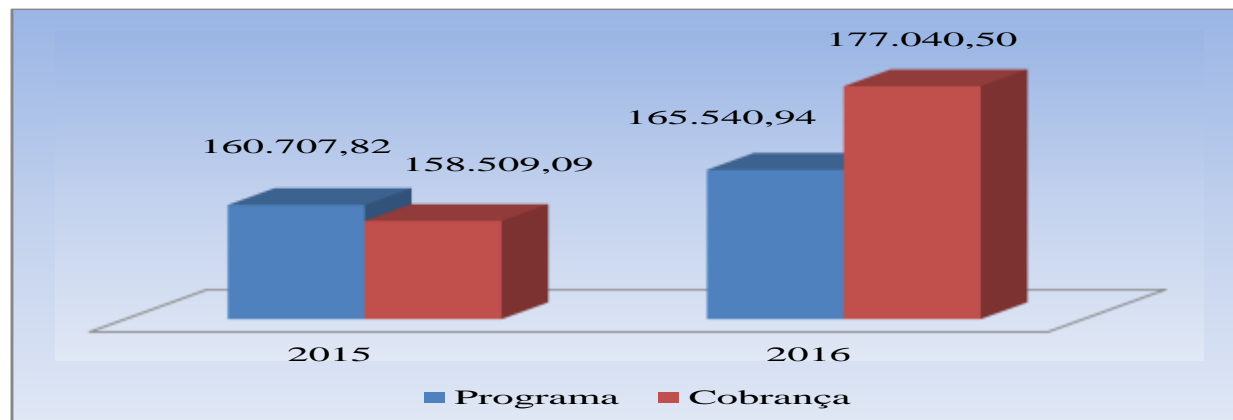
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2015			2016			Cresc. Nominal
	Programa	Cobrança	% da Realização	Programa	Cobrança	% da Realização	
Impostos Internos	107.963,61	106.943,04	99,05%	109.633,15	125.427,09	114,41%	17,28%
Impostos Sobre o Comércio Externo	52.744,21	51.566,05	97,77%	55.907,79	51.613,41	92,32%	0,09%
Total da AT	160.707,82	158.509,09	98,63%	165.540,94	177.040,50	106,95%	11,69%
Excluído o Reembolso do IVA solicitado no valor de 9.456,70 milhões de MT					167.583,80	101,23%	

Fonte: GPECI – DPAR

PIB a preços correntes de 686.718,00 milhões de MT

Gráfico 1. Receita Total Cobrada em 2015/2016



Dos 177.040,50 milhões de MT que correspondem ao total de receitas cobradas no período em análise, a maior contribuição verificou-se nas receitas correntes, com 96,53% tendo as receitas de capital contribuído com 3,47%.

Analisando a cobrança por grupos, as Receitas Fiscais tiveram uma maior contribuição nas receitas do Estado (83,57%), o seu desempenho situou-se acima do programado, isto é, de uma previsão de cobrança definida em 144.448,36 milhões de MT, registaram uma colecta de 147.950,21 milhões de MT, correspondente a uma realização de 102,42% e um crescimento nominal de 9,74% quando comparado com o período homólogo anterior, contribuindo da mesma forma em 21,55% no PIB a preços correntes. As Receitas Próprias, tiveram um desempenho muito acima do previsto, obtendo uma realização de 146,07%, as Consignadas tiveram a realização de 139,26%, conforme os dados da tabela 2 e gráfico 2 abaixo.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Tabela 2. Evolução Global da Receita do Estado – 2016

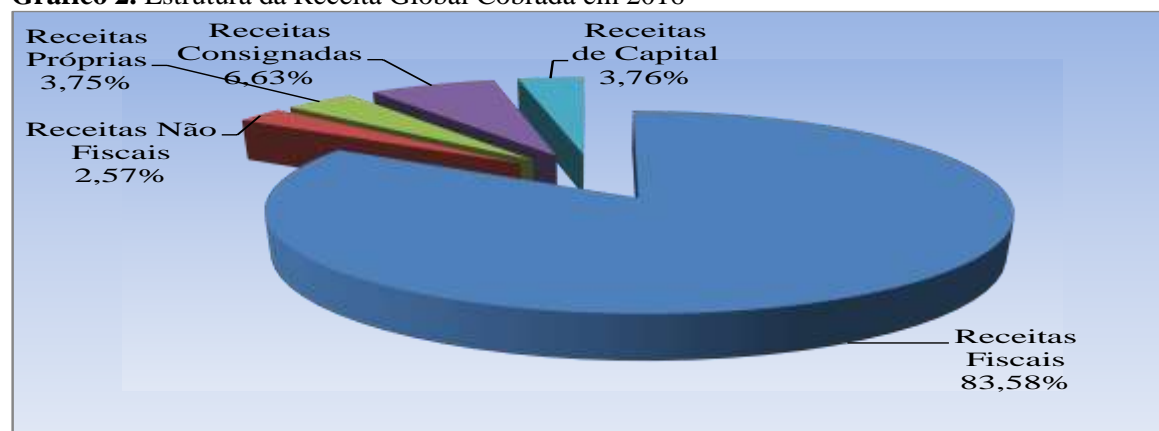
Unidade: 10⁶ MT

Descrição	2015		2016		Realização	PIB	Cresc. Nominal	Estrutura
	Programa	Cobrança	Programa	Cobrança				
Receitas Correntes	157.520,41	155.412,49	162.153,55	170.898,00	105,39%	24,89%	9,96%	96,53%
Receitas Fiscais	133.009,26	134.823,46	144.448,36	147.950,21	102,42%	21,54%	9,74%	83,57%
Receitas Não Fiscais	6.922,81	11.595,09	4.884,36	4.546,02	93,07%	0,66%	-60,79%	2,57%
Receitas Próprias	4.437,40	5.810,44	4.779,92	6.656,44	139,26%	0,97%	14,56%	3,76%
Receitas Consignadas	13.150,94	8.993,94	8.040,91	11.745,33	146,07%	1,71%	30,59%	6,63%
Receitas de Capital	3.187,40	3.096,60	3.387,40	6.142,50	181,33%	0,89%	98,36%	3,47%
Total das Receitas	160.707,82	158.509,09	165.540,95	177.040,50	106,95%	25,78%	11,69%	100,00%

Fonte: GPECI – DPAR

PIB a preços correntes de 686.718,00 milhões de MT

Gráfico 2. Estrutura da Receita Global Cobrada em 2016



1.1.1. Contribuição dos Grandes Contribuintes

No período em análise, as UGC de Maputo, Matola, Beira, Tete, Nampula e Pemba, perfizeram uma cobrança de 74.333,69 milhões de MT, que corresponde a 41,99% do peso da receita total cobrada pelos impostos internos, e um crescimento nominal de 20,72% em relação a igual período de 2015, conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3. Cobrança nas UGC – 2016

Unidade: 10⁶MT

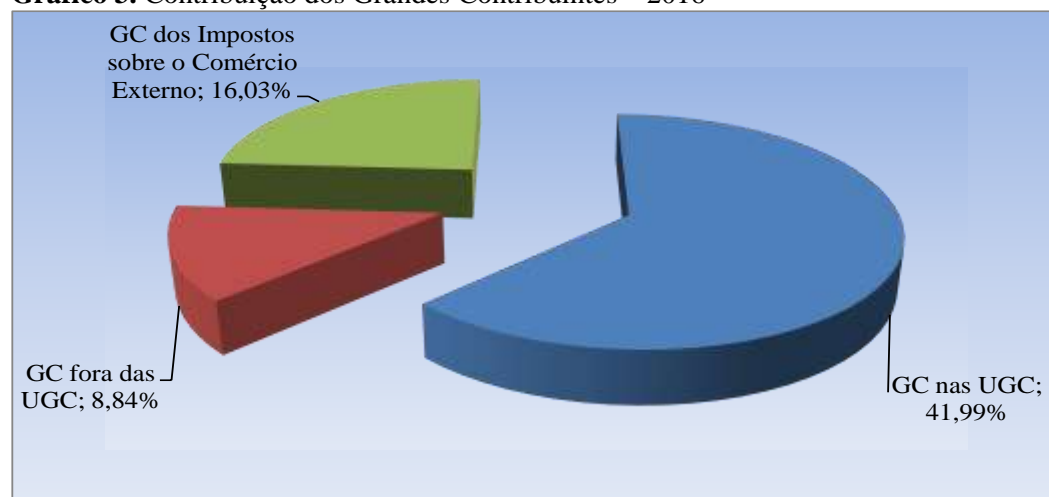
Descrição	Janeiro a Dezembro				Cres. Nominal	Peso PIB
	2015	Peso	2016	Peso		
UGC Maputo	54.325,38	34,27%	61.089,69	34,51%	12,45%	8,90%
UGC Matola	3.144,06	1,98%	3.054,03	1,73%	-2,86%	0,44%
UGC Beira	2.053,29	1,30%	2.632,69	1,49%	28,22%	0,38%
UGC Tete	0,00	0,00%	3.845,45	2,17%	0,00%	0,56%
UGC Nampula	1.160,40	0,73%	1.426,47	0,81%	22,93%	0,21%
UGC Pemba	890,78	0,56%	2.285,36	1,29%	156,56%	0,33%
Total de Grandes Contribuinte nas UGC	61.573,91	38,85%	74.333,69	41,99%	20,72%	10,82%
Grandes Contribuintes nas DAF	17.536,81	11,06%	15.644,58	8,84%	-10,79%	2,28%
Total de G.C de Impostos Internos	79.110,72	49,91%	89.978,27	50,82%	9,93%	13,10%
Grandes Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	26.391,51	16,65%	28.378,45	16,03%	7,53%	4,13%
Total de G. C de Impostos sobre o Comércio Externo	26.391,51	16,65%	28.378,45	16,03%	7,53%	4,13%
Total Geral de cobrança dos G.C	105.502,23	66,56%	118.356,72	66,85%	12,18%	17,24%
Restantes Contribuintes dos Impostos Internos	27.832,32	17,56%	35.448,82	20,02%	27,37%	5,16%
Restantes Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	25.174,54	15,88%	23.234,96	13,12%	-7,70%	3,38%
Total dos restantes Contribuintes	53.006,86	33,44%	58.683,78	33,15%	10,71%	8,55%
Receita Total Cobrada	158.509,09	100,00%	177.040,50	100,00%	11,69%	25,78%

Fonte: DGI: DCCBF

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

No total cobrado pela AT, os Grandes Contribuintes, de uma forma geral contribuíram com 118.356,72 milhões de MT, o que corresponde a 66,85%, dos quais 89.978,27 milhões de MT correspondentes a 50,82%, provenientes dos impostos internos e 28.378,45 milhões de MT correspondentes a 16,03% são provenientes dos impostos sobre o comércio externo. Deste montante, dos contribuintes adistritos as UGC, foi colectado o montante de 74.333,69 milhões de MT correspondentes a 41,99%. Fora das UGC foram colectados 15.644,58 milhões de MT correspondentes a 8,84%, conforme ilustrado no gráfico 3 abaixo

Gráfico 3. Contribuição dos Grandes Contribuintes – 2016



1.1.2. Contribuição Fiscal dos Mega Projectos

Durante o período em análise estiveram em acção 9 Megaprojectos que contribuíram para os cofres do Estado com o montante de 11.517,76 milhões de MT contra 11.550,60 milhões de MT cobrados no período homólogo de 2015, o que corresponde a um decréscimo, em termos nominais de 0,28%, conforme a tabela 4.

Tabela 4. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos em 2016

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro																							
	IRPS			IRPC			IVA			Imposto s/ Produção			Taxa de Concessão			Receitas Consignadas			Outros			Total		
	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.	2015	2016	Cresc. Nom.
Prod. de Energia	259,29	461,69	78,06%	816,59	1.820,84	122,98%	154,80	121,48	-21,52%	0,00	0,00	0,00%	663,64	1.437,02	116,54%	396,90	860,31	116,76%	0,00	0,00	0,00%	2.291,22	4.701,34	105,19%
Explor. de Petr.	706,02	767,76	8,74%	5.836,77	2.666,91	-54,31%	0,00	176,44	0,00%	146,37	175,93	20,20%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	13,67	0,00%	6.689,16	3.800,71	-43,18%
Explor. de Rec. Min.	1.175,41	900,12	-23,42%	421,33	720,19	70,93%	0,09	0,05	-44,44%	308,72	524,04	69,75%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	56,38	0,00%	1.905,55	2.200,78	15,49%
Outros Megaproject.	316,03	326,41	3,28%	341,05	488,52	43,24%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	6,64	0,00	0,00%	0,95	0,00	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	664,67	814,93	22,61%
Total	2.456,75	2.455,98	-0,03%	7.415,74	5.696,46	-23,18%	154,89	297,97	92,38%	455,09	699,97	53,81%	670,28	1.437,02	114,39%	397,85	860,31	116,24%	0,00	70,05	0,00%	11.550,60	11.517,76	-0,28%

Fonte: DGI

1.1.3. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

No período de Janeiro a Dezembro de 2016, as Instituições Financeiras contribuíram com um total de 11.552,92 milhões de MT, representando um decréscimo de 10,12%, quando comparado com igual período de 2015, que foi de 12.853,35 milhões de MT.

Nesta área, de acordo com a tabela 5, as Sociedades de Locação Financeira são as que menos contribuíram na receita total cobrada nas instituições financeiras com a participação de 82,76 milhões de MT. Importa referir que o IVA foi a única rubrica que registou um crescimento, que se situou em 37,19%.

Tabela 5. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras no em 2016

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro																	
	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Sobretaxas de Seguro			Total		
	2015	2016	Cresc Nom.	2015	2016	Cresc Nom.	2015	2016	Cresc Nom.	2015	2016	Cresc Nom.	2015	2016	Cresc Nom.	2015	2016	Cresc Nom.
Instituições Financeiras	415,42	594,69	43,15%	6.218,74	5.918,26	-4,83%	3.566,06	3.187,71	-10,61%	1.455,05	1.015,89	-30,18%	0,00	0,00	0,00%	11.655,27	10.716,55	-8,05%
Seguradoras	31,26	23,83	-23,77%	458,35	294,41	-35,77%	122,29	122,18	-0,09%	291,46	207,58	-28,78%	175,05	105,61	-39,67%	1.078,41	753,61	-30,12%
Soc. De Locação Financeira	9,36	7,12	-23,93%	85,29	52,56	-38,37%	25,02	22,70	-9,27%	0,00	0,38	0,00%	0,00	0,00	0,00%	119,67	82,76	-30,84%
Total	456,04	625,64	37,19%	6.762,38	6.265,23	-7,35%	3.713,37	3.332,59	-10,25%	1.746,51	1.223,85	-29,93%	175,05	105,61	-39,67%	12.853,35	11.552,92	-10,12%

Fonte: DGI

1.2. Projectos de Modernização Tecnológica

1.2.1. Projecto e-Tributação

Ao longo deste período realizaram-se várias actividades com vista a consolidação das funcionalidades do sistema, dentre as quais se pode destacar:

Módulo do NUIT

Este módulo é o responsável pelo registo e gestão de contribuintes, sendo que, comporta elementos fundamentais para o enquadramento dos contribuintes nos diferentes Domicílios Fiscais (através do Classificador Territorial), Impostos, Regimes de Tributação e Actividades Económicas (através do Classificador de Actividade Económica - CAE). No período em análise, foram realizadas diversas actividades, com maior ênfase para a actualização das versões do sistema que trouxeram melhorias e correcções de erros.

Ao longo do período, não houve expansão do sistema, pelo facto de ter-se abrangido todas as Unidades de Cobrança, pelo que, continua-se com o total de 101 locais reportados no relatório anual de 2015, dentre os quais, 76 Unidades de Cobrança, 13 BAU, 02 BAC, 04 Centros de Digiitação, 02 IFPFT, e 04 Serviços Centrais (Projecto, DGI – Central, DTIC e UCCISPC) comportando as seguintes funcionalidades:

- i. Registo, Actualização e Alteração dos Modelos: (i) M01S (PS); (ii) M01C (PC); (iii) M02 (Actividade); e (iv) M02 Sucursal.
- ii. Registo e Alteração do Modelo: M03 (Cessação de Actividade).
- iii. Gestão de acessos de utilizadores; e
- iv. Relatórios.
- v.

Task Force do e-Tributação

Durante o período em alusão, a equipa *task force* (AT e CEDSIF) criada nos finais de 2015 para investigar e resolver os problemas de lentidão e constantes indisponibilidades do sistema e-Tributação, esteve a trabalhar no âmbito da avaliação do *Doing Business* 2015, na qual, Moçambique decresceu 5 lugares, sendo que um dos factores dessa queda é a demora no início de negócio que leva entre 19 a 27 dias compreendendo 10 subprocessos. Desses subprocessos constam a atribuição de NUIT e a Declaração de Início de Actividade, com uma duração avaliada entre 2 a 5 dias e 7 dias, respectivamente, que para a sua concretização recorre-se ao sistema e-Tributação. Da análise feita por uma equipa conjunta de Cadastro e e-BAU, nas Unidades de Cobrança, apurou-se que, uma das razões da demora na atribuição do NUIT e registo de início de actividade, é a lentidão do sistema e-Tributação.

Para aferir e endereçar soluções do problema reportado, a equipa da Task Force do e-Tributação visitou as unidades de cobrança da cidade de Maputo: (i) DAF 2º Bairro de Maputo; (ii) Posto de Cobrança do 3º Bairro de Maputo (Av. Josina Machel); (iii) BAC de Maputo; (iv) Posto de Cobrança do Jardim; (v) Posto de Cobrança da Machava; (vi) Posto de Cobrança do Xipamanine; (vii) Direcção de Reembolsos; (viii) Direcção de Economia e Finanças da Cidade de Maputo, onde avaliou: disponibilidade do Sistema; condições de acesso ao sistema; e a utilização do Sistema nas Unidades de Cobrança e de Cadastro.

Desta avaliação, foi apurado que a demora na atribuição do NUIT e do registo do início de actividade deve-se, a diversos problemas de utilização do sistema (*não priorização do registo do NUIT e do registo do início de actividade no período do pico, não afectação de técnicos a tempo inteiro nas actividades do NUIT, etc.*) e técnicos (*Intermitência das comunicações em algumas unidades de cobrança, Intermitência do NUIT web, etc.*), que mereceram o devido encaminhamento de responsabilização nas Unidades/Unidade de Cadastro e técnico ao nível da AT e CEDSIF, tendo até a data resultado em diminuição do tempo de registo de actividade para 1 dia, bem como na melhoria do performance e disponibilidade do sistema. Estas acções de acompanhamento junto as Unidades, continuarão também em 2017, por forma a conferir maior performance do sistema.

1.2.1.1. Incremento do IVA, ISPC e Processos Comuns

Este incremento constitui parte integrante dos Módulos de Receita do Estado, Rede de Cobrança e Apoio a Gestão, e é composto por 11 processos, nomeadamente, Gestão da Liquidação (modelos MA, MB, MC e M30), Gestão da Conta Corrente, Gestão da GARE (Guia de Arrecadação da Receita do Estado), Gestão de Juros e Multas, Gestão de Pagamentos, Gestão de Reembolsos de IVA, Gestão de Contencioso, Gestão de Contabilização da Receita, Gestão de Acessos, Gestão de Juízo de Execuções Fiscais e Relatórios Críticos.

Ao longo do período em alusão, o incremento foi implementado em 6 Unidades de Cobrança, perfazendo um total de 32 de um universo de 76 unidades fixas.

No que refere a este incremento, para o período em referência, foram desenvolvidas as actividades abaixo arroladas:

- Roll-out – Devido a indisponibilidade financeira para a deslocação dos técnicos aos locais fora de Maputo, no tocante ao pagamento de ajudas de custos, transporte, hospedagens e alimentação, foi possível apenas realizar o Roll-out na UGC de Maputo, Matola, DAF do 1º e 2º Bairro de Maputo, DAF da Matola.
- Testes – De forma a aferir a acomodação dos requisitos descritos no modelo de negócio do IVA/ISPC e processos comuns, foram executados testes das seguintes funcionalidades em ambiente UAT, para além das que estão em produção.

- Desenvolvimento – Para além das versões emitidas no âmbito do NUIT, não houve nenhum avanço nas restantes funcionalidades dado que ainda não iniciaram as actividades com o novo implementador devido a problemas de indisponibilidade financeira.

1.2.1.2. Pagamento Via Banco

Este processo que permite ao Sujeito Passivo submeter electronicamente (via Internet) as suas declarações de imposto, obter a Guia de Arrecadação da Receita do Estado (GARE) e efectuar o pagamento pelos diferentes canais bancários.

O e-Declaração para a submissão das declarações está disponível no endereço <https://edeclaracao.at.gov.mz> ou num link na página da AT (www.at.gov.mz).

Nesta fase, o e-Declaração possibilita a submissão das seguintes declarações: IVA Modelo A; ISPC Modelo 30; IRPC Modelo 39; e IRPS Modelo 19, estando em curso a implementação dos outros impostos.

A solução está em implementação nas Unidades de Grandes Contribuintes (UGC) de Maputo e Matola, contemplando os bancos cuja preparação de condições tecnológicas e administrativas estão concluídas, nomeadamente Moza, BCI e ECOBANK. Os demais irão integrar na medida que se prontificarem.

Esta em curso a realização de testes de integração para a entrada de outros bancos, nomeadamente: Standard Bank, Barclays e FNB. Foram terminados com sucesso, testes no ambiente de pré-produção com o MBIM e Banco Único e está em processo o início da implementação no ambiente de produção.

Até ao último dia do período em referência, dos dados recolhidos sobre os pagamentos relatavam um total de 91 solicitações de adesão, dos quais 75 da UGC de Maputo e 16 da UGC da Matola. Foram submetidas 271 declarações pagas transferidas para a CUT com sucesso, 28 não pagas pelo facto de os contribuintes pertencerem aos bancos que ainda não aderiram ao processo.

1.2.1.3. Grau de Realização Orçamental

No que tange a execução orçamental, importa referir que face ao orçamento globalde 278,97 milhões de MT (dos quais 247,97 milhões de MT são Recursos Externose 31,00 milhões MT de Recursos Internos)programados para as actividades do e-Tributação para o ano de 2016, até ao final do período em referência, foi executado um montante de 52,75 milhões de MT, correspondente a 19% de realização global.

Do total executado: (i)49,38 milhões de MT foram com recursos externos em despesas com a actualização de dados de registo de NUIT no sistema e-Tributação(10,38 milhões de MT), a consolidação do módulo do IVA/ISPC, incluindo o Pagamento via Banco(19,77 milhões de MT), a produção de novos formulários de Registo do IVA e ISPC (1,56 milhões de MT); assistência técnica da Garantia de Qualidade (QA) ao Projecto (0,66 milhões de MT); implementação de Filas de Espera e Controlo do Atendimento (3,72 milhões de MT) e actualização de licenças do ETM Oracle no CEDSIF (13,29 milhões de MT); e (ii) 3,33 milhões de MT foram recursos internos com despesas de Operacionalização do Portal do Contribuinte.

1.2.2. Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte (PMSC)

Relativamente a solução Filas de Espera, que abarca todas as actividades relacionadas com a implementação e sua operacionalização, a mesma foi finalizada e está operacional em oito locais, nomeadamente, BAC do edifício “33 Andares”, DAF do 1º e 2º Bairros de Maputo, DAF da Matola, DAF do 1º Bairro da Beira, BAC da Beira e DAF de Nampula e Nacala.

Foi aprovado o projecto para a implementação em mais 3 unidades: DAF de Tete, de 2º Bairro da Beira e de Inhambane que até ao final do período aguardava-se pela resposta da DLI para a instauração do respectivo

processo de contratação assim como autorização para a realização dos trabalhos de levantamento de necessidades e consequente proposta financeira para alteração dos quadros eléctricos (correntes limpas) do 1º e 2º Bairros Fiscais. Foi ainda realizado o suporte, apoio à operação e acompanhamento do funcionamento do Sistema de Gestão de Filas de Espera nas DAF do 1º e 2º Bairros de Maputo, Matola, Beira, Nampula e Nacala, BAC de Maputo e Beira; monitoramento e assistência técnica (presencial e remota) nos locais implementados. Foram extraídas as estatísticas mensais no sistema IBA para efeitos de monitoria, análise e avaliação do sistema nos locais implementados. Adicionalmente, foi elaborado um resumo contendo os principais aspectos sobre as filas de espera e enviado ao GCIm para concepção e produção do material publicitário (folhetos, cartazes, etc).

1.2.2.1. Portal do Contribuinte

Este é o meio através do qual os contribuintes irão interagir de forma dinâmica com a Administração Tributária no cumprimento das suas obrigações fiscais, bem como acesso à sua informação fiscal, sem precisar de se deslocar às unidades de cobrança. Esta acção não foi realizada devido a escassez de recursos. Teve impacto negativo no processo de arrecadação de receitas, visto que não foi possível o aprimoramento das condições de comodidade dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações.

Foi disponibilizado em regime de teste, através do endereço www.portaldcontribuinte.gov.mz, comportando as funcionalidades de: pedido de adesão, activação da conta do contribuinte, pedido de quitação, declaração dos modelos A e B do IVA e 30 do ISPC, funcionando. Na sequência do desenvolvimento de funcionalidades complementares, foram realizados testes de integração e estão em curso testes de aceitação. Previa-se o fim da implementação desta primeira fase, para 27 de Abril de 2016, no entanto, devido a indisponibilidade financeira, não foi possível materializar.

Em termos de alcance do indicador (% de Contribuintes Pagantes do IVA e ISPC a declarar via portal; e IR disponíveis para acesso via Portal), o mesmo não foi atingido uma vez que as actividades de desenvolvimento e suporte técnico foram suspensas em virtude dos problemas de indisponibilidade financeira devido ao não pagamento das facturas ao implementador. Este indicador teve impacto na arrecadação de receitas (em termos de incrementos na arrecadação, dada a comodidade no cumprimento) assim como na poupança de tempo e recursos para a facilitação do cumprimento das obrigações fiscais. Perspectiva-se que as mesmas possam ser liquidadas no decurso do 1º trimestre de 2017. Portanto, até ao final do período em análise, as actividades do Portal estavam paralisadas.

1.2.3. Projecto da Janela Única Electrónica (JUE)

1.2.3.1. Expansão

Relativamente a expansão da JUE para Namoto e Negomano, até ao final do período, a infraestrutura tinha sido montada, as comunicações estabelecidas na JUE e o pessoal formado para o início da operação, aguardando pela emissão da OS do início de operação, esperando-se que pelas características dos locais se processe memorandos em trânsito. Embora conste nos indicadores do PAOA 2016, a implementação do módulo de importação Temporária de Viaturas não foi possível, tendo sido proposta a inscrição para 2017.

1.2.3.2. Formação

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, foram realizadas 1.550 formações no centro de formação da MCNET, sendo 769 de CMS e 781 de TRADNET, com vista a melhoria do desempenho do uso do sistema JUE.

1.2.3.3. Processamento na JUE

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, foram processadas via JUE 264.565 declarações no valor de 37.858,91 milhões de MT. Em termos estatísticos o processamento no sistema JUE durante o período em análise, resume-se conforme os dados apresentados na tabela 6.

Tabela 6. Declarações Processadas por Regime - 2016

Unidade: 10⁶MT

Mês	2016																						ZFI; ZEE e Lojas Francas	Total
	Armazém		Exportação		Exportação Temporária		Hasta pública (Leilão)		Importação		Importação Temporária		Re-Exportação		Re-Importação		Trânsito		Decls.	Receita	Decls.	Receita		
	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita	Decls.	Receita						
Janeiro	268	0,53	1.105	167,39	143	0,04			14.970	2.360,87	94	0,24	225	0,14	134	10,39	2.867	1,00	1.288	0,33	21.094	2.540,92		
Fevereiro	306	0,61	1.156	152,99	152	0,04			15.738	2.598,38	98	0,24	259	0,22	174	18,52	3.163	1,02	877	0,24	21.923	2.772,27		
Março	235	0,47	1.257	70,35	189	0,05			17.673	2.893,83	140	0,35	319	0,21	83	9,44	2.929	1,06	965	0,27	23.790	2.976,03		
Abril	241	0,48	1.280	62,32	203	0,06	4	0,51	15.705	2.517,19	113	0,28	393	0,23	102	21,24	2.587	1,05	811	0,21	21.439	2.603,56		
Maior	364	0,73	1.637	63,46	216	0,07			15.547	2.814,95	144	0,36	411	0,31	141	17,74	3.079	1,25	1.020	0,26	22.559	2.899,11		
Junho	287	0,57	1.554	84,15	175	0,05	2	0,11	15.555	2.906,96	120	0,30	303	0,19	136	42,22	3.436	1,34	1.370	0,35	22.938	3.036,23		
Julho	168	0,33	1.537	83,18	158	0,05			14.928	3.075,33	134	0,34	318	0,23	110	24,12	3.436	1,51	1.053	0,27	21.842	3.185,36		
Agosto	289	0,58	1.923	95,79	165	0,05			15.021	3.502,87	167	0,42	248	0,22	137	22,77	3.903	1,39	1.327	0,36	23.180	3.624,45		
Setembro	318	0,62	1.848	104,39	162	0,05			13.672	3.262,44	105	0,26	210	0,20	81	23,23	3.919	1,77	807	0,20	21.122	3.393,18		
Outubro	231	0,47	1.819	108,77	159	0,05			12.844	3.238,01	152	0,38	287	0,21	107	17,70	3.984	1,67	1.163	0,30	20.746	3.367,18		
Novembro	299	0,60	1.844	158,48	141	0,04			14.637	3.579,19	114	0,29	194	0,12	70	36,04	4.154	1,88	1.077	0,28	22.530	3.776,92		
Dezembro	329	0,65	1.687	224,89	142	0,04			14.012	3.414,60	141	0,35	217	0,20	99	41,29	3.570	1,37	1.205	0,31	21.402	3.683,70		
Total	3.335	6,64	18.647	1.376,16	2.005	0,59	6	0,62	180.302	36.164,62	1.522	3,81	3.384	2,48	1.374	284,70	41.027	16,31	12.963	3,38	264.565	37.858,91		

Fonte: DGA

1.2.4. Projecto das Máquinas Fiscais

No período em análise foi concluído o processo de formalização da equipa de trabalho para o Projecto Máquinas Fiscais, com a transferência de 9 funcionários de diversos sectores da AT para o referido projecto, tendo sido igualmente atribuídas as instalações para a devida operacionalização do projecto.

Foram ainda aprovados instrumentos importantes para a prossecução do projecto por parte de S₂ Excia. o Ministro da Economia e Finanças, nomeadamente: (i) Diploma Ministerial nº 23/2016, de 16 de Março, que cria o Regulamento do Comité Técnico das Máquinas Fiscais e (ii) Diploma Ministerial nº 24/2016, de 18 de Março, que cria as Normas relativas à Especificação Técnica das Máquinas Fiscais e Respective Sistemas de Suporte a Gestão.

No mesmo período, foi submetido à S.Excia. o Ministro da Economia e Finanças uma proposta de alteração de despacho que actualiza os procedimentos de facturas e o seu processamento por mecanismos de saída por computador, aguardando-se a sua aprovação.

Por último, foi lançado o concurso público internacional para a contratação de serviços para fornecimento, instalação, teste, implementação e manutenção do SGMF, estando em curso, testes do SGMF (prova de conceito) para a determinação da melhor abordagem tecnológica para Moçambique.

O projecto no âmbito da cooperação bilateral entre a Autoridade Tributária de Moçambique e a Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal, fez deslocar a Lisboa 3 técnicos do projecto, visando colher experiências relativas aos processos de reforma e modernização do sistema de cobrança de impostos, com maior incidência para a introdução do e-Factura, a regulamentação e controlo dos sistemas electrónicos de facturação, infra-estruturas tecnológicas usadas e o tratamento e análise dos dados capturados nas transacções de bens e serviços sujeitos à tributação fiscal.

1.3. Processos de Contencioso Fiscal e Aduaneiro

1.3.1. Processos de Contencioso Fiscal e Processos Executivos

A AT tem desenvolvido um trabalho permanente com vista a garantir a correcta instrução e tramitação de processos de transgressão e em execução fiscal, através de contactos com as unidades de cobrança.

Processos de Contencioso Fiscal

O saldo dos processos de Contencioso Fiscal em 31 de Dezembro de 2015 era de 11.243 processos, correspondentes a 3.296,93 milhões de MT, sendo que, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, foi registado o seguinte movimento: ilustrado na tabela 7 abaixo:

- Foram instaurados e acrescidos ao saldo supra mencionado, um total de 3.796 processos, no valor de 1.407,78 milhões de MT, contra 3.542 processos, no valor de 689,67 milhões MT, relativamente ao ano transacto, representando, um crescimento em 7,17% da quantidade e um crescimento em 104,12%, do respectivo valor;
- Foram cobrados 1.674 processos no valor de 122,35 milhões de MT, contra 1.841 processos, no valor de 87,19 milhões de MT, do período análogo do ano transacto, o que representa um decréscimo em 9,07% e crescimento em 40,33% da quantidade e valor respectivamente de processos cobrados. O movimento dos processos de Contencioso acima descrito, encontra-se ilustrado de forma resumida na tabela 7 abaixo apresentada.

Tabela 7. Resumo de Processos do Contencioso Fiscal – 2016

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	2015		2016		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	9.828	2.633,23	11.243	3.296,93	14,40%	25,20%
2	Instaurados	3.542	689,67	3.796	1.407,78	7,17%	104,12%
3	Cobrados	1.841	87,19	1.674	122,35	-9,07%	40,33%
4	Anulados	40	5,25	95	56,27	137,50%	971,81%
5	Virtualizados	322	14,87	389	289,68	20,81%	1848,08%
6	Contestados	188	106,36	249	219,16	32,45%	106,05%
7	Rec. T. Fiscais	0	0,00	0	0	0,00%	0,00%
8	Rec. TA	5	9,40	0	0	0,00%	0,00%
9=1+2-3-4-5	Saldo em 31 de Dezembro	11.167	3.215,59	12.881	4.236,41	15,35%	31,75%

Fonte: DGI

Processos de Contencioso Fiscal no Tribunal Administrativo

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016 foi recorrido ao Tribunal Administrativo 1 processo no valor de 2,69 milhões de MT, e recuperado o valor de 15,46 milhões de MT correspondentes a 02 processos. Assim, o saldo em 31 de Dezembro de 2016 foi de 127 processos, correspondentes a 52,56 milhões de MT.

Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Fiscais

Durante o período em análise, em todas as unidades de cobrança, foram impugnados um total de 62 processos no valor de 49,75 milhões de MT junto aos Tribunais Fiscais, tendo sido proferidas 25 sentenças que resultaram na cobrança de 1,61 milhões de MT. Assim, o saldo dos processos de contencioso que se encontravam nos Tribunais Fiscais em 31 de Dezembro de 2016 era de 1.376 processos, correspondentes a 629,05 milhões de MT.

Processos de Execução Fiscal

O saldo final de 2015 relativamente aos processos de Execução Fiscal era de 112.855 processos correspondentes a 11.510,71 milhões de MT, tendo-se verificado, durante o período em análise, o seguinte movimento, de acordo com a tabela 8 e gráfico 4 abaixo.

- Instaurados 2.766 processos, no valor de 1.403,40, milhões de MT, contra 1.892 processos, no valor de 9.107,76 milhões de MT, de igual período do ano passado, o que significa um crescimento em 46,19% de quantidade e 84,59%, de valor,
- A significativa redução do valor instaurado, é justificada pelo relaxe de um processo de IRPC no valor de 8.617,48 milhões de MT, do sujeito passivo Riversdale Mining Lda, efectuado pela Unidade de Grandes Contribuintes de Maputo, para o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo, em 2015, e
- Cobrança de 894 processos, no valor de 182,04 milhões de MT, contra 893 processos, no montante de 163,65 milhões de MT do ano anterior, representando um incremento em 0,11% e 11,24%, de quantidade e valor de processos cobrados, respectivamente.

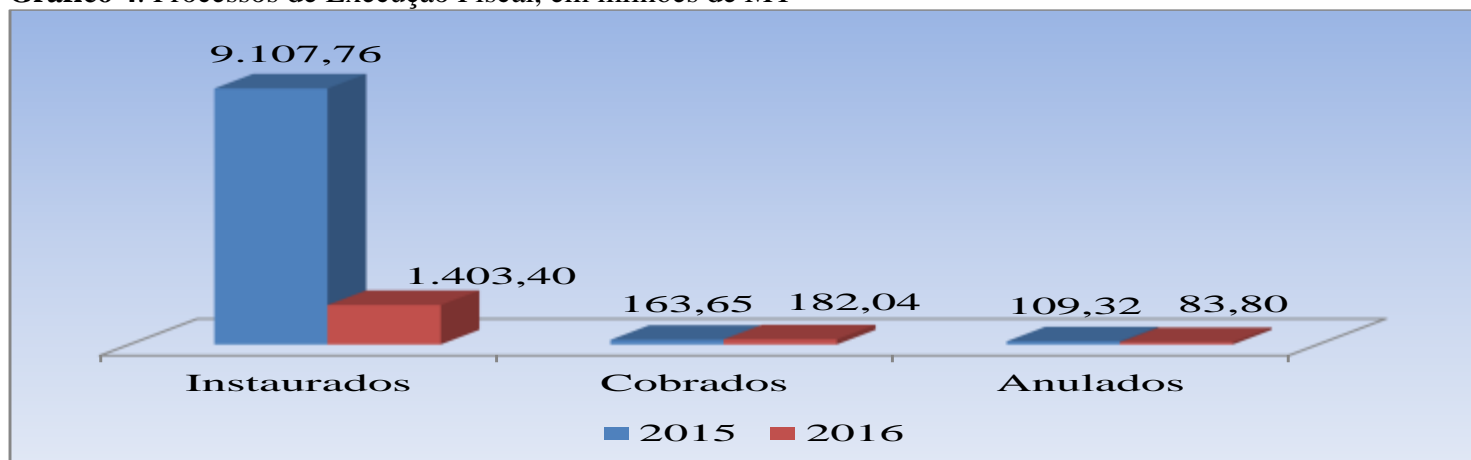
Tabela 8. Resumo de Processos Executivos – 2016

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	2015		2016		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	118.101	2.639,59	112.855	11.510,71	-4,44%	336,08%
2	Instaurados	1.892	9.107,76	2.766	1.403,40	46,19%	-84,59%
Total 1	(Soma 1+2)	119.993	11.747,35	115.621	12.914,11	-3,64%	9,93%
3	Cobrados	893	163,65	894	182,04	0,11%	11,24%
4	Anulados	3.349	109,32	260	83,80	-92,24%	-23,34%
Total 2	(Soma 3+4)	7.179	272,97	1.154	265,84	-83,93%	-2,61%
5= 1+2-3-4	Saldo em 31 de Dezembro	115.751	11.474,38	114.467	12.648,27	-1,11%	10,23%

Fonte: DGI

Gráfico 4. Processos de Execução Fiscal, em milhões de MT



Fonte: DGI

Assim, a cobrança global de Janeiro a Dezembro de 2016 foi de 304,39 milhões de MT, dos quais 122,35 milhões de MT são referentes aos processos de contencioso fiscal e 182,04 milhões de MT de processos executivos. Este nível de recuperação de dívidas tributárias em execução fiscal, representa uma realização de

96,55% em relação à meta anual, fixada em 188,54 milhões de MT e um crescimento em 11,24% em relação à cobrança do ano anterior.

Processos Executivos no Tribunal Administrativo

Relativamente aos processos Executivos em litígio no Tribunal Administrativo, autuados pelos Juízos Privativos das Execuções Fiscais de Maputo e Beira, referir que o saldo em 31 de Dezembro de 2016, foi de 52 processos, no valor de 228,28 milhões de MT.

Processos Executivos por Faixa Etária

Os processos executivos encontram-se segmentados em três grupos de longevidade, como se ilustra na tabela 9, abaixo. De acordo com a tabela em alusão, os processos executivos cuja faixa etária é de mais de 3 anos, são 92.931 processos, no valor de 10.380,43 milhões de MT, representando 81,89% e 82,07% do total, em termos de quantidade e valor, respectivamente, estando em curso esforços no sentido de conferir maior celeridade no seu tratamento devido ao risco de prescrição que apresentam. No entanto, a maior dificuldade com que se depara no processo de cobrança dos mesmos tem a ver com a difícil localização dos respectivos devedores devido a sua mobilidade sem a prévia comunicação à Administração Fiscal.

Tabela 9. Processos Executivos por Faixa Etária –. 2016

Unidade: 10⁶MT

Idade	Janeiro a Dezembro de 2016		
	Nº de Processos e Valor		Peso (%)
	Qtd	Valor	Qtd
Menos de 1 Anos	2.935	619,38	2,56%
Entre 1 a 3 Anos	18.601	1.648,46	16,25%
Mais de 3 Anos	92.931	10.380,43	81,19%
Total	114.467	12.648,27	100,00%

Fonte: DGI

1.3.2. Processos de Contencioso Aduaneiro

No período em análise, foram desencadeadas várias acções para descongestão da Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência (DAII), Direcção do Contencioso Aduaneiro (DCA), Ministério Público e Tribunais Aduaneiros, com vista ao melhoramento da celeridade processual, qualidade de instrução e minimização de perdas de mercadorias apreendidas, por degradação e ou deterioração, para além de actividades rotineiras de tramitação de processos por infracções aduaneiras, processos de contencioso técnico, resultantes de contestação de valores aduaneiros, classificação pautal e regras de origem, processos administrativos para venda, destruição ou alocação de mercadorias demoradas e abandonadas.

Em termos práticos, em todo o país, foram tramitados 261 processos fiscais aduaneiros, com enfoque na tramitação de autos por infracções aduaneiras e autos de mercadorias demoradas e abandonadas, cujo o valor arrecadado totalizou de 225,18 milhões de MT, referentes a processos administrativos, apreciados pelos três Tribunais Aduaneiros regionais, que corresponde a 167,27 milhões de MT de valores cobrados nos processos e 57,91 milhões de MT arrecadados nos processos administrativos (leilões), conforme a tabela 10 a seguir:

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Tabela 10. Processos do Contencioso Aduaneiro –2016

Unidade: 10⁶MT

Ano 2016						
Acções	Qtd	Ano	Valor Aduaneiro	Direitos e Imposições Sonegadas	Valor do Perdimento	Valor Arrecadado
Relatórios Finais	258		200,76	78,56	28,98	
Pagamentos Voluntários	3		6,99	2,61		
Disp. Ind. Recebidos	167	2012/15	106,56	35,95	35,83	
Disp. PV. Recebidos	10	2015/16	29,85	12,38		
Val. Cobrados nos Processos	87					167,27
Proc. Admn (Leilões)	55	2016				57,91
Pareceres/Informações	555					
Notas e Ofícios	956					
Impugnações	2					
Comunicação de Despacho	146					
Ordens de Serviço	4					
Circulares	1					
Total de Processos			344,16	129,50	64,81	225,18

Fonte: DGA

1.4. Gestão dos Reembolsos

1.4.1. Reembolso do IVA

Durante o período em análise, foram recebidos 953 pedidos de reembolso do IVA no valor de 13.010,99 milhões de MT, dos quais, 499 pedidos no valor de 12.882,81 milhões de MT são do regime normal e 454 pedidos correspondentes a 128,18 milhões de MT são referentes a diplomatas.

No mesmo período foram pagos 786 pedidos no valor de 8.845,69 milhões de MT, dos quais 375 pedidos no valor de 8.763,44 milhões de MT são do regime normal e 411 pedidos correspondentes a 82,26 milhões de MT são referentes a diplomatas, conforme a tabela 11 abaixo.

Comparativamente ao igual período de 2015, o volume de processos recebidos registou um decréscimo na ordem de 15,24% em valor derivado da desaceleração da economia nacional provocada pelo abrandamento do volume das exportações das matérias-primas como consequência da descida do preço das mesmas no mercado internacional o que tem originado a redução do investimento dos agentes económicos, bem como do aumento dos custos de importação devido a apreciação do Dólar e do Rand em particular.

Os processos pagos registaram um crescimento na ordem de 52,59% em termos de valor em resultado da implementação do mecanismo do IVA Líquido bem como da entrada em vigor da subconta virtual criada no sistema e-SISTAF, para a qual é cativada uma percentagem da receita cobrada, para fazer face aos pagamentos dos pedidos de reembolso do IVA.

Tabela 11. Pedidos de Reembolso do IVA – 2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro de 2016											
	Recebidos						Pagos				
	2015		2016		Variação	2015		2016		Variação	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor		Qtd	Valor	Qtd	Valor		
Processos de Períodos Correntes											
Regime Normal	515	15.255,13	499	12.882,81	-3,11%	-15,55%	251	3.695,12	161	2.763,89	-25,20%
Diplomatas	435	94,86	454	128,18	4,37%	35,13%	295	47,08	303	62,21	32,14%
Sub Total 1	950	15.349,99	953	13.010,99	0,32%	-15,24%	546	3.742,20	464	2.826,10	-24,48%
Processos de Períodos Anteriores											
Regime Normal							140	2.047,56	214	5.999,55	193,01%
Diplomatas							48	7,31	108	20,04	174,15%
Sub Total 2							188	2.054,87	322	6.019,59	192,94%
Total	950	15.349,99	953	13.010,99			734	5.797,07	786	8.845,69	52,59%

Fonte: DGI – DRIR

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Regime Normal

Durante o período em análise foram tratados 577 processos no valor de 15.831,54 milhões de MT correspondentes a 72,71%, dos quais 295 processos provêm de períodos anteriores e 282 pedidos são do período corrente, conforme se ilustra na tabela 12, abaixo. Dos processos tratados, 375 pedidos no valor de 8.763,44 milhões de MT foram pagos, e os restantes foram indeferidos, suspensos ou anulados por diversas irregularidades. Aguardavam pagamento 83 processos no valor de 4.584,32 milhões de MT, até ao final do período em análise.

Tabela 12. Processos Tratados do Regime Normal – 2016

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro de 2016														
	Processos Recebidos e Tratados em 2016 (a)		Valor em USD	% Total de Prestação de 2016		Processos de Períodos Anteriores Tratados em 2016 (b)		Total da Prestação de 2016 (a+b)		% Total da Prestação de 2016		Prestação Acumulada de 1999 a 2016		% Total da Prestação Acumulada	
	Qtd	Valor	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitados e Transitados	499	12.882,81	201,29	100,00%	100,00%	342	8.890,96	841	21.773,77	100,00%	100,00%	7.167	66.362,39	100,00%	100,00%
Total Tratados	282	7.626,80	119,17	56,51%	59,20%	295	8.204,75	577	15.831,54	68,61%	72,71%	6.903	60.420,17	96,32%	91,05%
Pagos	161	2.763,89	43,19	32,26%	21,45%	214	5.999,55	375	8.763,44	44,59%	40,25%	5.470	35.303,42	76,32%	53,20%
Indeferidos	10	144,13	2,25	2,00%	1,12%	40	146,68	50	290,82	5,95%	1,34%	1.129	2.909,11	15,75%	4,38%
Irregularidades	0	1.286,03	20,09	0,00%	9,98%	0	65,1	0	1.351,13	0,00%	6,21%	0	6.134,67	0,00%	9,24%
Suspensos	41	984,90	15,39	8,22%	7,65%	22	527,55	63	1.512,45	7,49%	6,95%	72	1.615,42	1,00%	2,43%
Anulados	15	57,14	0,89	3,01%	0,44%	3	81,69	18	138,84	2,14%	0,64%	80	285,7	1,12%	0,43%
Titularizado	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	43	8.170,75	0,60%	12,31%
Autorizados por Pagar	55	2.390,69	37,35	11,02%	18,56%	16	1.384,17	71	3.774,86	8,44%	17,34%	83	4.584,32	1,16%	6,91%
Autorizados em Contencioso	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	26	1.416,76	0,36%	2,13%
Em Análise	217	5.256,01	82,13	43,49%	40,80%	47	686,21	264	5.942,22	31,39%	27,29%	264	5.942,22	3,68%	8,95%
Dívida Potencial em MT	313	8.631,60	134,87			85	2.597,93	398	11.229,53			419	12.141,96		

Dívida Potencial = Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos

Fonte: DGI-DRIVA

Diplomatas

Relativamente aos pedidos de restituição do IVA dos Diplomatas, a tabela 13 abaixo mostra que de Janeiro a Dezembro de 2016 foram tratados 520 processos no valor de 130,02 milhões de MT correspondentes a 78,53%, em termos de valor, dos quais 115 processos no valor de 20,81 milhões de MT provêm de períodos anteriores e 405 pedidos no valor de 109,21 milhões de MT são do período corrente. Dos processos tratados, 411 processos no valor de 82,26 milhões de MT foram pagos. Aguardavam pelo pagamento de 70 pedidos no valor de 20,21 milhões de MT.

Tabela 13. Processos Tratados do Regime de Diplomatas – 2016

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro de 2016										
	Processos Recebidos e Tratados em 2016		Valores em USD	% Prestação de 2016		Processos de Períodos Anteriores Tratados em 2015		Total da Prestação de 2016		% Total da Prestação de 2016	
	Qtd	Valores	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores
Solicitado	455	128,18	2,00	100,00%	100,00%	118	21,61	573	149,78	100,00%	100,00%
Total Tratado	405	109,21	1,71	89,01%	85,20%	115	20,81	520	130,02	90,75%	86,81%
- Pagos	303	62,21	0,97	66,59%	48,53%	108	20,04	411	82,26	71,73%	54,92%
- Indeferidos	34	5,18	0,08	7,47%	4,04%	5	0,13	39	5,31	6,81%	3,55%
- Irregularidades	-	22,07	0,34	0,00%	17,22%	-	0,18	0	22,25	0,00%	14,86%
- Suspensos	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%
- Anulados	0	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%
Em Análise	68	19,75	0,31	14,95%	15,41%	2	0,46	70	20,21	12,22%	13,49%
Autorizados por pagar	50	18,96	0,30	10,99%	14,79%	3	0,80	53	19,76	9,25%	13,19%
Dívida Potencial em MT	118	38,71	0,61			5	1,26	123	39,97		

Dívida potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI-DRIVA

1.4.2. Reembolsos dos Impostos Sobre o Rendimento – IR (IRPS e IRPC)

Durante o período em análise, foram recebidos 591 pedidos de reembolso de IR (IRPS e IRPC) no valor de 412,66 milhões de MT, conforme a tabela 14 abaixo.

Tabela 14. Reembolso de IR (IRPS/IRPC) – 2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro de 2016																
Descrição	Referentes aos pedidos solicitados em 2016		%		Pedidos de períodos anteriores e tratados em 2016		%		Total da Prestação de 2016		%		Situação Acumulada até ao período corrente (2005 à 2016)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	591	412,66	100,00%	100,00%	1.738	814,39	100,00%	100,00%	2.329	1.227,25	100,00%	100,00%	111.578	5.167,55	100,00%	100,00%
Tratados	482	9,28	81,56%	2,25%	1.643	439,89	94,53%	54,01%	2.125	448,66	91,24%	36,56%	111.181	2.640,78	99,64%	51,10%
- Pagos	370	6,79	62,61%	1,65%	1.167	87,05	67,15%	10,69%	1.537	93,83	65,99%	7,65%	97.403	1.928,84	87,30%	37,33%
- Indeferidos	15	0,30	2,54%	0,07%	162	51,26	9,32%	9,32%	177	51,56	7,60%	4,20%	7.128	165,38	6,39%	3,20%
- Anulados	9	35,56	1,52%	8,62%	2	0,07	0,12%	0,01%	11	0,10	0,47%	0,01%	6.054	209,52	5,43%	4,05%
- Autorizados por pagar	86	1,61	14,55%	0,39%	94	263,57	5,41%	32,36%	180	265,18	7,73%	21,61%	389	299,06	0,35%	5,79%
Suspensos	2	0,55	0,34%	0,13%	218	37,44	12,54%	4,60%	220	37,99	9,45%	3,10%	871	42,74	0,78%	0,83%
Em Análise	107	403,38	18,10%	97,75%	95	370,96	5,47%	45,55%	202	774,34	8,67%	63,10%	202	774,34	0,18%	14,98%
Dívida Potencial em Mt	195	405,54	32,99%	98,27%	407	671,97	23,42%	82,51%	602	1.077,51	25,85%	87,80%	1.462	1.116,14	1,31%	21,60%

Dívida potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI-DRIR

No mesmo período foram tratados 2.125 pedidos no valor de 448,66 milhões de MT, dos quais 482 pedidos de reembolso no valor de 9,28 milhões de MT dizem respeito ao exercício de 2016, e 1.643 pedidos no valor de 439,39 milhões de MT, são respeitantes a períodos anteriores á 2016.

Dos pedidos tratados (i) 1.537 foram pagos no valor de 93,83 milhões de MT, (ii) 177 foram indeferidos no valor de 51,56 milhões de MT, (iii) 11 foram anulados no montante de 0,10 milhões de MT, (iv) 180 autorizados no montante de 265,18 milhões de MT e (v) 220 pedidos no montante de 37,99 milhões de MT foram suspensos. Até ao final do período aguardavam em análise 202 pedidos no valor de 774,34 milhões de MT.

Reembolsos de IRPS

Em sede do IRPS, foram recebidos no período em análise, 557 pedidos de reembolso no valor de 15,06 milhões de MT. No mesmo período foram tratados 2.075 pedidos no montante de 38,50 milhões de MT, dos quais 1.593 pedidos são referentes à períodos anteriores (2005 à 2015) no valor de 29,22 milhões de MT e 482 processos dizem respeito ao exercício de 2016, no valor de 9,28 milhões de MT. Dos processos relativos à períodos anteriores (2005 à 2015), (i) foram indeferidos 15 pedidos no valor de 0,30 milhões de MT, (ii) autorizados por pagar 88 pedidos no valor de 1,48 milhões de MT e (iii) suspensos 202 pedidos no valor de 4,24 milhões de MT, (iv) pagos 1.163 no valor de 15,32 milhões de MT e (v) 1 anulado no montante de 0,04 milhões de MT.

Dos processos tratados referentes ao exercício corrente, (i) foram indeferidos 15 pedidos no valor de 0,30 milhões de MT e (ii) autorizados por pagar 86 pedidos no valor de 1,61 milhões de MT. Até 31 de Dezembro de 2016, estavam em análise 78 pedidos de reembolso no montante de 13,56 milhões de MT e autorizados por pagar 379 pedidos no montante de 8,50 milhões de MT, conforme a tabela 15 abaixo.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Tabela 15. Reembolso do IRPS. – 2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro de 2016																
Descrição	Referentes aos pedidos solicitados em 2016		%		Pedidos de períodos anteriores e tratados em 2016		%		Total da Prestação de 2016		%		Situação Acumulada até ao período corrente (2005 à 2016)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	557	15,06	100,00%	100,00%	1.598	41,24	100,00%	100,00%	2.155	56,30	100,00%	100,00%	113.012	1.442,48	100,00%	100,00%
Tratados	482	9,28	86,54%	61,62%	1.593	29,22	99,69%	70,85%	2.075	38,50	96,29%	68,38%	110.899	1.284,07	98,13%	89,02%
- Pagos	370	6,79	66,43%	45,09%	1.163	15,32	72,78%	37,15%	1.533	22,11	71,14%	39,27%	97.216	1.069,62	86,02%	74,15%
- Indeferidos	15	0,30	2,69%	1,99%	139	8,13	8,70%	19,71%	154	8,43	7,15%	14,97%	7.090	74,16	6,27%	5,14%
- Anulados	9	0,04	1,62%	0,27%	1	0,04	0,06%	0,10%	10	0,08	0,46%	0,14%	6.010	127,00	5,32%	8,80%
- Autorizados por pagar	86	1,61	15,44%	10,69%	88	1,48	5,51%	3,59%	174	3,09	8,07%	5,49%	379	8,50	0,34%	0,59%
Suspensos	2	0,55	0,36%	3,65%	202	4,24	12,64%	10,28%	204	4,79	9,47%	8,51%	855	9,54	0,76%	0,66%
Em Análise	73	5,78	15,15%	38,38%	5	7,78	0,31%	18,87%	78	13,56	3,62%	24,09%	78	13,56	0,07%	0,94%
Dívida Potencial em Mt	161	7,94	28,90%	52,72%	295	13,50	18,46%	32,74%	456	21,44	21,16%	38,08%	1.312	31,60	1,16%	2,19%

Fonte: DGI-DRIR

Reembolsos de IRPC

No tocante ao IRPC, foram tratados 34 pedidos de reembolsos no montante de 397,60 milhões de MT. Foram ainda tratados 50 processos no valor de 410,17 milhões de MT, sendo 6 no montante de 262,09 milhões de MT, autorizados por pagar e 23 no montante de 43,13 milhões de MT indeferido, 4 pagos no valor de 71,73 milhões de MT, 1 anulado no montante de 0,02 milhões de MT e 16 suspensos no valor de 33,20 milhões de MT, conforme a tabela 16 abaixo.

Tabela 16. Reembolso de IRPC – 2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro de 2016																
Descrição	Referentes aos pedidos solicitados em 2016		%		Pedidos de períodos anteriores e tratados em 2016		%		Total da Prestação de 2016		%		Situação Acumulada até ao período corrente (2005 à 2016)		%	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Solicitado	34	397,60	100,00%	100,00%	140	773,34	100,00%	100,00%	174	1.170,95	100,00%	100,00%	566	3.725,07	100,00%	100,00%
Tratados	0	0,00	0,00%	0,00%	50	410,17	35,71%	53,04%	50	410,17	28,74%	35,03%	282	1.356,71	49,82%	36,42%
- Pagos	0	0,00	0,00%	0,00%	4	71,73	2,86%	9,28%	2	71,73	1,15%	6,13%	187	859,22	33,04%	23,07%
- Indeferidos	0	0,00	0,00%	0,00%	23	43,13	16,43%	5,58%	23	43,13	13,22%	3,68%	38	91,22	6,71%	2,45%
- Anulados	0	0,00	0,00%	0,00%	1	0,02	0,71%	0,00%	1	0,02	0,57%	0,00%	44	82,52	7,77%	2,22%
- Autorizados por pagar	0	0,00	0,00%	0,00%	6	262,09	4,29%	33,89%	6	262,09	3,45%	22,38%	10	290,56	1,77%	7,80%
Suspensos	0	0,00	0,00%	0,00%	16	33,20	11,43%	4,29%	16	33,20	9,20%	2,84%	16	33,20	2,83%	0,89%
Em Análise	34	397,60	100,00%	100,00%	90	363,18	64,29%	46,96%	124	760,78	71,26%	64,97%	124	760,78	21,91%	20,42%
Dívida Potencial em Mt	34	397,60	100,00%	100,00%	112	658,47	80,00%	85,15%	146	1.056,07	83,91%	90,19%	150	1.084,54	26,50%	29,11%

Dívida potencial = Σ(Em Análise + Autorizados por Pagar + Suspensos)

Fonte: DGI

1.5.Modernização do Sistema de Controlo de Gestão de Grandes Contribuintes

1.5.1. Implementação da Figura do Gestor de Contribuintes

Por Diploma Ministerial nº 183/2014, de 07 de Novembro, foram criadas nas províncias de Maputo, Cabo Delgado e Tete, as Unidades de Grandes Contribuintes da Matola, Pemba e Tete, respectivamente, por forma a facilitar e tornar mais cómodo e célere o cumprimento das obrigações fiscais deste segmento de contribuintes, estando as mesmas em funcionamento, desde: i) Novembro de 2014 a UGC da Matola, ii) Fevereiro de 2015 a UGC de Pemba e iii) Maio de 2016 a UGC de Tete.

Sendo assim, no período em análise, através do processo de mobilidade de contribuintes das DAF para UGC e vice-versa ocorrido em Janeiro de 2016, procedeu-se a consolidação da Figura de Gestor de Contribuintes a nível local em todas UGC.

1.5.2. Critérios de Classificação dos Grandes Contribuintes

No âmbito da implementação dos Critérios de Classificação dos Grandes Contribuintes, procedeu-se a mobilidade dos contribuintes das DAF para as UGC e vice-versa, tendo o número de 1.789 no ano de 2015, passado para 1.978 no período em análise, distribuídos em 1.310 Grandes Contribuintes nas UGC.

Importa referir que no mesmo período, foram transferidos 126 Grandes Contribuintes da DAF de Tete para UGC de Tete, tendo esta última, registado a cessação de actividade de 9 contribuintes, permanecendo assim até 31 de Dezembro de 2016, comum total de 117 Grandes Contribuintes.

Tabela 17. Distribuição dos Grandes Contribuintes – 2016

Grandes Contribuintes	2016	
	Nº	Peso
Nas UGC		
Maputo	594	30,03%
Matola	183	9,3%
Beira	184	9,3%
Tete	117	5,9%
Nampula	149	7,5%
Pemba	83	4,2%
Sub Total nas UGC	1.310	66,2%
Nas DAF		
Sub Total nas DAF	668	33,77%
Total Geral	1.978	100%

A tabela 17 ao lado ilustra a distribuição dos grandes contribuintes ao longo das unidades do País, dos quais 594 encontram-se na UGC de Maputo, 183 na UGC da Matola, 184 na UGC da Beira, 117 na UGC de Tete, 149 na UGC de Nampula, 83 na UGC de Pemba e 668 sedeados nas DAF¹.

Da análise efectuada ao número total de 1.978 Grandes Contribuintes existentes até 31 de Dezembro de 2016, nota-se um aumento de 197 Grandes Contribuintes, comparativamente ao período homólogo do ano transacto (1.789), o que corresponde em termos percentuais a 9,92%.

Fonte: DGI – DUGCAT

¹ Sendo: DAF 1º Bairro Maputo - 335, DAF 2º Bairro Maputo-114, DAF Xai-Xai-14, DAF Inhambane-9, DAF Chokwe-7, DAF Vilanculos-13, DAF 1º Bairro Beira -39, DAF Manga-18, DAF Quelimane-29, DAF Tete-122, DAF Nacala-64, DAF Pemba-10 e DAF Lichinga-16.

1.6. Maximização da Tributação Proveniente dos Recursos Naturais

No período em análise, no âmbito da monitoria das empresas e ou entidades singulares ou colectivas detentoras de títulos de exploração de recursos naturais, foram desenvolvidas entres outras as seguintes acções:

- (i) Monitoria das empresas/entidades detentoras de títulos nas áreas de recursos naturais;
- (ii) Participação na Auditoria, à Empresa Eni East Africa S.P.A; e levantamento de empresas da indústria extractiva já auditadas e as respectivas notas de constatações e recomendações, por forma a efectuar melhor o acompanhamento das mesmas, e proposta de realização de auditorias àquelas que apresentam algum risco e ainda não foram sujeitas;
- (iii) elaboração e aprovação do programa de visitas às Empresas do sector, sendo de destacar a Exploração de Ouro em Manica e Chimoio;
- (iv) Elaboração de pareceres sobre a aplicação da legislação específica para o sector e acompanhamento de possíveis transacções que pudessem resultar em mais-valias e efectuar o devido enquadramento legal;
- (v) Participação da AT em leilões de rubis, sendo o primeiro realizado em Junho e o último, em Novembro de 2016, tendo arrecadado para os cofres de Estado o valor de 4,43 e 30,4 milhões de dólares respectivamente de Imposto sobre a Produção Mineira;
- (vi) Análise e sistematização dos contractos e outras formas de autorizações de investimento na área de recursos naturais, através de negociações para implementação do Projecto de GNL na Bacia do Rovuma;
- (vii) Negociação com o Banco Mundial para financiamento do Plano de Formação para 2017, sobre matérias de Petróleo, Gás e Minas, ao abrigo do Projecto Mining and Gas MAGTAP, que engloba: (i) Formação de mais 15 técnicos em língua inglesa, (ii) Formação complementar em *excel*, na componente “Cálculo Financeiro”, (iii) Capacitação sobre negociação de contratos Gás e GNL e (iv) Noções básicas sobre o sector mineiro e petrolífero.

Foram ainda, em 2016, com o financiamento do Projecto MAGTAP, obtidos os seguintes resultados:

- Formados em *excel* 30 quadros da AT, MIREM (Ministério dos Recursos Minerais e Energia) e MEF, pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM), com o objectivo de capacitá-los para a acção de formação seguinte sobre o Modelo FARI;
- Até ao final do período, 15 quadros da AT, que lidam com matérias ligadas aos recursos naturais, participavam na capacitação em língua inglesa na British Council Mozambique.

Estava prevista para 2016 a realização de visitas às empresas do sector, sendo de destacar as de Exploração de Ouro em Manica e Chimoio, que não foi realizado devido a instabilidade política. As mesmas tinham como objectivo avaliar o risco das empresas que operam no sector mineiro, com licenças para exploração e produção de ouro, uma vez que no trabalho de articulação com o MIREME, através da sua Direcção de Planificação, constatou-se a ausência de qualquer informação relativa a quaisquer pagamentos de impostos específicos da actividade ou pedidos de autorização para exportação do ouro produzido no país. A não realização da acção tem um impacto negativo, pois, não foi possível aferir em concreto as actividades aí desenvolvidas, as quantidades produzidas, o destino da produção e os comprovativos de registo e do cumprimento das obrigações fiscais.

1.7.Modernização, Uniformização e Automatização dos Processos de Negócio da AT

1.7.1. Análise e Melhoria dos Processos de Negócio da AT

No âmbito da análise e melhoria dos Processos de Negócio foi implantado o Sistema de Gestão Integrado (SGI da AT) das normas NM ISO 9001- Qualidade de Serviços e NP ISO 27001- Segurança de Informação e a respectiva documentação associada: (i) Política do SGI; (ii) Manual do SGI; (iii) Procedimentos; (iv) Instruções de Trabalho; (v) Fichas de processos; e (vi) Impressos.

Foram realizadas acções de sensibilização aos colaboradores da DGSC face aos benefícios da implementação do Sistema de gestão integrado da qualidade (ISO 9001) e segurança de informação (ISO 27001).

1.7.2. Funcionamento e Disponibilidade dos Sistemas Informáticos

Durante o período em análise o funcionamento e monitoramento do antivírus Kaspersky Security Center e Kaspersky End-Point Security foram satisfatórios. Contudo, houve atrasos na execução do *procurement* a nível da AT, tendo sido possível, por ajuste directo. Foi adquirida a nova licença de Kaspersky 2016 e decorre o processo de instalação, configuração e actualização, encontrando-se em pleno funcionamento a nível Central e nas Regiões Sul, Centro e Norte.

Existem dificuldades em actualizar o mesmo em algumas Unidades Orgânicas da Província de Tete e Manica devido a inexistência de técnicos de informática, porém, esforços estão a ser desenvolvidos pela Rede de Tecnologias de Informação e Comunicação - RTIC-Centro no sentido de resolver esta situação.

Trading Information Management System (TIMS)

Durante o período em análise, o sistema manteve-se operacional tendo sido realizadas as seguintes actividades:

- Acompanhamento de despachos que dão entrada no sistema TIMS, despachos dos regimes A1 e W7 de combustível, A2, E5 pelo facto da sua operacionalização ainda não ser efectiva no sistema JUE;
- Regularização de processos pendentes que ainda se encontram no sistema TIMS, despachos dos regimes A1, W7, A2, E5, cuja sua implementação ainda não estava efectiva no sistema JUE;
- Regularização de processos de importações que dão entrada através de postos fiscais que se encontram em regiões recônditas, portanto, sem acesso ao sistema TIMS e nem a JUE;
- Importação de batchs das estâncias que ainda não estão abrangidas pela JUE;
- Instalação na Matola de um novo servidor e 3 máquinas clientes; e
- Disponibilização através do memorando de entendimento entre AT, INE e BM, de informação estatística das importações e exportações.

Sistema Interino de Cobrança de Receitas (SICR)

Neste período, o SICR esteve operacional em todas as DAF sem sobressaltos, destacando-se a instalação e configuração dum servidor novo para a UGC de Tete bem como a deslocação de técnicos para a formação *on job*.

Contudo, no período em análise, registou-se indisponibilidade do sistema devido avarias dos servidores nas DAF de Xipamanine, Nacala, Josina Machel, 1º Bairro de Maputo e na UGC Beira.

Sistema NUIT Web

Disponível e operacional em todos os *sites* das unidades orgânicas da AT (DAF e UGC). No que concerne a atribuição de NUIT aos Bancos Comerciais, referir que de momento o mesmo encontra-se no processo de refinação de modo a reduzir o índice de duplicação de registos. Para o efeito foram criados e aprovados novos procedimentos de atribuição de NUIT.

Sistema PHC

O PHC funcionou sem muitas intervenções, visto que os utilizadores à medida que o tempo passa vão ultrapassando as dificuldades existentes. Para além das actividades rotineiras de monitoramento e assistência aos utilizadores, são de destacar as seguintes actividades:

- i) Transferência do servidor do PHC do edifício da Fonte Azul para o edifício-sede da AT, 1º andar, devido a problemas de comunicações e para a recolha dos Backups;
- ii) Actualização e cadastro de utilizadores, sendo 44 na DLI e 16 na DIFOR.
- iii) Envio dos recibos de salário até Julho, altura que esta responsabilidade passou para a DRH, enquanto entidade competente;
- iv) Testes de integridade (após a unificação) e ajustes;
- v) Formação *on job* de utilizadores da DLI nos módulos de Aprovisionamento e Gestão de Contratos;
- vi) Actualização do Mapa de localização da região Norte;
- vii) Migração de utilizadores da Base de Dados (BD) da DLI para o BD mãe

Até ao final do período decorriam acções visando solucionar o problema de acesso remoto ao servidor.

Outros Sistemas

- a) Sistema de Gestão de Expediente (GED) – Durante o período em análise, foram realizadas as seguintes actividades: (i) Configuração para o *Upload* automático de livros; (ii) Início de testes de tramitação de expediente criado na DTIC e que teve Despacho na DGSC; e (iii) Formação em Procedimentos Arquivísticos e Tramitação de Correspondência.
- b) Sistema de Comunicações – Como forma de melhorar a disponibilidade do sistema de comunicação foram realizadas acções de monitoramento dos circuitos alugados dos provedores de serviços, nomeadamente, TDM e Movitel concorrendo para que o sistema funcione a um bom nível. Foi ainda, introduzida uma solução para a redução de custos em chamadas telefónicas no edifício-sede que consistiu na atribuição de códigos individuais aos diferentes utilizadores da AT.

No âmbito da Reengenharia da RENA, foi feita a substituição do equipamento de comunicação (router e switches) nas Direcções Regionais Norte e Centro e concluída a configuração para acesso a RENA na Divisão dos Assuntos Sociais.

Até ao final do período, decorriam acções relativas a disponibilização do sinal da RENA na Delegação da AT a nível da cidade de Maputo e dos sinais da RENA, SICR e SISTAFE, na Direcção de Reembolsos.

Foram registadas quedas de sinal nas DAF de Mocuba e de Gurué, no Posto Fiscal de Manica e no IFPFT - Delegação Regional Centro devido a problemas por parte da provedora (Movitel).

Gestão de Equipamento Informático

Na DRC no âmbito da reengenharia que vem decorrendo foram apetrechadas as DAF do 1º e 2º Bairro da Beira, DAF de Chimoio, DAF de Quelimane e DAF de Tete. Estas unidades orgânicas se beneficiaram de 1 router e 1 Swith para cada com excepção da DAF de Tete que está a espera de receber um router.

Com vista as aquisições para 2017 decorreu o processo de globalização da informação referente às necessidades em equipamento, terminando o ano a 90 % e em curso a elaboração de especificações técnicas do equipamento necessário.

Manutenção Profilática do Equipamento e Sistemas

Foram feitas intervenções nos Serviços Centrais, nas Direcções Regionais Sul, Centro e Norte, nomeadamente DGA, DGI, GPECI, GCIm, Direcção de Reembolsos, Direcção de Análise e Previsão da Receita, Direcção de Recursos Humanos, Delegação da Cidade de Maputo, Secretaria de despacho, Divisão de Contencioso Aduaneiro (DCA), TIMAR, Posto de Cobrança Josina Machel, Posto de Cobrança de Zimpeto, Delegação Aduaneira da Matola, UGC, DAF da Matola, Posto de Cobrança da Machava, Ressano Garcia e Posto de Cobrança de Ressano Garcia, Delegação Provincial da AT de Sofala, Serviços Provinciais das Alfândegas de Sofala, DAF do 1º e 2º Bairros da Beira, UGC da Beira, Delegação Provincial da AT de Tete, DAF de Tete, UGC de Tete, Posto Fiscal de Moatize, Delegação Provincial da AT de Manica, Serviços Provinciais das Alfândegas de Manica, Posto de Cobrança de Manica e DAF de Quelimane, em resposta as solicitações para configuração de internet, Outlook, partilha de dispositivos de rede e transferência de ficheiros.

Montagem e/ ou reabilitação de estruturas de cablagem em alguns locais

Foi montada a infra-estrutura de cablagem no Posto de Cobrança de Marracuene, faltando a reabilitação da cablagem do edifício sededa DGA - 7º andar e do rés-do-chão do “prédio 33 andares”, onde funciona a Divisão de Previsão e Análise de Receita. Há necessidade de ser reparada a cablagem nas DAF de Chimoio e da Manga - Beira, que ficou danificada devido as obras de reabilitação.

Gestão da Página Web da AT

A página web esteve disponível, sem sobressaltos, sendo de destacar as seguintes tarefas:

- **Publicação da seguinte Legislação:** (i) Diploma Ministerial n.º 23/2016 de 16 de Março, aprova o regulamento do Comité Técnico das Máquinas Fiscais; (ii) Diploma Ministerial n.º 24/200, de 16 de Março, aprova as normas relativas à Especificação Técnica das Máquinas Fiscais e respectivos Sistemas de Suporte e Gestão; (iii) Diploma Ministerial n.º 39/2016 de 14 de Junho, concernente a alteração do Diploma Ministerial n.º 4/2014, de 10 de Janeiro (Instruções Específicas sobre o Incentivo da Taxa do Gasóleo); (iv) Diploma Ministerial n.º 48/2016, de 5 de Agosto, cria o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Nampula; (v) Rectificação: atinente ao Decreto n.º 28/2015, de 28 de Dezembro, publicado aos, 24 de Agosto; (vi) Rectificação: atinente ao Decreto n.º 34/2015, de 31 de Dezembro, publicado aos, 24 de Agosto; e, (vii) Diploma Ministerial n.º 59/2016, de 14 de Setembro, Aprova o Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado.
- **Actualização de notícias correntes na página web a saber:** (i) Encerramento da reciclagem de 150 funcionários da AT no dia 22 de Julho do ano corrente, no Centro de Formação de Forças das Operações de Apoio à Paz, no distrito de Moamba; (ii) Patenteamento de 2.400 funcionários aduaneiros; e (iii)

Inserção, lançamento do Projecto “Factura na Escola” que a Autoridade Tributária de Moçambique procedeu no dia 09 de Setembro, na Escola Primária Completa da Matola C, no Município da Matola.

1.8. Expansão do Sistema de Inspeção não Intrusiva de Pessoas e Bens

Foram realizados trabalhos de avaliação para instalação de equipamentos de scanners nos portos de Pemba e Quelimane. Igualmente, durante o período em avaliação, foi finalizado o processo de formalização para a instalação de duas máquinas de scanners no Terminal Internacional de Ecomendas Postais (TIEPO) de Maputo, aguardando-se pela empresa Kudumba para a efectivação dos trabalhos de instalação.

No que tange a monitoria dos equipamentos instalados nos diversos sites ao nível do país, foram realizadas visitas de trabalho em todos os sites do INI instalados em Pemba, Nampula, Quelimane, Beira, Inhambane e Maputo com o objectivo de aferir o estado de equipamento e seu funcionamento bem como o nível de cumprimento dos procedimentos. Aferiu-se que todos os Sites de INI, onde foram instalados equipamentos, os mesmos se encontram em óptimo estado de funcionamento, todavia persistem em alguns pontos (Sites Portuários de Maputo e Nacala), algumas paralisações das máquinas resultantes da ocorrência de oscilação de energia provocando com atraso no restabelecimento, criando congestionamento de camiões no recinto do SITE. Refira-se que o cenário actual é satisfatório no tocante ao desempenho funcional das máquinas.

Formação em matérias de inspeção não intrusiva

Com vista a garantir uma melhor operacionalização dos sites de inspeção não intrusiva, durante o exercício em análise foram formados 44 agentes aduaneiros, sendo 20 nos aeroportos de Maputo, 8 Inhambane-Vilanculos, 10 Tete, e 6 em Pemba em matéria de operação de equipamentos de inspeção não intrusiva, a fim de equipá-los com ferramentas de análise de imagem de raio-x. Participaram igualmente no curso de operação de equipamentos de CCTV (curso que consistia em habilitar os mesmos nos sistemas de segurança.) ,no Terminal Internacional Aéreo de Maputo, 25 funcionários aduaneiros,

Impacto dos Scanners na Recuperação da Receita

Sob ponto de vista de incremento de receita, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016 em resultado do uso da inspeção não intrusiva de mercadorias foi arrecadada receita proveniente dos despachos de correcção na ordem de:

TIMAR Maputo: Das 63.685 entradas no site, 24.465 foram scanados e 24.384 seleccionados ao “exame”. Dos 24.384 submetidos a verificação efectiva 802 foram solicitados pela Verificação/Inteligência/ITS, devido ao perfil de risco; Dos processos que tiveram exame efectivo, 1.021 foram encaminhados ao Sector de Verificação por se ter constatado ocorrência de casos de subfacturação, incorrecta classificação pautal e ainda por falsas declarações, tendo resultado em 359 despachos de correcção, no valor total de 71 milhões de MT. Realçar ainda que dos processos devolvidos durante o período em análise 209 ainda aguardavam pelo desfecho no Sector de verificação e DVA.

TIMAR Beira: Das 158.782 entradas no site, foram scanados 33.932, e 5.384 seleccionados ao “exame”. Referir que dos 5.384 submetidos a verificação efectiva, 641 foram solicitados pela Verificação/Inteligência/ITS, e 4.743 pelo sector de scanner devido ao perfil de risco. Dos Scanners efectuados, 28.548 tiveram resultado “satisfatório” culminando com 137 correcções que resultaram na cobrança de 60,74 milhões de MT.

TIMAR Nacala: Das 42.936 entradas no site, 22.142 foram scanados e 20.704 seleccionados ao “exame”. De referir ainda que, foram efectuados 16.973 scanners, 14.325 tiveram resultado “satisfatório” e 1.910 foram seleccionados ao “exame”. De referir ainda que dos 1.910 submetidos a verificação efectiva (exame), 826 foram solicitados pela Equipe o Scanner em virtude de as imagens suscitarem algumas dúvidas e 1.412 foram solicitados pela Verificação/Inteligência/ITS, devido ao perfil de risco culminando com 272 correcções que resultaram na cobrança 4,96.milhões de MT, o que corresponde a 72,83%.

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

2.1.Revisão e Actualização da Legislação

No âmbito da Reforma Legislativa em curso, durante o ano de 2016, foi aprovada a seguinte legislação:

Leis:

- **Lei n.º 13/2016, de 30 de Dezembro** (BR n.º 156, I Série), altera e republica a Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, com vista a promover e dinamizar a economia nacional, no Sector Agrícola, no Sector da Indústria Nacional, no Sector dos Transportes, no Sector dos Combustíveis, no Sector da Saúde, sendo o IVA um imposto suportado, de facto pelos consumidores finais, as isenções terão, igualmente, um impacto positivo sobre os preços de determinados bens e serviços.
- **Lei n.º 11/2016, de 8 de Dezembro** (BR n.º 132, I Série), aprova o Texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares, com o objectivo de introduzir a Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) - quarta edição, versão de 2007, aprovada pela Organização Mundial das Alfândegas, da qual Moçambique é membro, introduzir ainda, os ajustamentos necessários na Pauta Aduaneira em vigor, com vista às boas práticas e exigências do comércio internacional.

Diplomas Ministeriais:

- **Diploma Ministerial n.º 23/2016, de 16 de Março**, (BR n.º 32, I Série), aprova o Regulamento do Comité Técnico das Máquinas Fiscais, que revogou ou Despacho Ministerial de 20 de Julho de 2011, com o objectivo de estabelecer competências aos membros e convidados permanentes dos referidos Comités, bem como a precisão de incluir outras entidades de preeminente impacto nos processos desenvolvidos neste Projecto, como é o caso por exemplo, dos Directores das Unidades de Cobrança e de outras figuras do CEDSIF, urge a necessidade de alteração do presente Regulamento em vigor, de forma a garantir a fluidez e celeridade na concepção, análise e implementação dos processos ou funcionalidades em desenvolvimento.
- **Diploma Ministerial n.º 24/2016, de 18 de Março**, (BR n.º 33, I Série), aprova as normas relativas à Especificação Técnica das Máquinas Fiscais e respectivos Sistemas de Suporte e Gestão, com o objectivo de estabelecer as linhas de base tecnológicas das máquinas fiscais e do *software* de suporte e gestão e outras instruções para sua operacionalização.

- **Diploma Ministerial n.º 39/2016, de 14 de Junho**, (BR n.º 70, I Série), Concernente a alteração do Diploma Ministerial n.º 4/2014, de 10 de Janeiro, (Prorrogação da Taxa sobre Gasóleo), com o objectivo de prorrogar o prazo até 31 de Dezembro de 2018, sobre o uso do incentivo da taxa incidente sobre o Gasóleo.
- **Diploma Ministerial n.º 48/2016, de 5 de Agosto**, (BR n.º 93, I Série), Cria o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Nampula, com o objectivo de autonomizar os serviços de execução fiscal das respectivas Unidades de Cobrança, nomeadamente de Grandes contribuintes de Nampula, com vista a dinamizar a cobrança coerciva da dívida fiscal.
- **Diploma Ministerial n.º 59/2016, de 14 de Setembro**, (BR n.º 110, I Série), Aprova o Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco manufacturado e Revoga o Diploma Ministerial n.º 25/2008, de 2 de Abril, que aprova o Regulamento sobre o Uso de selo de Controlo para as Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manipulado, vem estabelecer os procedimentos a observar na produção, distribuição, uso e fiscalização do selo de controlo de bebidas alcoólicas das posições pautais 22.03, 22.04, 22.05 e 22.08 e tabaco manufacturado da posição pautal 20.02, cuja selagem é de carácter obrigatório.
- **Diploma Ministerial n.º 75/2016 de 1 de Novembro, (BR n.º 130, I Série)**, fixa o preço de referência para determinação da Sobretaxa devida na importação do açúcar para uso industrial, ao abrigo do artigo 3 do Decreto n.º 34/2009, de 6 de Julho, com o objectivo de estabelecer o preço de referência para a determinação da Sobretaxa devida na importação do açúcar para o uso industrial.

Despachos:

- **Despacho de 7 de Outubro de 2016**, (BR n.º 120, I Série), Altera o Regulamento dos Comité Executivo e Técnico do Projecto e - Tributação e revoga o Despacho Ministerial de 20 de Julho de 2011 do Ministro das Finanças, com o objectivo de conferir e estabelecer competências aos membros e convidados permanentes dos referidos Comités, bem como a precisão de incluir outras entidades de preeminente impacto nos processos desenvolvidos neste Projecto, como é o caso por exemplo, dos Directores das Unidades de Cobrança e de outras figuras do CEDSIF, por forma a garantir a fluidez e celeridade na concepção, análise e implementação dos processos ou funcionalidades em desenvolvimento.

Foi ainda, durante o ano de 2016, elaborada a seguinte legislação que aguarda aprovação e publicação:

- Proposta de alteração da Lei n.º 1/2006, de 22 de Março, que cria a Autoridade Tributária, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/2009, de 10 de Setembro, para os devidos efeitos;
- Proposta de alteração do Despacho Ministerial que actualiza os Procedimentos para a Impressão de Facturas e o seu Processamento por Mecanismo de Saída de Computador;
- Proposta de alteração do Despacho que Aprova o Regulamento dos Comités do Projecto e-Tributação.
- Proposta de Despacho que aprova a Tabela de coeficientes de Correção Monetária;
- Proposta de Despacho que aprova os Modelos de Impressos do Imposto sobre o valor Acrescentado e do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes.

2.2. Estudos e Pesquisas para o Sustento de Medidas de Política Tributária

No âmbito da Política Tributária, foram desenvolvidas as seguintes acções a seguir:

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

- Emissão de vários pareceres, análise e sistematização de reflexões/estudos tendo em conta as necessidades das áreas operativas bem como resultantes de instruções ou recomendações superiores;
- Em parceria com o projecto MAGTAP, financiado pelo Banco Mundial, concluiu-se a programação para acções de formação para 2016;
- Participação em cursos para a melhoria de competências na gestão e tributação em relação aos recursos naturais;
- Participação na apresentação do Estudo sobre o Impacto Socioeconómico dos Tratados de Dupla Tributação em Moçambique, apresentado pela ACTIONAID, que conclui que os mesmos acarretam perdas de receita fiscal considerável e recomendando a reavaliação dos acordos um a um e revisão das taxas e redefinição de certas disposições e inclusão de cláusulas de salvaguarda;
- Reflexão sobre a pertinência ou não da transferência da competência da cobrança do IRPS provenientes dos Rendimentos da Quarta Categoria para os Municípios, na qual se concluiu que sendo o IRPS um imposto único e indivisível, não se prevendo nele a consignação para os Municípios e, tratando-se de matéria de reserva parlamentar, só ao nível da Assembleia poderia acontecer a revisão;
- Finalização e apresentação em CLD da reflexão sobre a Contribuição do Sector do Turismo na receita fiscal, seus impactos e factores que influenciam o seu desempenho, na qual destacam-se como factores negativos as fragilidades na fiscalização; sonegação deliberada dos impostos, não cruzamento interinstitucional de dados; empreendimentos em zonas recônditas; turistas que entram com mantimentos; falta de sondagem sobre as ocupações turísticas.
- Realização de Reflexão sobre Imposto de Consumos Específicos em paralelo com a tributação de “Veículos de Luxo” ou de “Alta cilindrada” e sua possível transformação em imposto regional da SADC;
- Análise da possível fusão das Direcções de Normaçoão DGI/DGA – Finalizada apontando para a necessidade de ter em conta aspectos operacionais que deveriam manter-se em cada uma das direcções gerais em apreço. Contudo, porque a estrutura orgânica está dependente da revisão da Lei 1/2006, de 22 de Março, lei que cria a AT, o seu desenvolvimento ficou suspenso;
- Acompanhamento das missões do Fundo Monetário Internacional (PSI – FAD) que decorreram no Ministério de Economia e Finanças e na AT respectivamente;
- Conclusão da Reflexão sobre o Regime Jurídico das Sucursais;
- Reflexão sobre a Actividade de Importação Informal (Mukhero em Ressano Garcia);
- Reflexão sobre o IVA em Moçambique, dada a complexidade do assunto estão em cursos vários *brainstormings* e seminários;
- Reflexão sobre a pertinência da prevalência dos Regimes Simplificados face ao ISPC, que aponta para a necessidade de uma revisão urgente do ISPC, por ser permissivo à elisão fiscal;
- Análise da Tributação da indústria Transformadora – O Regime da indústria de óleos e sabões
- Participação na análise do contrato de gestão do TEEN, que tem como dissídio principal a obrigatoriedade do uso exclusivo para mercadorias em exportação pelo Porto de Nacala e elaboração dos termos de referência para o estudo da Competitividade dos Corredores de Nacala; da Zambézia, da Beira e de Maputo;
- Elaboração de Produção de Perfis de Gestão para as unidades orgânicas da AT, sendo prioritários dos cinco Directores Gerais; foram apresentados no CLD e deverão seguir ao conselho Directivo;
- Participação no Workshop de Apresentação da Análise Económica dos Impostos e Tarifas de Produtos Pico Fotovoltaicos, Sistemas Solares Caseiros e Fogões Melhorados, cujo objectivo é permitir que os cidadãos tenham acesso a uma energia de baixo custo, e que seja alternativa à Rede Nacional de Energia fornecida pela Electricidade de Moçambique;
- Conclusão da reflexão receitas próprias e consignadas e início do trabalho de reflexão sobre as mesmas;
- Conclusão e submissão da reflexão sobre a Contribuição das Instituições Financeiras na Carteira Fiscal, bem como a classificação em vigor na ordem jurídica moçambicana;

- Reanálise do estudo sobre os ADT após ter sido apresentado em sede do CLD da DGI;
- Participação no Seminário Nacional sobre Cobrança da Dívida de Contribuições à Segurança Social em que se propõe a criação de um Grupo de Trabalho da AT para articular com o Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- Realização de um Encontro de Trabalho com a Bolsa de Mercadorias de Moçambique no âmbito da estratégia de desenvolvimento de relações institucionais entre a BMM e os diferentes sectores da sociedade.
- Preparação e realização do seminário sobre a tributação em sede da tributação do imposto IVA e do sector da actividade avícola;
- Participação no Seminário do CPI na vertente do Plano Estratégico de Promoção de Investimento Privado em Moçambique;
- Preparação e acompanhamento das missões do FAD para reforma da Política Tributária;

2.3. Medidas para o Alargamento da Base Tributária

2.3.1. Educação Fiscal e Aduaneira, e Popularização do Imposto

Durante o ano de 2016, o GCIm realizou varias acções tendo como pano de fundo a educação fiscal e a melhoria da imagem institucional. E, para o efeito foram realizadas acções de educação fiscal e aduaneira e de massificação do imposto, com principal enfoque para o uso das redes sociais, realização de torneios desportivos, palestras e acções de formação de disseminadores que resultaram na formação de cerca de 11.053 disseminadores e cadastro de mais de 91.000 novos NUIT (Ver o anexo IV).

Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social

No período em análise foram produzidos e enviados aos Órgãos de Comunicação Social 123 comunicados de imprensa e 106 anúncios sobre os acontecimentos da instituição para cobertura, avisos, entre outros, nos jornais, rádios e televisões nacionais:

Foram veiculadas 361 reportagens televisivas, efectuadas 274 coberturas internas e externas de eventos, que contribuíram para a divulgação e popularização do imposto, veiculados 116 inserções do spot sobre mudança de matrículas; 740 inserções do minuto fiscal, na Rádio Moçambique (RM); 238 inserções do spot de NUIT, na Soico Televisão (STV); veiculados anúncios, notícias e reportagens com recurso à imprensa escrita, para além de 213 recortes de jornais sobre diversos assuntos da AT, dos quais 19 são notícias desabonatórias que trouxeram uma imagem negativa para a instituição, fazendo com que se perdesse alguma credibilidade nos serviços prestados e, de certo modo, falta de confiança na própria instituição. No que refere a notícias desabonatórias houve um crescimento no presente ano com cerca de 19 notícias comparado ao igual período do ano passado, que foram verificadas cerca de 8 notícias desabonatórias.

No que refere a aparição na imprensa escrita avaliada a partir de recortes feitos, nota-se que em 2016 houve maior aparição que em 2015 tendo se feito e arquivado 213 recortes contra 297 recortes de 2015. A aparição positiva do nome da AT na instituição ajuda a fazer com que esta seja conhecida (marketing de marca), ajuda a limpar o nome da instituição (ideia negativa, que muitas vezes é trazida pelas notícias desabonatórias veiculadas pela imprensa, por um lado, e por outro, pela fraca capacidade de resposta que os nossos serviços prestam. O outro aspecto positivo é que de forma indirecta as aparições na imprensa ajudam a fazer a educação fiscal e a consolidar o conceito de cidadania na sociedade.

Assistência ao Contribuinte

No âmbito da implementação do projecto Filas de Espera, foi feito o trabalho nas DAF de Nampula e Nacala, de Instalação, Configuração, Montagem, Formação Técnica, popularização do Sistema de Gestão de Filas de Espera, portal do Contribuinte e serviços de Central de Atendimento. Nesta senda, foram formados 46 operadores do sistema nas duas DAF e 8 técnicos, para dar suporte do sistema sempre que necessário. Destaque ainda para a (i) implementação dos BAC de Niassa, Matola e Cabo Delgado; (ii) Distribuição e colocação de livros e caixas de reclamação nos BAC, DAF, PF, PC e Fronteiras e, (iii) criação de monofolhas (menu de ajuda par o utilizador).

2.3.2. Cadastração Fiscal

Foi fixada para o período a meta de atribuição de 726.000 NUIT, tendo sido registados, até 31 de Dezembro de 2016, 697.587 NUIT, que representam um nível de realização de 96,09 face a meta supracitada. Do total de NUIT atribuídos no período em referência, 686.712 são de pessoas singulares e 10.875 de pessoas colectivas, que representam uma realização de 96,52% e 74,89% face a meta deste grupo de 711.480 e 14.521 respectivamente, conforme a tabela 18 abaixo.

Tabela 18. Registo de Contribuintes em 2016

Região	Janeiro a Dezembro														
	Realização 2015			2016											
				Programa			Realização			Grau de Realização			Crescimento Nominal		
	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total
Norte	231.535	1.751	233.286	157.121	3.207	160.328	177.927	1790	179.717	113,24%	55,82%	112,09%	-23,15%	2,23%	-22,96%
Centro	188.881	2.423	191.304	219.904	4.488	224.392	183.203	2.646	185.849	83,31%	58,96%	82,82%	-3,01%	9,20%	-2,85%
Sul	415.750	6.284	422.034	334.455	6.826	341.281	325.582	6.439	332.021	97,35%	94,33%	97,29%	-21,69%	2,47%	-21,33%
Total	836.166	10.458	846.624	711.480	14.521	726.000	686.712	10.875	697.587	96,52%	74,89%	96,09%	-17,87%	3,99%	-17,60%

Fonte: DGI

Quanto ao grau de desempenho por regiões, destacou-se a Região Norte com 112,09%, seguida da Região Sul com 97,29% e por último a Região Centro com 82,82%. Comparativamente ao desempenho de igual período do ano transacto, no qual registou-se 846.624 NUIT, houve um decréscimo na ordem de 17,60%.

Em relação ao acumulado desde 1999 até 31 de Dezembro de 2016 foram registados 4.796.102 NUIT, sendo 4.707.089 de pessoas singulares e 89.013 de pessoas colectivas. O total de pessoas singulares registadas representam um nível de cobertura de 17,81% do universo da população projectada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2016, em cerca de 26.423.623 habitantes.

Registo em Sede do ISPC

Da meta de Janeiro à Dezembro de 2016, fixada em 20.000 registos de contribuintes em sede de ISPC, foram registados até 31 de Dezembro, 12.318, o que corresponde a uma realização de 61,59%. Do total de contribuintes registados no período em referência, 4.814 foram registados na Região Sul, 4.012 na Região Centro e 3.492 na Região Norte, o que representa uma realização de 74,06%, 61,72% e 49,89% face a meta deste grupo de 6.500, 6.500 e 7.000, respectivamente.

Comparativamente ao desempenho de igual período do ano de 2015, no qual registou-se 27.983 contribuintes, houve um decréscimo na ordem de 55,98%. Em relação ao acumulado desde 2009 até 31 de Dezembro de 2016, foram registados 199.593 contribuintes em sede de ISPC, dos quais 76.002 foram registados na Região Sul, 72.354 na Região Centro e 51.237 na Região Norte.

Concorreram para o incumprimento da meta destes contribuintes, incluindo em ISPC, os seguintes factores:

- ✓ Instabilidade política que tem retraído o investimento a nível da Região Centro;
- ✓ Fraco desempenho das DAF e Postos de Cobrança no que respeita ao registo e cobrança deste imposto, devido a falta de viaturas para deslocação de técnicos ao terreno; e
- ✓ Exiguidade de recursos humanos para divulgação do imposto e inscrição de novos contribuintes.
- ✓ A crise económica financeira que tem retraído o investimento em Moçambique.

Impressão de Cartões

De uma meta fixada de 832.656 cartões, para o período em análise, foram impressos até 31 de Dezembro 573.212 cartões de NUIT, que representam um nível de realização de 68,84% face a meta do período. Quanto ao grau de desempenho por regiões, destacou-se a Região Centro com 156.793 cartões, o que representa uma realização de 71,56%, seguida da Região Norte com 183.562 cartões, o que representa uma realização de 69,81% e por último a Região Sul com 232.852 cartões, o que representa uma realização de 66,42%. Comparativamente ao desempenho do igual período em 2015, no qual foram impressos 827.447 cartões de NUIT, registou-se um decréscimo nominal na ordem de 30,73%.

Concorreram para o baixo desempenho durante o período em análise, factores relacionados com avarias constantes das máquinas de impressão de cartões, incluindo das viaturas de cadastração fiscal móvel (falta de manutenção e reparação).

2.3.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança

O Redimensionamento das Áreas Fiscais tem como objectivos proceder o descongestionamento das DAF com elevado número de contribuintes e reduzir os custos operacionais do contribuinte no cumprimento das obrigações fiscais tendo como base os seguintes critérios: (i) importância e dimensão da actividade económica desenvolvida; (ii) densidade populacional, em particular o número de potenciais contribuintes existentes; e (iii) facilidade de acesso entre os vários distritos abrangidos.

No decorrer deste processo que iniciou em 2008, foi possível identificar até 31 de Dezembro de 2016, 113 locais a nível das 3 regiões do país para abertura e funcionamento de novos Postos de Cobrança, dos quais 76 estão em funcionamento sendo, 50 fixos e 26 móveis.

Não foi possível o alcance da meta de abertura de 03 postos devido a constrangimentos relacionados com o lançamento tardio dos concursos das empreitadas de obras públicas aliado a falta de disponibilidade financeiras para a compra de diversos equipamentos para operacionalização de postos de cobrança.

No entanto, para o período em análise, foi aberto o Posto de Cobrança de Marrupa, adstrito a DAF de Lichinga e Juízo Privativo de Execuções Fiscais de Nampula, na região Norte, tendo sido aberto ainda a UGC de Tete, na região Centro. Importa referir que se encontravam em curso as obras de construção do Posto de Cobrança de Nacala-a-Velha e terminadas as obras de construção e apetrechamento do Posto de Cobrança de Marracuene.

Com estas acções desenvolvidas na área de impostos internos, a DGI contava com 76 Postos de Cobrança até 31 de Dezembro de 2016, 25 DAF, 6 UGC e 3 Juízos Privativos das Execuções Fiscais, totalizando 110 Unidades de Cobrança.

2.4.Redimensionamento e Fortalecimento do Sistema das Auditorias e Fiscalizações da AT

O maior desafio continua sendo a descentralização da função de auditoria para o nível provincial, de forma a imprimir uma nova dinâmica neste sector e massificar a presença fiscal no terreno. Assim está em processo a criação de núcleos provinciais de fiscalização tributária nas províncias de Nampula, Sofala, Tete e cidade de Maputo.

A capacitação interna dos funcionários quer através do estudo da legislação, quer através do modelo *on job training* continua a merecer igualmente atenção deste sector. Este exercício tem como objectivo o fortalecimento da capacidade interventiva do sector das auditorias através da especialização dos técnicos em auditoria ao sector extractivo, serviços, instituições financeiras e seguros.

Auditorias e fiscalizações dos impostos internos e dos impostos sobre o comércio externo

Com vista a fortalecer o cumprimento das obrigações e aduaneiras, foram realizadas diversas acções, com destaque para a realização de 913 auditorias (359 de impostos internos e 554 de impostos externos), que resultaram na recuperação de 1.060,44 milhões de MT, dos quais, 123,98 milhões de MT pela DAFT e 936,46 milhões de MT pelas auditorias pós desembaraço.

2.4.1. Fiscalizações e Auditorias Tributárias

Durante o período em análise foram visitadas 359 empresas pela DAFT a nível de todo o país, que resultaram na recuperação de 123,90 milhões de MT cifra que representa 138,08% da meta anual estabelecida para esta Direcção (260 empresas), tendo logrado os seguintes resultados em termos de matéria colectável e impostos apurados. Das visitas efectuadas destacam-se trabalhos de confirmação de dados e cruzamento de facturas, exame a escrita por conta da análise interna, pedidos de reembolso em IVA e IR.

Conforme ilustra a tabela 19 e o gráfico 5, foi apurado de matéria colectável o montante de 14.626,51 milhões de MT que representa um decréscimo de 19,53%, comparativamente ao período homólogo do ano transacto. O decréscimo, resulta essencialmente pelo facto de não terem sido auditadas empresas da área de, exploração mineira e hotelaria e turismo. Ainda no mesmo período foram apurados 2.000,67 milhões de MT de impostos devido, que representam um decréscimo de 27,16% comparativamente a igual período de 2015.

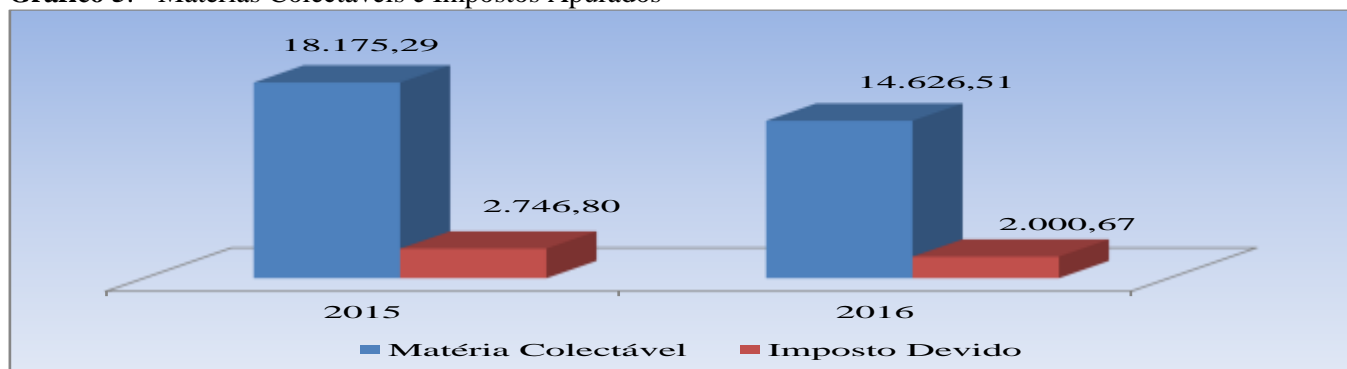
Tabela 19. Matérias Colectáveis e Impostos Apurados

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Janeiro a Dezembro					
	Matéria Colectável			Imposto Devido (Apurado)		
	2015	2016	Cres. Nominal	2015	2016	Cres. Nominal
IVA- Vendas Sonegadas	2.528,40	2.679,29	5,97%	412,19	423,98	2,86%
Dedução Indevida do IVA	0	0	0,00%	13,8	92,09	567,32%
IVA das Mercad. Sem factura	0	0	0,00%	8,1	0,14	-98,27%
IRPS (Trabalho Dependente)	53,21	0	-100,00%	11,23	0,48	-95,73%
IRPS (Outros)	160,81	2.002,98	1145,56%	33,01	444,2	1245,65%
IRPC (Tributação Autónoma)	138,52	288,93	108,58%	49,4	104,89	112,33%
IRPC (Pagtos a não Residentes)	22,62	282,76	0,00%	5,24	62,87	0,00%
IRPC (Matéria Colectável Adicional)	15.271,73	9.326,31	-38,93%	2179,46	869,71	-60,10%
Outros	0	46,24	0,00%	34,37	2,31	-93,28%
Total	18.175,29	14.626,51	-19,53%	2.746,80	2.000,67	-27,16%

Fonte: DAFT

Gráfico 5. - Matérias Colectáveis e Impostos Apurados



Trabalhos Externos Realizados pelas DAF/UGC

No período em análise, as unidades de cobrança efectuaram 787 auditorias, o que representa 92,59% de realização em relação à meta estabelecida (850 empresas) e um incremento de 207 empresas em relação a igual período do ano anterior.

Tabela 20. Impostos Apurados pelas DAF/UGC

Descrição	Apuramento em 2015	Apuramento em 2016	Cresc. Nominal
IVA	664,47	1.557,01	134,32%
IRPS	87,04	49,38	-43,27%
IRPC	1.042,10	2.981,24	186,08%
Outros	8,91	13,70	53,76%
Total	1.802,52	4.601,33	155,27%

Em termos de impostos apurados, a cifra atingiu 4.601,33 milhões de MT, contra 1.802,52 milhões de MT de igual período do ano anterior, o que representa um crescimento nominal em 155,27%, nos termos da tabela 20 ao lado.

Fonte: DAFT

Em termos globais foi apurado o valor de 6.773,53 milhões de MT como resultado dos trabalhos de auditoria, contra os 4.549,34 milhões de MT de igual período de 2015 o que representa um crescimento em 48,89%, conforme a tabela 21 abaixo.

Tabela 21. Resumo global dos impostos apurados nas auditorias

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Nº de Empresas Visitadas		Cresc. Nominal	Imposto Apurado		Cresc. Nominal
	2015	2016		2015	2016	
DAFT-Nível Central	199	359	80,40%	2.562,56	2.000,68	-21,93%
DAFT-Nas Províncias	165	85	-48,48%	184,25	171,52	-6,91%
DAF/UGC	994	787	-20,82%	1.802,53	4.601,33	155,27%
Total	1.358	1.231	-9,35%	4.549,34	6.773,53	48,89%

Fonte: DAFT

Cobranças

Para o período em análise, foi cobrado de impostos adicionais resultantes das auditorias o montante global de 123,98 milhões de MT contra os 1.110,63 milhões de MT de igual período de 2015, que corresponde a um decréscimo de 88,84%, conforme a tabela 22 a seguir:

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Tabela 22.Resumo de Impostos Cobrados

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro								
Descrição	IVA	IRPC	IRPS	Imp.Selo	ISPC	Multas	Taxa Liberatória	Total
Região Sul	25,16	30,93	8,44	0	0	0	0	64,53
Região Centro	10,98	16,09	1,23	0	0	0,97	0	29,27
Região Norte	11,62	16,71	1,85	0	0	0	0	30,18
Total Cobrado 2016	47,76	63,73	11,52	0	0	0,97	0	123,98
Total Cobrado 2015	564,49	505,95	20,45	0	0	19,69	0,05	1.110,63
Crescimento Nominal	-91,54%	-87,40%	-43,67%	0	0	-95,07%	-100,00%	-88,84%

Fonte: DAFT (Informação mensal prestada pelas DAF/UGC no âmbito da Circular nº 11/GAB – DGI/2006, de 13 de Outubro)

Processos de Contas

De acordo com o plano de gestão da AT, foi fixada, para 2016, uma meta de 2.600 declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos, tendo sido confirmadas durante o período em análise 2.613 declarações, o que representa um grau de realização de 100,5% em relação à meta anual fixada e um decréscimo de 4.67% em relação a igual período do ano passado, conforme a tabela 23:

Tabela 23.Processos Analisados e Impostos Apurados

Unidade: 10⁶MT

Anos	Janeiro a Dezembro								
	Nº de		Cresc. Nominal	Matéria Colect.		Cresc. Nominal	Impostos		Cresc. Nominal
	2015	2016		2015	2016		2015	2016	
2010	1.762	0	-100,00%	544,95	0,00	-100,00%	96,40	0,00	-100,00%
2011	848	1.866	120,05%	167,04	5.655,73	3285,85%	47,86	1.768,91	3596,01%
2012	83	642	673,49%	1,98	401,40	20172,73%	0,63	115,88	18293,65%
2013	15	97	546,67%	0	19,78	0,00%	0,00	6,19	0,00%
2014	0	0	0,00%	0	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Pro. De Exame	33	8	-75,76%	0	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Total	2.741	2.613	-4,67%	713,97	6.076,91	751,14%	144,89	1.890,98	1205,11%

Fonte: DAFT

2.4.2. Fiscalizações e Auditorias Pós-Desembarço Aduaneiro

No âmbito dos trabalhos de controlo e fiscalização aduaneira, com vista a prevenção e combate a evasão fiscal e consequente recuperação da receita evadida, foram realizadas diversas actividades a destacar as 554 auditorias pós desembarço às empresas, que correspondem a um grau de cumprimento de 98,92%, face a meta de 560 de auditorias anuais. Foram ainda, iniciados 582 casos na Divisão de Investigação, referenciados 52 casos resultantes da actuação de 5.793 perfis de riscos, e 233 apreensões de mercadorias diversas (Produtos de mercearia, viaturas, electrodomésticos, drogas, cigarros e bebidas alcoólicas) pelas Brigadas de Reação Táctica (BRT) e FAST.

Os trabalhos realizados permitiram a recuperação da receita adicional no montante de 960,74 milhões de MT, que representa um decréscimo de 51,19%, quando comparado com igual período de 2015, que situou-se em 1.968,14 milhões de MT.

- Instrução de 582 processos de investigação, que resultaram na recuperação em direitos aduaneiros de 272,67 milhões de MT, que correspondem a um incremento na ordem de 2,60%, em relação ao período homólogo de 2015, que situou-se em 279,96 milhões de MT;

- Realização de 554 auditorias pós-desembaraço realizadas às empresas previamente seleccionadas correspondentes a 98,92%, tendo em vista a prevenção, combate as fraudes e evasão fiscal e aduaneira, que resultaram na cobrança de 192,26 milhões de MT, que corresponde a um decréscimo nominal de 9,32% quando comparado com igual período de 2015, cuja cobrança foi de 212,02 milhões de MT;
- Actuação de perfis de riscose selecção de contentores, tendo sido actuados 5.793 perfis de riscos sendo 3.936 na Região Sul, 1.093 na Região Centro e 764 na Região Norte. Ao nível Central estão activados 140 perfis de risco centrais/JUE, tendo resultado na recuperação de 350,04 milhões de MT, correspondentes a um crescimento nominal de 44,70% quando comparado com igual período de 2015, cuja cobrança foi de 241,91 milhões de MT;
- Intervenção das BRT que resultou em 233 apreensões de mercadorias diversas e viaturas (cujos processos em igual número, foram transferidos para a investigação), tendo contribuído para acréscimos na cobrança no montante de 14,21 milhões de MT em direitos, o que significa um decréscimo na ordem de 67,19% comparativamente ao igual período de 2015, cuja cobrança foi de 43,31 milhões de M;
- A FAST procedeu igualmente a 315 apreensões de viaturas e mercadorias diversas que representa um crescimento de 204,54% tendo recuperado um montante de 21,28 milhões de MT em direitos e demais imposições aduaneiras, representado um crescimento na ordem de 391,15% quando comparado com igual período de 2015, cuja cobrança situou-se em 4,33 milhões de MT , e
- No que respeita aos memorandos evadidos, foram registados a nível nacional 197 dos quais 97 estão regularizados e os restantes 100 estão sendo efectuadas diligências no sentido de garantir o devido esclarecimento.

Tabela 24. Análise comparativa da Receita 2015/2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro							
Descrição	Investigação	BRT	FAST	DAFT	DAPDA	Inteligência	Total
2015	279,96	43,31	4,33	1.186,61	212,02	241,91	1.968,14
2016	272,68	14,21	21,28	110,27	192,26	350,04	960,74
Crescimento. Nominal	-2,60%	-67,19%	391,45%	-90,71%	-9,32%	44,70%	-51,19%

Fonte: DGA

2.4.3. Cooperação Bilateral e Multilateral

Os *dossiers* de cooperação internacional, tratam de assuntos ligados a Cooperação Bilateral, Regional, Multilateral em matérias específicas da AT mormente a mobilização de fundos para o apoio a reforma tributária, incluindo a coordenação de outras acções de cooperação entre AT e outras instituições afins, em assuntos de natureza tributária, com destaque para:

2.4.3.1 Cooperação Bilateral

a) Assinatura de Memorandos de Entendimento (MdE)

- Foi assinado o MdE com a Autoridade Tributária da Suazilândia e com a Autoridade Fiscal e Aduaneira do Reino Unido visando a troca de informação e assistência mútua e administrativa. Neste âmbito foram

- feitos pedidos de verificação de autenticidade de documentos utilizados pelos operadores de comércio entre Moçambique e a Swazilândia e da veracidade de empresas. Com o Reino Unido houve troca de informação e inteligência;
- ii. Estava prevista assinatura do Memorando com a Autoridade Tributária do Malawi, não tendo sido efectivado devido a constrangimentos relacionados com a conjuntura do país, contudo espera-se que seja concretizado no ano de 2017;
 - iii. Na componente de Acordos para evitar a Dupla Tributação, houve manifestação de intenção de rubricar acordos para Evitar Dupla Tributação e Evasão Fiscal com Moçambique por parte das Embaixadas da França, Suíça e o Reino dos Países Baixos, tendo sido informadas do posicionamento de Moçambique de não estar presentemente a negociar ou assinar Acordos;
 - iv. No âmbito da cooperação institucional entre AT e a Agência Tributária da Suécia (STA), encontra-se instalado na AT em Maputo, desde Setembro de 2016 um consultor da STA para assistência técnica permanente na área de Auditoria;
 - v. No quadro da cooperação e assistência mútua e administrativa com os Serviços de Receitas da África do Sul houve troca de correspondência diversa na área de investigação e inteligência, tendo resultado em alguns casos na solicitação de visitas no terreno para apurar a existência de empresas fantasmas, bem como de importações fraudulentas.
 - vi. Na sequência da cooperação entre a Autoridade Tributária de Moçambique e Cooperação Espanhola, decorreu de 25 – 29 de Janeiro de 2016, na cidade de Maputo uma formação sobre Previsão de Receitas e Gap Fiscal, envolvendo 20 funcionários da AT das três regiões, como objectivo de melhorar a arrecadação de receitas fiscais, gestão das finanças públicas, capacidades técnicas na previsão de receitas fiscais.

b) Fundo Comum da Autoridade Tributária

- i. Para o período em causa o orçamento do Fundo Comum para o financiamento das actividades do PAOA, estava orçado em 430,87 milhões de MT, sendo 319,02 milhões MT relativo a promessa dos Parceiros de Cooperação, adicionado ao saldo transitado do exercício de 2015 no valor de 111,85 milhões de MT.
- ii. De referir que somente a Suécia, desembolsou a 13 de Dezembro de 2015 o valor de 47,17 milhões de MT, o que elevou o valor disponível, uma vez que na prática já não era possível ter o valor efectivamente disponível para execução, no período em referência.
- iii. Foi feito trabalho de sensibilização junto aos Parceiros de Cooperação por forma a garantir apoio técnico e financeiro ao PAOA, onde não haja cobertura do Orçamento do Estado. Ainda neste âmbito foram realizados encontros com o DFID visando procurar outras formas alternativas ao financiamento do Projecto e-Tributação para garantir o funcionamento do módulo de cobrança de receitas internas;
- iv. Em coordenação com os Parceiros de Cooperação foi actualizado e assinado o Memorando de Entendimento do Fundo Comum para o período 2015-2019, alinhado ao Plano Estratégico da AT para o quinquénio 2015 – 2019;

- v. Actualização de membros da Comissão de Parceria e da Comissão Executiva de Gestão do Fundo Comum, incluindo a produção dos Termos de Referencias e entrega do *dossier* do Fundo Comum aos novos membros.

c) *Fundo Monetário Internacional (FMI)*

No que concerne ao FMI, foram realizadas as seguintes missões:

- vi. Missão de assistência técnica sobre o Modelo de Previsão de Receita para Indústria Extractiva (FARI), de 02 a 16 de Março de 2016, liderada por um consultor do FMI, na qual para além da componente de formação sobre o Modelo FARI compreendia duas sessões de *Workshop* dirigidas ao grupo restrito de 20 quadros que lidam com a componente dos recursos minerais na AT e outras instituições do Estado;
- vii. Missão de Assistência Técnica sobre a Administração do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de 20 de Abril a 03 de Maio de 2016, liderada pela consultora do FMI, com o objectivo de analisar a gestão do IVA e recomendar medidas para aprimorar a administração do imposto;
- viii. Missão de Assistência Técnica na componente de máquinas fiscais, de 07 a 20 de Junho de 2016, liderada pelo Senhor Eudaldo Almeida de Jesus, com vista a apoiar o sector responsável pela implementação do Projecto de Máquinas Fiscais, na elaboração da legislação, procedimentos e aspectos relacionados com a facturação electrónica;
- ix. Missão de Assistência Técnica sobre a Auditoria e Pós- Desembaraço, de 03 a 14 de Outubro de 2016, liderada por um consultor do FMI, com vista a avaliar o ponto de situação no desenvolvimento do Sector das Auditorias Pós – Desembaraço e Gestão de Risco na AT, e garantir a existência de sistemas e procedimentos para a realização de intervenções Pós – Controlo eficazes em conformidade com as recomendações das missões anteriores;
- x. Missão da Assistência Técnica sobre Políticas Fiscais, de 15 a 29 de Novembro de 2016, liderada por um consultor do Departamento de Finanças Públicas (FAD), tendo por finalidade rever o estado actual do regime fiscal moçambicano; abordar a sua eficiência e produtividade e aconselhar sobre a racionalização dos incentivos fiscais existentes;
- xi. Missão sobre Reformas Estratégicas, Organização Institucional e Controlo Interno, de 07 a 20 de Dezembro de 2016, liderada por uma Consultora do FMI, com objectivo de prover recomendações relativas a reformas prioritárias, com vista a elevar o nível de cumprimento das obrigações tributárias e da arrecadação de impostos, estrutura organizacional, objetivando viabilizar a implementação da estratégia institucional e aprimoramento da gestão dos riscos institucionais através do controle interno;
- xii. Missão de Assistência Técnica sobre Administração Tributária de Recursos Naturais, de 28 de Novembro a 14 de Dezembro de 2016, com objectivo de capacitar na implementação do Imposto sobre Renda do Recurso Mineiro; desenhar os procedimentos para a recolha de dados das companhias mineiras e

petrolíferas e partilha de dados entre agências da administração Pública; incluindo uma capacitação adicional sobre o modelo FARI.

2.4.4. Organização Mundial das Alfândegas (OMA)

Visando reforçar a cooperação internacional e desenvolver intercâmbios com Organismos Congéneres, ao nível Bilateral, Multilateral e Parceiros Nacionais, Públicos e Privados, a AT foi representado por diferentes funcionários para participar em reuniões, seminários de capacitação e grupos de trabalho em fóruns internacionais sobre matérias fiscais e aduaneiras ao nível da OMA, OMA-ESA, ATAF e CPLP. Os resultados e recomendações decorrentes desses eventos foram fornecidos através de relatórios que posteriormente foram submetidos à Direcção máxima da AT, conforme o anexo VI.

2.4.5. Assuntos do Fórum das Administrações Fiscais Africanas (ATAF)

O ATAF constitui uma plataforma de promoção de acções de cooperação e troca de experiências entre os Estados-Membros, e base de diálogo permanente e coordenado entre os países africanos e os seus parceiros de cooperação internacional, assegurando maiores sinergias no desenvolvimento de capacidades, troca de experiências e de conhecimentos em matéria de tributação. Nestes termos, destaque vai para participação de dois funcionários da AT na Segunda Reunião Técnica dos Responsáveis dos Sectores Recursos Humanos e Formação, e Seminário sobre Implementação do Mestrado Executivo em Tributação, realizada em Pretória, na República da África do Sul, nos dias 16 e 17 de Março de 2016.

2.4.6. Integração Regional e Acordos Multilaterais

No âmbito das suas actividades, a Divisão de Integração Regional realizou várias acções, cujo detalhe consta do anexo VII, deste relatório, podendo se destacar as seguintes:

(i) Monitoria do Processo da Implementação da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC

Impacto da Implementação do Protocolo Comercial da SADC

No âmbito do acompanhamento do processo da implementação da ZCL da SADC foi feita a avaliação do impacto do Protocolo Comercial da SADC no ano 2015, o nível de uso de Certificados de Origem nas transacções comerciais de Moçambique com outros países Membros, principais mercadorias importadas e exportadas, principais estâncias aduaneiras que processam Certificados de Origem, entre outros, tendo se constatado o aumento do nível do uso do certificado de origem nas importações de bens provenientes dos países da SADC bem como na exportação de bens com destino à estes países.

(ii) Monitoria das Barreiras Não-Tarifárias

No que concerne a monitoria das barreiras não tarifárias é de referir que no período em avaliação não foi reportada nenhuma BNT nova atribuída a Autoridade Tributária.

(iii) *Integração em equipas técnicas de trabalho, nacionais e internacionais, no âmbito dos processos de integração regional da SADC, Zona de Comércio Livre Tripartida e Continental, bem como dos Acordos de Parceria Económica SADC/EPA – EU*

A Divisão de Integração Regional participou nas reuniões técnicas de trabalho, nacionais e internacionais, no âmbito dos processos de integração regional da SADC, Zona de Comércio Livre Tripartida e Continental, bem como dos Acordos de Parceria Económica SADC/EPA – EU, conforme o descrito no anexo VI.

(iv) *Outros Encontros de trabalho*

A Divisão de Integração Regional participou noutros encontros de trabalho, no âmbito da facilitação do comércio.

(v) *Palestras aos Funcionários da AT em formação paramilitar no Centro de Preparação Militar de Moamba.*

Foi proferida palestra sobre os aspectos da Integração Regional, na perspectiva da AT, com objectivo de dar a conhecer aos funcionários o ponto de situação e o impacto do processo.

(vi) *Estudo do impacto da Implementação do Acordo de Parceria Económica SADC/EPAS-EU na receita do Estado*

No âmbito dos preparativos visando a ratificação do Acordo de Parceria Económica SADC/EPA-EU foi elaborada informação sobre o impacto da implementação do Acordo na receita do Estado. Do estudo, constatou-se que a perda não será significativa, rondando os 0,27%.

(vii) *Divulgação do processo de integração regional na SADC, criação da Zona de Comércio Livre Tripartido e Continental, negociações sobre os Acordos de Parceria Económica*

No âmbito da comemoração da semana da SADC, a Divisão de Integração Regional realizou em diversos locais da Província de Maputo palestras que tinham como objectivo a auscultação e divulgação dos instrumentos legais de integração regional na SADC, criação da Zona de Comércio Livre Tripartida e Continental, negociações sobre os Acordos de Parceria Económica onde esteve presente a sociedade.

2.5.Implementação e Execução do Projecto de Fronteira de Paragem Única(PFPU)

2.5.1. Implementação dos Postos de Fronteira de Paragem Única

Para fazer face as actividades orçamentadas o PFPU apresentou a proposta de actividades num Plano Orçamentado. Nesta conformidade o PFPU teve um orçamento inicial de 72,13 milhões de MT. Ao longo do ano o valor foi revisto e reduzido para 38,63 milhões de MT. As actividades programadas com o valor em alusão ficaram condicionadas a aprovação do Plano Anual de Contratações, que aconteceu em Novembro em virtude da aprovação tardia do orçamento rectificativo pela AR.

- a) *Área Comercial – Terminal Internacional Rodoviário- Km4*** – Concluídas todas as facilidades para o uso pleno do terminal, devendo ser ajustado em formato de paragem única, com vista a acomodar a contraparte sul africana.
- b) *Zona de Reassentamento*** – No âmbito da conclusão do processo de reassentamento, foi iniciado o processo administrativo para o pagamento de despesas de trespasse dos DUAT das famílias reassentadas.

- c) **Fronteira Turística de Ressano Garcia** – Foram iniciados os processos administrativos para as actividades consideradas prioritárias de acordo com a redistribuição orçamental efectuada, destacando-se as seguintes: (i) Empreitada de construção de 3 alpendres, (ii) Construção de vedação do recinto da Fronteira, manutenção e reabilitação de estrutura metálica de suporte dos edifícios modulares, (iii) Reabilitação do sistema de iluminação pública; (iv) Construção de um parque de estacionamento de viaturas; e (v) Reabilitação/Requalificação da Fronteira Turística (Fase de Projecto Executivo).
- d) **Complexos Residenciais antigos** – Foram iniciados e concluídos os termos de referência para a elaboração de projectos executivos para a reabilitação dos complexos residenciais I e II, dos quais o 1º tem mais de 40 anos de existência e que a última reabilitação ocorreu em de 2005.
- e) **Complexo Residencial** – Foi iniciado o processo administrativo para a elaboração do projecto executivo do complexo residencial para acomodação de 250 funcionários, mas que igualmente não registou desfecho.

2.5.2. Execução do Orçamento do PFPU

Até ao fim do exercício económico de 2016, no que diz respeito ao PFPU importa referir que foi executado um valor total de 12,54 milhões de MT, o equivalente a 61,05% da dotação disponível actualizada. Se comparado ao igual período do ano passado cuja execução foi na ordem de 77,82% este nível de execução é baixo em 16,77%. O baixo nível de execução deveu-se a contratação tardia de empreitadas e obras públicas e a falta de disponibilidade financeira.

2.6. Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos

2.6.1. Situação Geral dos Recursos Humanos

Até ao final de 2016, a AT contou com um efectivo global de 4.169 funcionários, número este que reduziu relativamente ao 4.229 em actividade em igual período de 2015, o que corresponde a uma redução de 1,42%. comparando com o ano transacto, devido a 54 óbitos, 4 situações disciplinares e 2 licenças registadas.

Distribuição de Funcionários por Faixa Etária, Carreira e Género

Dos 4.169 funcionários maior número é constituído pela faixa dos 31 a 35 anos de idade, correspondente a 24,03%, seguida da faixa dos 36 a 40 anos de idade, correspondente a 18,01%, conforme tabela 25 abaixo:

Tabela 25. Distribuição de funcionários por Faixa Etária

Ordem	Faixa Etária	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 21 a 25 anos	95	18	113	92	35	127	240	5,76%
2	De 26 a 30 anos	220	42	262	240	123	363	625	14,99%
3	De 31 a 35 anos	471	126	597	260	145	405	1.002	24,03%
4	De 36 a 40 anos	371	33	404	245	102	347	751	18,01%
5	De 41 a 45 anos	400	19	419	126	86	212	631	15,14%
6	De 46 a 50 anos	202	24	226	119	74	193	419	10,05%
7	De 51 a 55 anos	103	22	125	79	65	144	269	6,45%
8	De 56 a 60 anos	36	5	41	56	36	92	133	3,19%
9	De 61 a 65 anos	33	4	37	9	10	19	56	1,34%
10	Mais de 65 anos	9	5	14	15	14	29	43	1,03%
Total de Funcionários		1.940	298	2.238	1.241	690	1.931	4.169	100,00%

Fonte: DGSC

Quanto ao género, 3.181 são homens e 988 mulheres, na proporção de 76,30% e 23,70%, respectivamente. Dos 4.169 funcionários, 2.222 (53,30%) são da área aduaneira, 1.903 (45,65%) da área tributária, 44 (1,06%) funcionários na situação de pré-reforma, cujos processos de aposentação, até ao final do período, estavam em seguimento, de acordo com a tabela 26 abaixo. Ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, 554 (13,29%) funcionários, dos quais 386 (69,68%) são homens e 168 (30,32%) são mulheres.

Tabela 26. Distribuição de funcionários por Carreira e Género

Ordem	Carreira	Masculino	Femenino	Total	Peso
1	Aduaneira	1.936	286	2.222	53,30%
2	Tributária	1.213	690	1.903	45,65%
3	Pré-Reforma	32	12	44	1,06%
Total Geral		3.181	988	4.169	100,00%
Percentagem		76,30%	23,70%	100%	

Fonte: DGSC

Distribuição de Funcionários por Região

A distribuição dos funcionários obedece às quatro áreas de actuação da instituição, concretamente Serviços Centrais (SC), DRS, DRC e DRN, sendo a DRS a que concentra maior número, cerca de 1.548 funcionários, correspondente a 37,13%, seguida pelos Serviços Centrais com uma representação de cerca de 25,81% do total de funcionários, conforme a tabela 27 abaixo.

Tabela 27. Distribuição de Funcionários por Região

Ordem	Orgãos	Masculino	Femenino	Total	Peso
1	SC	802	274	1.076	25,81%
2	DRN	525	144	669	16,05%
3	DRC	680	196	876	21,01%
4	DRS	1.174	374	1.548	37,13%
Total		3.181	988	4.169	100,00%

Fonte: DGSC

2.6.2. Assuntos Sociais

Durante o período de Janeiro à Dezembro de 2016, a área social registou a entrada de:

- 50 pedidos de pensão de sobrevivência, dos quais:
 - 09 Em tramitação junto à Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos do MEF;
 - 12 Em tramitação junto ao Instituto Nacional de Previdência Social; e
 - 29 Já com pensão de sobrevivência fixada.
- 49 Processos de subsídio por morte, dos quais:
 - 39 Processos já foram pagos; e
 - 10 Em tramitação junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Quanto à situação de saúde dos funcionários, no período em referência, prestou-se acompanhamento a 37 funcionários doentes, dos quais 15 acamados e 22 não acamados. Foram emitidos 105 cartões de Assistência Médica e Medicamentosa, perfazendo um total de 3.022.

Registo de Óbitos

De Janeiro à Dezembro de 2016, registou-se 54 óbitos, dos quais 11 nos Serviços Centrais, 25 na Região Sul, 9 da Região Centro e 9 funcionários na Região Norte. Quanto às carreiras, são 33 Aduaneiros e 21 Tributários e no

que respeita ao género, são 46 homens e 8 mulheres. Comparativamente a igual período do ano passado, registaram-se 41 óbitos

Fundo Social

Durante o período em alusão continuou o processo de disseminação do Fundo Social dos funcionários da AT. Actualmente, estão inscritos 337 membros, nas 03 regiões sendo, Norte - 116, Centro - 66, Sul e Serviços centrais – 155. O saldo da conta bancária até 31 de Dezembro era de 1.115.469,84MT (Um milhão, cento e quinze mil, quatrocentos e sessenta e nove e oitenta e quatro centavos), *vide* a tabela 28 abaixo.

Tabela 28.Distribuição dos Membros do Fundo Social por Região

Ordem	Direcção	Número de Membros	Saldo Actualizado até 31/12/2016
1	DRN	116	1.115.469,84MT
2	DRC	66	
3	DRS	155	
4	SC		
Total		337	

2.7.Implementação e Avaliação do Plano de Formação

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, das 58 acções de formação planificadas foram executadas 21 correspondentes a 36,21%.e a um decréscimo de 54,74% quando comparado com o período homólogo anterior, em que foram realizadas 40 das 50 acções de formações programadas. Não foi alcançada a meta devido a indisponibilidade financeira registada desde o início do ano, o que reflectiu negativamente no desempenho dos funcionários devido a falta de preparação técnica para além de que a planificação destas acções resultou de um diagnóstico prévio das necessidades de formação por área.

Foram abrangidos com a capacitação 1.492, representando 45,21% dos 3.300 funcionários previstos para beneficiarem das formações em 2016. Do total de formados, 588 foram da DRS, incluindo os órgãos centrais, 904 a nível da DRC e DRN sendo 387 da Área Técnica Aduaneira, 458 da Área Técnica Fiscal e 647 da Área de Administração,e nenhum na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), cuja implementação é da inteira responsabilidade da Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicações (DTIC).

2.7.1. . Concurso de promoção para os funcionários da Carreira Básica Tributária (auxiliares)

No âmbito da materialização do plano de gestão de recursos humanos para o presente exercício económico, por despacho de 22 de Junho de 2016 a Exma. Senhora Presidente da AT, foi autorizada a abertura de concurso de promoção para funcionários da carreira básica tributária, nomeadamente nas categorias de auxiliar tributário de 2ª Classe e auxiliar tributário de 3ª Classe.

Neste sentido, no dia 29 de Agosto transacto foram notificadas todas as Direcções Gerais (incluindo Gabinetes), Direcções Regionais e Delegações Provinciais sobre a abertura de Concurso de Promoção, por um período de 30 dias, a contar do dia 1 de Setembro de 2016.

Os candidatos submeteram as suas candidaturas e o júri procedeu com a selecção dos candidatos e a publicação dos ilegíveis à fase das entrevistas, que irão decorrer nos serviços centrais e em todas as Delegações Provinciais, numa data a ser indicada pelo Júri.

Processo de Criação da Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributário (ISFET)

Relativamente ao processo de criação da Instituição de Ensino Superior, a comissão instaladora do ISFET realizou uma sessão conjunta com comissão do Ministério da Ciência, Tecnologias, Ensino Superior e Técnico Profissional, do qual foram recomendados os seguintes aspectos:

- ❖ Apresentação do estudo de empregabilidade dos graduados;
- ❖ Apresentação de garantia de dotação orçamental para 2017; e
- ❖ Alteração no dossier a indicação de quem propõe a criação do Instituto ao Conselho de Ministros, de Sua Excelência o Ministro de Economia e Finanças para sua Excelência o Ministro de Ciência, Tecnologias, Ensino Superior e Técnico Profissional.
- ❖

Pedidos de Continuação de Estudos

Durante o período em análise deram entrada 54 pedidos de continuação de estudos, dos quais 11 foram autorizados e 43 aguardam a competente autorização. Dos pedidos remetidos destacam-se 2 de Doutoramento, 1 de Pós Graduação, 23 de Mestrado, 20 de Licenciatura e 8 de Médio Técnico Profissional.

Relativamente a recolha de dados para fins académicos deram entradas 24 pedidos, dos quais 6 foram autorizados e os restantes aguardavam o pronunciamento por parte das Direcções relacionados com os temas propostos a fim de se procederem os devidos trâmites.

Parcerias para Formação

No âmbito de parcerias com outras instituições para a formação académica e ou técnico profissional, no período em análise a AT recebeu solicitações de candidaturas para:

- i) Participação a convite da OMA no 70º Programa de Bolsa para falantes de língua inglesa em Bruxelas de 19 de Setembro a 28 de Outubro de 2016, o qual não teve nenhum candidato,
- ii) Participação a convite do Instituto Superior de Administração Pública dos funcionários da AT numa Jornada Científica sobre Administração Pública nos dias 21 e 22 de Junho, 2016, cujo objectivo era de criar espaços alternativos de profissionalização da Administração Pública e partilha de boas práticas,
- iii) Participação em seminários na República Popular da China sobre *Business Management for Developing Countries, de 3 a 23 de Agosto; Economic Structural Reform e China's Development Practices for Developing Countries* de 1 de Outubro a 2 de Novembro 2016, em resposta ao ofício do Ministério de Economia e Finanças, o qual não teve candidatos;
- iv) Realização de cursos de curta e longa duração oferecidos pelo Governo da Índia, e que foram solicitadas candidaturas através dos Secretariados Técnicos das Direcções Gerais da AT, através da Nota nº 476/GM/MEF/2016, proveniente do Ministério da Economia e Finanças, sobre:
 - ❖ - Contabilidade, Auditoria, Banca e Finanças;
 - ❖ - Ambiente e Energias Renováveis;
 - ❖ - Tecnologias de Informação, Telecomunicações e Inglês;
 - ❖ - Gestão;
 - ❖ - Pequenas e Médias Empresas/Desenvolvimento Rural;
 - ❖ - Cursos Especializados; e
 - ❖ - Cursos Técnicos.

Não se registou alguma manifestação de interesse por parte dos funcionários da AT.

- v) Comunicação do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), sobre o Curso de Doutoramento em Estudos Estratégicos e Internacionais, a ser Ministrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o ISRI, com início previsto para o mês de Setembro de 2016 com duração de 04 anos, do qual foram registadas 02 candidaturas os quais foram reprovadas;
- vi) Solicitação da Agência de Cooperação Internacional (JICA), para a identificação de candidatos ao Curso de Capacitação “*Customs Modernization for África*”, que teve lugar de 26 a 30 de Setembro de 2016 na República de Singapura, para o qual foi autorizada a participação de um funcionário afecto a Direcção de Auditoria Inteligência e Investigação – RILO;.
- vii) Solicitação para a identificação de 02 candidaturas para o 71º Programa de Bolsas para falantes de Língua Francesa da OMA que terá lugar em Bruxelas (Bélgica) de 23 de Janeiro a 03 de Março de 2017, cujos processos de inscrição decorreram até ao dia 11 de Novembro de 2016 e não houve participação da AT;
- viii) Acção de formação sobre Análise de Hiato Fiscal oferecido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento com participação de 18 funcionários das diversas unidades orgânicas com excepção de dois funcionários das regiões centro e norte devido a escassez de tempo para a tramitação do processo de autorização para a deslocação destes para Maputo, local da formação. A formação decorreu de 07/11 a 11/11/2016 e,
- ix) Indicação de 01 candidato para o *Curso Customer Service Management for Business Excellence*, que decorreu na Malásia de 27 de Novembro a 11 de Dezembro de 2016, Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) para o qual a Direcção Geral das Alfândegas (DGA) propôs a participação de um funcionário.

2.8.Fortalecimento dos Mecanismos de Planificação e de Prestação de Contas

Nesta área destaca-se, durante o período, aprovados os principais documentos de gestão para nortear as actividades da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), nomeadamente o Plano Estratégico da AT para o período 2015-2019 (PE) e o Plano de Actividades e Orçamento Anual (PAOA) da AT para o ano de 2016. Com o objectivo de se proceder o acompanhamento das actividades realizadas pelas regiões e delegações no âmbito da implementação do PAOA 2016, foi elaborado e aprovado o respectivo plano de monitoria. Ainda no mesmo período, foi submetida ao Ministério da Economia e Finanças (MEF) a informação diversa para efeito de balanço trimestral dos planos do Governo - Plano Económico e Social (PES), Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2017-2019 e Plano Estratégico de Finanças Públicas (PEFP).

Durante o ano, no âmbito do acompanhamento da implementação das actividades planificadas, destaca-se a elaboração dos Relatórios de Desempenho das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2015, no 1º Trimestre, 1º Semestre e nove meses, todos de 2016 e perspectivas de acções para os respectivos períodos subsequentes. Paralelamente, e com vista a proceder ao acompanhamento das actividades realizadas pelas regiões e delegações, no âmbito da implementação dos respectivos Planos Operacionais, foi elaborado e aprovado o respectivo plano de monitoria que foi remetido as Regiões e Delegações como guião para elaboração dos respectivos planos e submissão dos pontos de situação para monitoria e avaliação do desempenho.

Foi ainda, no período, submetida ao Ministério da Economia e Finanças (MEF) informação diversa para efeitos de elaboração dos planos do Governo e respectivos balanços, com destaque para o Plano Económico e Social (PES), Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do MEF e, ainda, o Plano Estratégico de Finanças Públicas (PEFP) do MEF.

Importa destacar ainda a realização, no mês de Novembro, da Reunião Nacional de Planificação das Actividades para 2017 sob o lema “*Com uma Tributação Justa e Transparente, Garantimos o Desenvolvimento de*

Moçambique”, onde se fez o balanço do desempenho da AT em 2016 e foram apresentadas as prioridades para 2017 por forma a desenhar-se o PAOA 2017, cuja visão institucional definida foi para as acções de auditorias e fiscalizações.

2.9. Gestão do Orçamento

No exercício económico de 2016 foi alocada uma dotação orçamental no montante total de 5.301,12 milhões de MT sendo a dotação disponível actualizada 4.995,91 milhões de MT, distribuídos da seguinte maneira: 4.354,78 milhões de MT correspondentes ao total de recursos internos e 407,87 milhões de MT a promessas dos parceiros de cooperação (recursos externos).

Do montante de recursos internos, 4.301,75 milhões de MT destina-se a cobrir as despesas de funcionamento e 694,16 milhões de MT as despesas de investimento.

2.9.1. Execução do Orçamento

A execução do orçamento teve início em meados do mês de Janeiro, tendo sido executado até final do mês de Dezembro o montante de 4.449,75 milhões de MT, dos quais 4.223,14 milhões de MT em despesas de funcionamento, 102,88 milhões de MT em investimento com fundos internos, 123,72 milhões de MT em investimento com recurso a fundos externos (Fundo Comum), registando o saldo de 499,40 milhões de MT, conforme a tabela 29 e gráfico 6 abaixo.

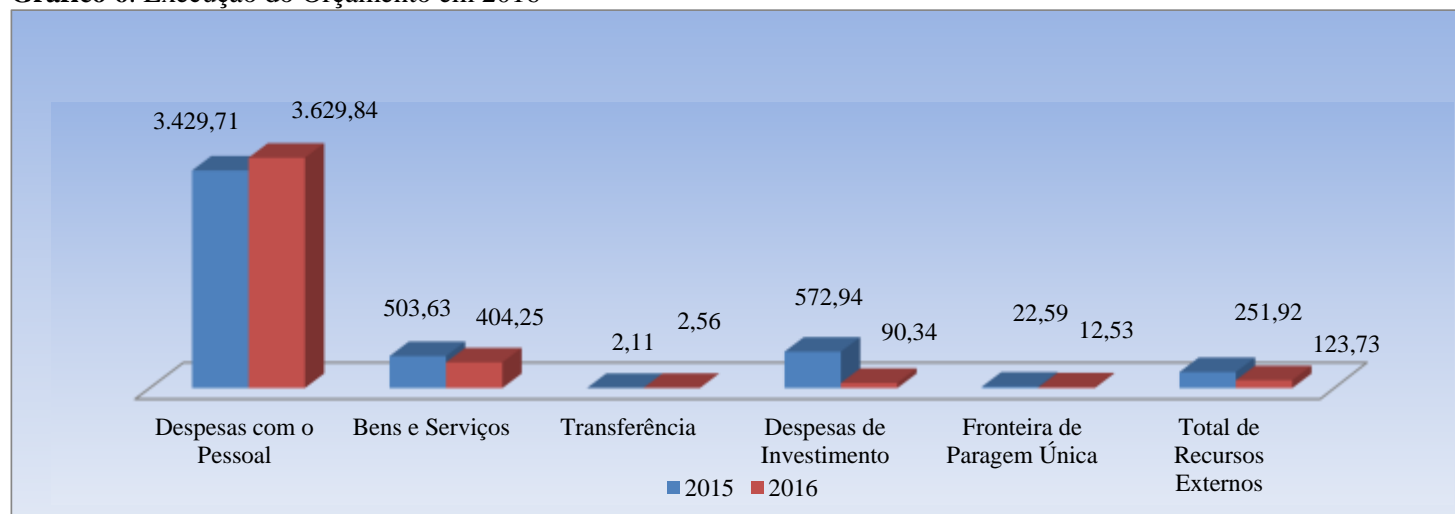
Tabela 29. Balancete de Execução do Orçamento em 2016

Unidade: 10⁶MT

Janeiro a Dezembro de 2016									
Class. Ecom	Descrição	Execução 2015	Dotação Orçamental	Dotação Disponível Actualizada	Execução 2016	Saldo	Desp. em %	Cresc. Nominal	Estrutura
110000	Desp. Com Pessoal	3.429,71	3.432,61	3.631,58	3.629,84	1,74	99,95%	5,84%	87,69%
120	Bens e Serviços	503,63	534,51	434,09	404,25	29,84	93,13%	-19,73%	9,77%
14	Transferência	2,11	2,64	2,83	2,56	0,27	90,46%	21,33%	0,06%
21	Desp. Investimento	572,94	505,51	265,75	90,34	175,41	33,99%	-84,23%	2,18%
	Fronteira de Paragem Única	22,59	80,15	20,53	12,53	8,00	61,03%	-44,53%	0,30%
	Total de Recursos Internos	4.530,98	4.555,42	4.354,78	4.139,52	215,26	95,06%	-8,64%	100,00%
	Total de Recursos Externos	251,92	319,02	407,87	123,73	284,14	30,34%	-50,89%	
	Total Geral	4.782,90	4.874,44	4.762,65	4.263,25	499,40	89,51%	-10,86%	

Fonte: DGSC

Gráfico 6. Execução do Orçamento em 2016



2.9.1.1. Despesas com o Pessoal

A despesa com salários e remunerações durante o período em causa foi de 3.616,44 milhões de MT, equivalente a 100,00% em relação a dotação disponível actualizada. Nesta rubrica para além de ter se efectuado o pagamento de salários e remunerações inclui-se o pagamento do 13º vencimento, a mudança de escalão dos funcionários, a admissão dos 17 funcionários repescados no âmbito do concurso de ingresso de 2010, o enquadramento de 178 funcionários dos 241 funcionários que se beneficiaram da promoção por mérito.

A execução desta rubrica no período em análise esteve na ordem de 13,40 milhões de MT correspondente a 88,55%, sendo o saldo de 1,73 milhões de MT. Este montante inclui o pagamento de (parte) subsídio de assentamento aos gestores das diversas áreas que foram ao longo do ano movimentados de um ponto para o outro.

2.9.1.2. Bens e Serviços

A execução nesta rubrica foi de 404,25 milhões de MT, equivalente a 93,13% da dotação disponível actualizada, sendo o saldo de 29,84 milhões de MT. Este nível de execução está razoável, mas se comparado com igual período do ano passado cuja execução foi na ordem de 99,16% este nível de execução é baixo em 6.03%.

2.9.1.3. Despesas de Investimento

No que respeita ao investimento, a execução atingiu o montante de 102.88 milhões de MT, o equivalente a 36,00% da dotação disponível actualizada, permanecendo em saldo o valor de 183,40 milhões de MT. O montante executado foi em construções, maquinaria, equipamento e mobiliário.

O montante executado é muito baixo, justificado pelo início tardio do processo de contratação de empreitadas e obras públicas e pela falta de disponibilidade financeira dos montantes solicitados para execução.

2.9.1.4. Receitas Próprias e Consignadas

Para o exercício económico de 2016 transitou o montante total de 43,17 milhões de MT. Durante o período em causa, foi recebido o montante total de 339,64 milhões de MT, referente a cobrança de receitas próprias e consignadas que adicionado ao saldo transitado totaliza 382,82 milhões de MT.

Durante o período em análise foi executado um valor total de 117,72 milhões de MT dos quais, 83,12 milhões de MT referem-se as receitas consignadas e os restantes 34,60 milhões de MT a receitas próprias.

2.9.1.5. Recursos Externos – Orçamento e Execução

Para o presente exercício económico o PAOA 2016 apresenta-se com recursos externos num total de 430,87 milhões de MT, tendo sido transferida uma dotação de 23,00 milhões de MT para o CEDSIF, permanecendo assim a dotação actualizada de 407,87 milhões de MT.

De referir que durante o período em análise, somente a Suécia, desembolsou a 13 de Dezembro o valor de 47,16 milhões de MT de entre os parceiros de cooperação, tendo sido executado o montante de 123,73 milhões de MT, o equivalente a 30,34% do valor orçamentado e 78,00% do valor disponível, graças ao saldo transitado do exercício de 2015 no valor de 111,85 milhões de MT.

O montante em causa foi gasto em despesas com a promoção da educação fiscal e popularização do imposto a nível nacional com vista ao alargamento da base tributária, na formação e/ou capacitação de funcionários da AT, na aquisição de material informático, spots publicitários, auditorias entre outras

2.10. Património da AT

2.10.1. Concursos e Contratos

De Janeiro a Dezembro de 2016, foram abertos 99 concursos a nível nacional, tendo sido celebrados 49 contratos relativos a fornecimento de bens (14), prestação de serviços (7), arrendamento (5), empreitada de obras (15) e contratos de adesão (8), incluindo, 12 contratos por ajustes directos, 8 contratos de adesão e 20 contratos visados/anotados

2.10.2. Parque Mobiliário e Imobiliário da AT

Imóveis: Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, a AT contou com 531 imóveis entre próprios e arrendados, sendo 11 complexos residenciais, 206 residências, 31 postos fronteiriços, 18 terminais, 147 escritórios, 63 postos de cobrança fixo, 29 postos de cobrança móveis e 26 DAF.

Meios circulantes: Até ao final do período a AT, contava com um total de 668 meios circulantes, sendo 87 motorizadas, 95 turismos, 18 station wagon, 156 cabine simples, 292 cabine dupla, 9 mini-autocarro, 1 autocarro, 4 camionetas e 6 camiões.

Construções e reabilitações

- Construção do ISFET – Moamba- Obra transitada de 2014, concluída e entregue à 31 de Agosto de 2016,
- Posto Fiscal e de Cobrança de Marracuene- Obra concluída e entregue, aguardando pela inauguração,
- Posto Fiscal e de Cobrança de Changara- Obra concluída, entregue e inaugurada;
- Posto Fiscal e de Cobrança de Catandica- Obra concluída faltando trabalhos de remoção de escombros existentes no recinto do Posto;
- Posto Fiscal e de Cobrança de Nhamatanda- Obra concluída e entregue, aguardando pela marcação da data de inauguração.
- Posto de Cobrança de Caia- Obra em curso, num ritmo não satisfatório devido ao conflito armado, decorrem trabalhos de pintura e arranjos exteriores;
- Posto Fiscal e de Cobrança de Namialo- Já foi feita a construção do maciço e montado os escritórios modulares estando em curso a montagem de painéis solares, no sentido de viabilizar o início das obras de construção do posto de raiz.
- Posto Fiscal e de Cobrança de Nacala a Velha- Obra paralisada devido a falta de pagamento das facturas, grau de execução em cerca de 60%; e
- Posto Fiscal e de Cobrança de Ribáue- Obra na fase conclusiva com um grau de execução na ordem de 80%.

2.11. Gestão Documental na AT

Área de Arquivos

Foram realizadas visitas de monitoria a nível dos serviços centrais e nas unidades orgânicas a nível das Delegações Provinciais de Maputo Cidade e Província onde os funcionários foram capacitados em matéria de gestão documental e procedimentos de arquivo segundo SNAE. De um modo geral, verificou-se haver uma tendência de melhoria no processo de gestão documental nas unidades orgânicas.

De salientar que das visitas efectuadas constatou-se, ainda, que na maioria das unidades orgânicas existem muitos documentos extemporâneos e outros que observada a Tabela de Temporalidade devem ser transferidos para os Arquivos Intermediários e, aliado a isso está em curso o processo de arrumação e classificação de documentos nas unidades como TIAUTO III, TIEPO, 1.º e 2.º Bairros Fiscais, Posto Fiscal da Ponta D'Ouro, Direcção de Reembolsos e na Delegação Aduaneira de Ressano Garcia para os devidos efeitos.

Por forma a dinamizar o processo de gestão documental e arquivos nas diferentes unidades orgânicas, foram criados Núcleos de Arquivos, que trabalham em coordenação com a DIDOTI, nas Delegações Provinciais de Maputo, Gaza, Manica e Tete a coberto da Circular 02/AT/GAB-PAT/992/2016, 28 de Junho que orienta para a criação de núcleos a nível das Delegações Provinciais.

Área de Bibliotecas

A AT conta com 10 Centros de Bibliotecas e um acervo bibliográfico de 16.525 livros e 288 discos com legislação, distribuídas segundo a tabela 30 abaixo.

Tabela 30. Obras Existentes por Biblioteca – Janeiro a Dezembro de 2016

Descrição	Bibliotecas											Total
	Maputo Sede	Matola	Xai-Xai	Inhambane	Beira	Chimoio	Tete	Quelimane	Nacala	Pemba	Niassa	
Livros Existente	3.535	2.097	605	1.197	2.003	962	1.655	1.311	2.213	652	295	16.525
CD de Legislação	35	35	0	35	35	35	35	35	35	8	0	288
Total Geral de Obras												16.813

Fonte: DGSC

NB: Importa salientar que ainda não foi instalada a biblioteca na Delegação Provincial da AT de Niassa, contudo já estão disponíveis 295 obras diversas para o devido apetrechamento.

Relativamente ao processo de empréstimos de livros durante o período em análise, apenas foram registados na biblioteca de Maputo Sede, em número 879 registos.

O apetrechamento das bibliotecas contribui na formação do capital humano da instituição, pilar fundamental para o crescimento de qualquer organização. Actualmente, a AT é uma das instituições públicas com maior número de funcionários qualificados. Os resultados são visíveis na qualidade de serviços prestados pela AT aos seus utentes a nível nacional. O número de utentes das bibliotecas cresce a cada dia. Os funcionários já não abandonam os seus postos de trabalho para irem às bibliotecas, pois, podem levantar os livros para consultas em suas casas sem taxa.

Constrangimentos

Foram tidos como constrangimentos na implementação da acção, a falta de técnicos que respondem especialmente pelos arquivos intermediários nas Delegações Provinciais; falta de observância dos procedimentos no processo de produção e destinação dos documentos e persistência no não envio de relatórios das actividades dos centros de tratamento documental das delegações províncias da AT.

Acções de Capacitação

Durante o período de Janeiro a Dezembro, foram realizadas capacitações *on Job* no âmbito do Sistema Nacional dos Arquivos do Estado (SNAE) e do CPISE, em matéria de gestão documental e arquivos com destaque para a divulgação do SNAE aprovado pelo Decreto n.º 36/2007, de 27 de Agosto e do Tabela de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos para as Actividades – Fim e Segredo Estatal.

Estas acções tiveram lugar em várias unidades orgânicas, a destacar: Serviços centrais, Conselho Directivo, Colectivo de Direcção da DRS, 1.º e 2.º Bairros Fiscais, DLI, Delegações Provinciais de Maputo Província, Maputo Cidade e Gaza, SPA de Gaza, DAF de Xai-Xai, Posto Fiscal da Macie, entre outras.

Ainda, no anfiteatro da AT, foi realizada uma palestra em matéria de gestão documental, no âmbito da implementação do SNAE, aos funcionários que estiveram em capacitação/formação paramilitar nos quartéis de Boane e Moamba.

III. ACÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS

3.1. Implementação da Estratégia de Ética e Integridade Institucionais

3.1.1. Inspeções Administrativas

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, foram realizadas 24 inspeções administrativas das 36 planificadas, correspondentes a 66,67% de realização. Porém devido a restrições orçamentais as restantes 12 inspeções transitam para 2017.

Das inspeções e fiscalizações realizadas durante o período em referência, destacam-se as seguintes constatações:

- Fraca mobilidade de funcionários na área operacional, colocando em risco a integridade destes no exercício das suas funções;
- Insuficiência de Técnicos Contabilistas em diversas Direcções das Áreas Fiscais (DAF), o que se reduz a capacidade de recuperação de receita;
- Dívidas avultadas nas Delegações Provinciais da AT, resultantes em parte da implementação dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum;
- Ausência de livros de reclamações e sugestões, instrumento previsto pelas Normas de Funcionamento dos Serviços de Administração Públicas, aprovadas pelo Decreto 30/2001, de 15 de Outubro.

Verificação do cumprimento das recomendações (monitorias).

Recomendações concretas foram dadas às DAF com insuficiência de técnicos, a solicitarem às Delegações Provinciais de AT, técnicos contabilísticos para o apoio na análise de processos de contabilidade de forma a garantir a recuperação de receita.

Foram programadas para o corrente ano 18 acções de monitoria para verificação do cumprimento das recomendações das inspeções administrativas realizadas, tendo sido realizadas 8, nomeadamente na DRH, Direcção de Finanças, DAF de Chibuto, DAF de Vilanculos, Posto Fiscal de Vilanculos, Delegação Provincial da AT – Zambézia, Serviços Provinciais das Alfândegas da Zambézia e DAF de Quelimane devido a constrangimentos orçamentais, o que equivale a 44,44% de realização, tendo as restantes transitadas para 2017.

Resumindo, o cumprimento das recomendações que não envolvem custos foram cumpridas nomeadamente, escrituração dos livros de registos de documentos, disponibilização de informação na vitrina para consumo público, estudo colectivo da legislação, entre outros. Relativamente a recomendações que acarretam custos financeiros, a situação constatada prevaleceu.

3.1.2. Controlo da Assiduidade e Pontualidade

Foram fiscalizadas 52 unidades orgânicas, 17 a nível central e 35 a nível regional, contra 80 planificadas, o que perfaz 65% de realização.

Destas visitas há a destacar a falta de cumprimento de pontualidade e assiduidade pelos funcionários bem como a falta de termo de abertura e encerramento no fim de cada período. Por outro lado, verificou-se a falta de assinatura do livro de ponto pelos funcionários que exercem funções de direcção, chefia e confiança.

Para o efeito, foi recomendada a Direcção de Recursos Humanos a proceder a elaboração da proposta de Ordem de Serviço de isenção da assinatura de livro de ponto, bem como as funções e técnicos que beneficiariam da

isenção, conforme previsto no artigo 29 das Normas de Funcionamento dos Serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro.

3.1.3. Monitoria e Supervisão das Actividades dos Agentes e Supervisores do Controlo Interno

Durante período em análise foram efectuadas análises dos relatórios dos Supervisores do Controlo Interno (SCI) a nível de todas as regiões, tendo sido iniciado a sistematização de dados para acções subsequentes.

3.1.4. Inspeções Técnicas, Auditorias Internas

Foram realizadas 19 acções, de um total de 36 planificadas, o que corresponde a um grau realização de 52,78%. Esta realização está aquém do planificado devido, em larga medida, à escassez de recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrentes das deslocações de inspectores/auditores para fora das cidades onde estão sedeados (Maputo, Beira e Nacala), associado ao conflito armado que se faz sentir no país, particularmente na Região Centro.

Destas acções, constatou-se:

- (i) A inobservância dos procedimentos na transferência de receita;
- (ii) Cauções com prazos vencidos não regularizados;
- (iii) Exportações sem observância das formalidades e com recurso à Declaração Simplificada;
- (iv) Balancetes diários não conferidos nem assinados pelos Directores das DAF;
- (v) Falta de análise dos processos de contabilidade;
- (vi) Falta de adições à matéria colectável dos sujeitos passivos do imposto sobre o rendimento;
- (vii) Declaração de prejuízos sistemáticos pelos contribuintes;
- (viii) Conta da DAF assinada por um reformado (DAF de Mocuba);
- (ix) Alcances; e
- (x) Distribuição de parte do valor de vendas em hasta pública (10%) pelos intervenientes no processo, no Juízo Privativo das Execuções Fiscais da Beira.

Recomendações:

- (i) A observância rigorosa da legislação e dos procedimentos;
- (ii) A notificação das cauções fora do prazo e a sua regularização;
- (iii) A realização de fiscalizações aos contribuintes;
- (iv) O cancelamento da assinatura do reformado e substituição pelo recebedor actual;
- (v) A análise dos processos de contabilidade; e
- (vi) A restituição dos valores recebidos indevidamente.

Importa referir que através destas acções foi possível melhorar o desempenho das unidades orgânicas no que tange a observância das leis e dos procedimentos regulamentares.

Controlo de Reembolsos e Contencioso Tributário

Foram recebidas Informações das Unidades Operativas contendo dados estatísticos para análise, DCAT, dos quais foi constatado e recomendado o seguinte:

Constatações

- Processos em sede do IVA suspensos, não se indicam os motivos;

- Processos em sede do IVA, em análise na Direcção de Reembolsos que são referentes aos meses de Janeiro a Julho de 2016;
- Processos em sede do IRPC, em geral não há pedidos de Reembolsos e em sede de IRPS, foram tratados e não há saldos.

Recomendações

- A Direcção de Reembolsos deve indicar o motivo da suspensão dos processos de reembolso, para análise neste Sector.
- A Direcção de Reembolsos deve ser célere na tramitação dos pedidos de reembolsos, prazo máximo é de 90 dias.

Para o controlo da situação dos pedidos de reembolsos, a respectiva Repartição no GCI, deslocou-se à Direcção responsável na DGI, com objectivo de solicitar os seguintes dados:

- Saldo dos pedidos de reembolsos por tipo de imposto em Dezembro de 2015 e
- Nº de processos de pedido de reembolsos, que deram entrada durante o ano 2016.

As recomendações aqui arroladas, são acções de carácter corrente, notificando-se os contribuintes para esclarecimentos e devidos pagamentos dentro prazos.

Controlo e Apoio às Unidades Orgânicas

Das 8 acções planificadas, foram realizadas 3 o que corresponde ao grau de realização de 37,50%. O incumprimento deveu-se a razões de ordem financeira e militar, particularmente na Região Centro do país.

Entretanto, para colmatar os referidos constrangimentos, foram realizadas outras actividades em substituição das constantes do PAOA 2016 que resultaram na recuperação da receita no valor total 94,42 milhões de MT.

Recomendações:

Face às constatações acima arroladas, recomendou-se às unidades de cobrança no sentido de:

- Procederem a extracção no sistema SICR da relação de Contribuintes, com crédito sistemático à 31 de Dezembro dos exercícios 2013, 2014 e 2015;
- Recolherem os Processos de Informação Contabilística e Fiscal dos três exercícios económicos referidos, e se faça a comparação com o valor da conta -IVA a recuperar, confirmando-se se são iguais, nos mesmos períodos, caso não, notificarem as diferenças existentes para a cobrança imediata, eliminando-se assim os chamados “Créditos Sistemáticos Fantasmas” que só existem no sistema SICR;
- Notificarem aos Contribuintes para esclarecimento das diferenças de valor entre, IVA a recuperar das existências no sistema SICR e IVA das existências em saldo à 31 de Dezembro de cada ano, reflectida na Informação Contabilística e Fiscal do Contribuinte, considerando-se, 5 exercícios fiscais;
- Criarem núcleos de fiscalização tributária, especificamente para a realização de trabalhos externos, com maior prioridade para Contribuintes com IRPC a recuperar;
- Proceder ao tratamento das declarações periódicas em sede de IVA, IRPC e IRPS confrontando com processos de contas - informação contabilística e fiscal – M/20.

Controlo de Benefícios Fiscais

Análise do mapa dos projectos de investimentos recebido, tendo-se constatado que, em geral, há falta da entrega das declarações M/22 e M/10 de IRPC/IRPS e M/1 de benefícios fiscais. Foi recomendado às respectivas DAF's para solicitar junto da entidade competente a suspensão automática dos benefícios fiscais e pagamento integral dos impostos devidos, nos termos do nº 2, do artigo 14º do Regulamento do Código de Benefícios Fiscais,

aprovado pelo Decreto n° 56/2009, de 7 de Outubro; reforço à equipa da Divisão do Controlo Interno da Região Sul, a fim de fazer levantamento das contribuições dos 20 maiores contribuintes das DAF da Matola e do 2º Bairro de Maputo; e indicação das acções de risco nas unidades orgânicas para a intervenção do Controlo Interno.

Controlo de Auditorias Pós-Desembaraço

No período em análise, foram realizadas as seguintes actividades:

- Análise de 32 relatórios de auditorias pós-desembaraço referentes aos anos 2014 e 2015 e 2016;
- Visita a 11 unidades orgânicas, sendo 1 de nível central e 10 da Região Sul, para o acompanhamento do seu funcionamento bem como das actividades que desenvolvem. Entretanto, 2 não foram realizadas por questões logísticas. Quanto ao grau de realização foi de 84,62%.
- Visitas de trabalho aos Terminais Internacionais Marítimo – TIMAR, Terminal Internacional Aéreo – TIAR, Rodoviário de Ressano Garcia – Terminal Internacional Rodoviário - TIRO, Multimodal com o objectivo de avaliar no terreno as declarações pendentes e os manifestos em aberto no sistema JUE; as saídas antecipadas e os avisos de pagamento de 2ª via não regularizados dentro dos prazos; e os memorandos não apresentados nas estâncias de destino. Estas acções resultaram na recuperação de receita no valor de 40,49 milhões de MT.

3.1.5. Promoção da ética e integridade

Foram realizadas a nível nacional 20 sessões em matérias de ética e integridade, abrangendo 1.510 funcionários, sendo 470 na região sul, 580 na região centro e 460 na região norte.

Estas sessões foram administradas por uma equipa do GCI mas que, devido a problemas de escassez de fundos, nas regiões centro e norte foram realizadas pelas Divisões Regionais em coordenação com o GCI. Estas acções visam garantir o melhoramento dos índices de ética e integridade dos funcionários no seu relacionamento com os utilizadores dos serviços da administração tributária.

3.1.6. Modelo de Análise e Gestão Sistemática de Risco

Durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016, deu-se continuidade a monitoria dos pacotes de Inteligência transitados no ano anterior, relacionados com a recuperação da receita (casos de despachantes aduaneiros, empresas prestadoras de serviços à AT, açucareiras e Sasol). Em coordenação com consultores suecos, uma equipa multisectorial foi destacada e encontra-se a participar numa acção de formações em matérias de gestão de risco, que tem como objectivo a adopção dum modelo de gestão de risco a ser adequado na instituição.

Paralelamente a estas actividades, ao longo do período em análise foram desenvolvidas outras actividades no âmbito da gestão de riscos na instituição, tais como a recolha e tratamento de informação sobre irregularidades diversas, que culminaram com a produção de 26 pacotes de inteligência. Dos 26 pacotes de inteligência abertos, foram concluídos e enviados às unidades orgânicas da AT, 1 a Procuradoria Geral da República-Gabinete Central de Combate à Corrupção e 1 enviado a Polícia de Investigação Criminal da Cidade do Maputo.

Destes pacotes, há que destacar 1 relacionado com um centro comercial na Cidade da Matola, do qual espera-se que a AT recupere cerca de 14,50 milhões de MT.

3.1.7. Irregularidades do Pessoal e Controlo de Processos

Durante o período em análise, o GCI prosseguiu com a solicitação dos pontos de situação, dos Processos Disciplinares (PD) e Processos de Inquérito (PIInq) instruídos em vários sectores da AT, tendo sido instaurados a nível nacional 38 PD, transitados 24 do ano transacto, concluídos 28 e os restantes 34 em curso. Em relação aos PIInq, foram instaurados a nível nacional 35, transitados 9 concluídos 21 PIInq e os restantes 23 em curso.

Do total dos Processos de Inquéritos instaurados, foram enviados à Procuradoria Geral da República, 3 processos para efeitos de procedimento criminal.

Foram recebidos, através da linha do contribuinte, estando em análise para posterior acção, reclamações ligadas a diversas matérias tais como:

- Demora no processo de desembaraço aduaneiro de veículos;
- Esclarecimento no que tange a pagamento de imposições na importação; e
- Desvio de valores destinados ao pagamento do IVA, entre outras.

Importa referir que devido ao não funcionamento do Sistema *Call Centre* “Linha Verde”, a partir do terceiro trimestre, não foram recebidas denúncias, queixas e nem reclamações.

Destaca-se ainda, no período, a emissão de pareceres relacionados com diversas matérias, tais como: pedidos de levantamento de suspensão, pedido de aposentação e pareceres sobre aplicação de penas diversas.

IV. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2017

4.1.No âmbito da Cobrança de Receitas

- Arrecadar o montante de 186.333,50 milhões de MT, sendo 126.265,22 milhões de MT em impostos internos e 60.068,28 milhões de MT em impostos sobre o comércio externo;
- a).No âmbito da Consolidação do Módulo do Registo do NUIT
 - Melhorar as funcionalidades e introduzir mecanismos mais eficientes de operação com o sistema;
 - Expandir o sistema para mais Unidades de Cobrança; e
 - Continuar com o processo de actualização de dados de Registos dos Contribuintes

4.2.No âmbito da Expansão do Sistema Tributário

- Intensificar a acção inspectiva com forte componente de educação fiscal (acções preventivas), com vista a combater a fraude e evasão fiscais;
- Aumentar o rácio de recuperação fiscal como resultado dos trabalhos de auditoria e fiscalizações tributárias;
- Promover mais acções de formação e capacitação dos técnicos nas várias vertentes tributárias, de modo a responder com eficácia aos desafios e exigências das reformas em curso;
- Incrementar a receita dos Grandes Contribuintes em 10% até finais de 2018, relativamente a receita cobrada por este segmento de contribuintes no ano transacto.
- Registrar 798.000 contribuintes, dos quais 15.000 em sede de ISPC;
- Abrir e operacionalizar três 03 Postos de Cobrança;
- Continuar com a implementação do Projecto Factura na escola;
- Formar 8.250 disseminadores das matérias fiscais e aduaneiras;
- Instalar a Biblioteca da Delegação Provincial da AT em Niassa de modo a disponibilizar informação para a formação técnica e académica dos funcionários;
- Operacionalizar o sistema de gestão electrónica de documentos;
- Assegurar a legalidade e eficiência na execução da despesa;
- Garantir a execução e controlo das actividades relativas a gestão orçamental e contabilização da despesa conforme o planificado;
- Elaborar o contraditório do relatório de auditoria do Fundo Comum de 2016;
- Garantir a preparação e elaboração do orçamento da AT para 2018.

4.3.No âmbito da Promoção da Ética e Integridade Institucionais

- Realizar acções de monitoria das recomendações das auditorias e inspecções realizadas pelo GCI, IGF e TA;
- Continuar com as actividades de sensibilização em matéria de “*Ética e Integridade*” e “*Combate à Corrupção*” nas Delegações Provinciais e unidades orgânicas da AT;
- Realizar Inspeções/ Auditorias extraordinária aos diversos órgãos da Autoridade Tributária de Moçambique conforme o caso.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo II. – Desempenho da Cobrança de Receitas, por Rúbricas –. 2016

Anexo II.1. – Desempenho da Cobrança de Receitas da AT (Global)

Valores em Milhões de MT

Descrição	2015				2016				Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	
Receitas Totais	160.707,82	158.509,09	-2.198,73	98,63%	165.540,95	177.040,50	11.499,55	106,95%	8,31%
Receitas Correntes	157.520,41	155.412,49	-2.107,92	98,66%	162.153,55	170.898,00	8.744,46	105,39%	6,73%
Receitas Fiscais	133.009,26	134.823,46	1.814,20	101,36%	144.448,36	147.938,65	3.490,29	102,42%	1,05%
Impostos Sobre os Rendimentos	51.411,06	57.919,08	6.508,02	112,66%	65.046,69	64.273,02	-773,67	98,81%	-13,85%
IRPC	29.300,17	36.092,46	6.792,29	123,18%	40.401,32	36.682,45	-3.718,87	90,80%	-32,39%
IRPS	21.684,38	21.311,25	-373,14	98,28%	24.108,67	26.858,31	2.749,64	111,41%	13,13%
Imposto Especial s/ jogo	102,65	109,43	6,77	106,60%	85,94	151,45	65,51	176,22%	69,62%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	323,85	405,95	82,09	125,35%	450,75	580,81	130,06	128,85%	3,51%
Impostos Sobre Bens e Serviços	75.178,93	72.202,44	-2.976,49	96,04%	74.466,50	78.154,01	3.687,50	104,95%	8,91%
IVA	49.278,08	51.719,46	2.441,38	104,95%	48.406,99	59.111,36	10.704,37	122,11%	17,16%
IVA nas operações internas	21.523,57	21.877,03	353,46	101,64%	19.157,34	28.199,37	9.042,02	147,20%	45,56%
IVA na importação	27.754,51	29.842,43	2.087,92	107,52%	29.249,65	30.912,00	1.662,35	105,68%	-1,84%
ICE Produção Nacional	7.228,19	4.070,30	-3.157,89	56,31%	5.146,18	3.701,96	-1.444,22	71,94%	15,62%
Cerveja	4.529,31	2.910,12	-1.619,19	64,25%	2.598,15	2.801,59	203,44	107,83%	43,58%
Tabaco	1.198,95	735,22	-463,72	61,32%	1.545,04	480,43	-1.064,61	31,09%	-30,23%
Outras Bebidas Alcoólicas	1.499,93	424,96	-1.074,97	28,33%	1.002,99	419,94	-583,05	41,87%	13,54%
ICE Produtos Importados	5.421,10	3.769,20	-1.651,90	69,53%	6.995,32	3.019,98	-3.975,33	43,17%	-26,36%
Imposto s/ Comércio Externo	13.251,57	12.643,48	-608,09	95,41%	13.918,01	12.320,70	-1.597,31	88,52%	-6,89%
Direitos Aduaneiros	13.251,57	12.640,99	-610,58	95,39%	13.918,01	12.049,26	-1.868,75	86,57%	-8,82%
Sobretaxa	0,00	2,49	2,49	0,00%	0,00	271,44	271,44	0,00%	0,00%
Outros Impostos	6.419,27	4.701,94	-1.717,33	73,25%	4.935,16	5.511,63	576,46	111,68%	38,43%
Imposto do Selo	2.024,08	1.400,50	-623,58	69,19%	1.303,21	1.708,86	405,65	131,13%	61,94%
Imposto sobre Veículos	9,62	3,78	-5,85	39,24%	3,31	3,65	0,33	110,10%	70,86%
Licença de Pesca	0,00	63,63	63,63	0,00%	0,00	35,27	35,27	0,00%	0,00%
Imposto sobre a Produção	1.027,35	786,51	-240,85	76,56%	896,96	1.224,84	327,87	136,55%	60,00%
Royalties e Imposto de Superfície	213,90	58,69	-155,21	27,44%	70,89	57,87	-13,01	81,64%	54,21%
Royalties	25,06	7,89	-17,17	31,48%	0,75	2,30	1,55	307,34%	275,86%
Imposto de Superfície	188,84	50,80	-138,04	26,90%	70,14	55,58	-14,56	79,24%	52,34%
Taxa sobre os Combustíveis	2.300,97	1.890,94	-410,03	82,18%	2.026,10	2.061,36	35,26	101,74%	19,56%
Outros	606,10	312,69	-293,41	51,59%	442,96	198,10	-244,86	44,72%	-6,87%
ISPC	237,24	185,21	-52,03	78,07%	191,73	221,67	29,94	115,61%	37,55%
Receitas Não Fiscais	11.360,21	11.595,09	234,88	102,07%	9.664,28	11.214,03	1.549,74	116,04%	13,97%
Taxas Diversas de Serviços	610,59	1.853,62	1.243,03	303,58%	1.800,31	1.731,46	-68,85	96,18%	-207,40%
Compensação Apos. E Pens. Sobrev.	2.639,49	3.445,26	805,77	130,53%	1.117,99	2.273,47	2.155,48	1926,77%	1796,25%
Receitas Próprias	4.437,40	5.810,44	1.373,05	130,94%	4.779,92	6.646,42	1.866,49	139,05%	8,11%
Central	3.078,10	4.768,08	1.689,99	154,90%	3.535,67	5.484,93	1.949,27	155,13%	0,23%
Provincial	588,61	792,26	203,65	134,60%	848,45	943,11	94,66	111,16%	-23,44%
Distritos	384,30	250,10	-134,20	65,08%	395,81	218,37	-177,43	55,17%	-9,91%
Saldos Transitados	386,39	0,00	-386,39	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras	3.672,73	485,77	-3.186,96	13,23%	2.966,05	562,67	-2.403,38	18,97%	5,74%
Receitas Consignadas	13.150,94	8.993,94	-4.157,01	68,39%	8.040,91	11.745,33	3.704,42	146,07%	77,68%
Taxa sobre os Combustíveis (Consignada)	6.850,50	5.036,89	-1.813,60	73,53%	3.503,37	5.582,95	2.079,58	159,36%	85,83%
Taxa de Serviços Aduaneiros	199,30	197,94	-1,36	99,32%	130,35	170,51	40,16	130,81%	31,49%
Taxa de Sobrevalor. da Madeira	197,00	296,09	99,09	150,30%	58,02	1.098,03	1.040,01	1892,46%	1742,16%
Taxa de Sobrevalor. da Castanha de Cajú	95,00	86,14	-8,86	90,67%	56,99	199,37	142,38	349,86%	259,19%
Saldos Transitados	2.163,85	0,00	-2.163,85	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras	3.645,30	3.376,88	-268,43	92,64%	4.292,19	4.694,47	402,28	109,37%	16,74%
Receitas de Capital	3.187,40	3.096,60	-90,80	97,15%	3.387,40	6.142,50	2.755,09	181,33%	84,18%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo II.2. – Desempenho da Cobrança de Receitas dos Impostos Internos

Valores em Milhões de MT

Descrição	2015				2016				Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	
Receitas Totais	105.799,76	106.943,04	1.143,28	101,08%	109.633,15	125.427,09	15.793,93	114,41%	13,33%
Receitas Correntes	102.612,35	103.846,44	1.234,08	101,20%	106.245,75	119.284,59	13.038,84	112,27%	11,07%
Receitas Fiscais	81.344,54	84.476,60	3.132,07	103,85%	89.137,00	97.968,00	8.831,00	109,91%	6,06%
Impostos Sobre os Rendimentos	58.049,68	57.919,08	-130,60	99,78%	65.046,69	64.273,02	-773,67	98,81%	-0,96%
IRPC	35.590,64	36.092,46	501,83	101,41%	40.401,32	36.682,45	-3.718,87	90,80%	-10,61%
IRPS	21.958,34	21.311,25	-647,09	97,05%	24.108,67	26.858,31	2.749,64	111,41%	14,35%
Imposto Especial s/ jogo	79,85	109,43	29,57	137,04%	85,94	151,45	65,51	176,22%	39,19%
Taxa Liberatória das Zonas Francas	420,85	405,95	-14,91	96,46%	450,75	580,81	130,06	128,85%	32,40%
Impostos Sobre Bens e Serviços	17.909,03	21.877,03	3.968,01	122,16%	19.157,34	28.199,37	9.042,02	147,20%	25,04%
IVA	17.909,03	21.877,03	3.968,01	122,16%	19.157,34	28.199,37	9.042,02	147,20%	25,04%
IVA nas operações internas	17.909,03	21.877,03	3.968,01	122,16%	19.157,34	28.199,37	9.042,02	147,20%	25,04%
Outros Impostos	5.385,83	4.680,49	-705,34	86,90%	4.932,96	5.495,62	562,65	111,41%	24,50%
Imposto do Selo	1.401,82	1.400,01	-1,81	99,87%	1.303,21	1.708,86	405,65	131,13%	31,26%
Imposto sobre Veículos	7,74	3,78	-3,97	48,76%	3,31	3,65	0,33	110,10%	61,34%
Licença de Pesca	55,00	63,63	8,63	115,69%	0,00	35,27	35,27	0,00%	0,00%
Imposto sobre a Produção	860,86	786,51	-74,36	91,36%	896,96	1.224,84	327,87	136,55%	45,19%
Royalties e Imposto de Superfície	73,41	58,69	-14,72	79,94%	70,89	57,87	-13,01	81,64%	1,70%
Royalties	8,45	7,89	-0,56	93,37%	0,75	2,30	1,55	307,34%	213,97%
Imposto de Superfície	64,96	50,80	-14,16	78,20%	70,14	55,58	-14,56	79,24%	1,04%
Taxa sobre os Combustíveis	2.300,97	1.890,94	-410,03	82,18%	2.026,10	2.061,36	35,26	101,74%	19,56%
Diversos	524,54	291,74	-232,81	55,62%	440,76	182,09	-258,67	41,31%	-14,30%
ISPC	161,48	185,21	23,73	114,70%	191,73	221,67	29,94	115,61%	0,92%
Receitas Não Fiscais	10.825,57	10.956,06	130,49	101,21%	9.313,20	11.053,37	1.740,17	118,68%	17,48%
Taxas Diversas de Serviços	2.121,27	1.250,77	-870,50	58,96%	1.495,61	1.570,80	75,20	105,03%	46,06%
Compensação Apos. E Pens. Sobrev.	3.441,59	3.445,26	3,68	100,11%	117,99	2.273,47	2.155,48	1926,77%	1826,67%
Receitas Próprias	4.507,35	5.774,26	1.266,91	128,11%	4.733,55	6.646,42	1.912,87	140,41%	12,30%
Central	3.148,05	4.731,90	1.583,85	150,31%	3.489,29	5.484,93	1.995,65	157,19%	6,88%
Provincial	588,61	792,26	203,65	134,60%	848,45	943,11	94,66	111,16%	-23,44%
Distritos	384,30	250,10	-134,20	65,08%	395,81	218,37	-177,43	55,17%	-9,91%
Saldos Transitados	386,39	0,00	-386,39	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversos	755,37	485,77	-269,59	64,31%	2.966,05	562,67	-2.403,38	18,97%	-45,34%
Receitas Consignadas	10.442,24	8.413,77	-2.028,47	80,57%	7.795,55	10.263,22	2.467,67	131,65%	51,08%
Taxa sobre os Combustíveis (Consignada)	6.850,50	5.036,89	-1.813,60	73,53%	3.503,37	5.582,95	2.079,58	159,36%	85,83%
Saldos Transitados	2.163,85	0,00	-2.163,85	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversos	3.591,75	3.376,88	-214,87	94,02%	4.292,19	4.680,27	388,08	109,04%	15,02%
Receitas de Capital	3.187,40	3.096,60	-90,80	97,15%	3.387,40	6.142,50	2.755,09	181,33%	84,18%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo II.3. – Desempenho da Cobrança de Receitas dos Impostos sobre o Comércio Externo

Valores em Milhões de MT

Descrição	2015				2016				Diferença da % de Realiz.
	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	Programa	Cobrança	Desvio	% de Realiz.	
Receitas Correntes	54.350,20	51.566,05	-2.784,15	94,88%	55.907,79	51.613,41	-4.294,38	92,32%	-2,56%
Receitas Fiscais	53.658,87	50.346,86	-3.312,01	93,83%	55.311,36	49.970,65	-5.340,71	90,34%	-3,48%
Impostos s/ Bens e Serviços	53.655,36	50.325,40	-3.329,95	93,79%	55.309,16	49.954,64	-5.354,52	90,32%	-3,47%
IVA	27.754,51	29.842,43	2.087,92	107,52%	29.249,65	30.912,00	1.662,35	105,68%	-1,84%
IVA na importação	27.754,51	29.842,43	2.087,92	107,52%	29.249,65	30.912,00	1.662,35	105,68%	-1,84%
ICE Produção Nacional	7.228,19	4.070,30	-3.157,89	56,31%	5.146,18	3.701,96	-1.444,22	71,94%	15,62%
Cerveja	4.529,31	2.910,12	-1.619,19	64,25%	2.598,15	2.801,59	203,44	107,83%	43,58%
Tabaco	1.198,95	735,22	-463,72	61,32%	1.545,04	480,43	-1.064,61	31,09%	-30,23%
Outras Bebidas Alcoólicas	1.499,93	424,96	-1.074,97	28,33%	1.002,99	419,94	-583,05	41,87%	13,54%
ICE Produtos Importados	5.421,10	3.769,20	-1.651,90	69,53%	6.995,32	3.019,98	-3.975,33	43,17%	-26,36%
Imposto s/ Comércio Externo	13.251,57	12.643,48	-608,09	95,41%	13.918,01	12.320,70	-1.597,31	88,52%	-6,89%
Direitos Aduaneiros	13.251,57	12.640,99	-610,58	95,39%	13.918,01	12.049,26	-1.868,75	86,57%	-8,82%
Sobretaxa	0,00	2,49	2,49	0,00%	0,00	271,44	271,44	0,00%	0,00%
Outros Impostos	3,51	21,45	17,94	611,39%	2,20	16,01	13,81	727,73%	116,34%
Imposto sobre Comércio Marítimo	0,88	0,00	-0,88	0,00%	0,91	0,05	-0,86	5,96%	5,96%
Imposto de Farolagem	1,02	0,00	-1,01	0,28%	1,17	0,13	-1,04	11,19%	10,91%
Imposto de Tonelagem	1,07	0,01	-1,06	0,58%	0,12	0,00	-0,12	0,00%	-0,58%
Outros	0,55	21,44	20,90	3916,86%	0,00	15,82	15,82	0,00%	0,00%
Receitas Não Fiscais	100,90	639,03	538,12	633,30%	351,08	160,66	-190,42	45,76%	-587,54%
Taxas Diversas de Serviços	100,90	639,03	538,12	633,30%	351,08	160,66	-190,42	45,76%	-587,54%
Receitas Consignadas	590,43	580,17	-10,26	98,26%	245,36	1.482,11	1.236,75	604,06%	505,80%
Taxa de Serviços Aduaneiros	199,30	197,94	-1,36	99,32%	130,35	170,51	40,16	130,81%	31,49%
Taxa de Sobrevalor da Madeira	197,00	296,09	99,09	150,30%	56,99	1.098,03	1.041,05	1926,87%	1776,57%
Taxa de Trânsito Aduaneiro	99,14	0,00	-99,14	0,00%	0,00	14,20	14,20	0,00%	0,00%
Taxa de Sobrevalor. da Castanha de Cajú	95,00	86,14	-8,86	90,67%	58,02	199,37	141,35	343,61%	252,94%

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo III. – Registo Anual de NUIT por Unidade de Cobrança e Acumulado desde 1999

DAF	Programa de Janeiro a Dezembro			Registos até 31 de Dezembro			Grau de Realização %			Reg. de 1999 a 31/12/16		
	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total	Singulares	Colectivos	Total
Lichinga	19.957	407	20.364	20.658	82	20.740	103,51%	20,15%	101,85%	129.605	944	130.549
Cuamba	7.378	151	7.529	10.973	45	11.018	148,73%	29,80%	146,34%	54.740	252	54.992
Mandimba							0,00%	0,00%	0,00%	4.822	7	4.829
Matangula							0,00%	0,00%	0,00%	3.462	13	3.475
Tot. da Prov. de Niassa	27.335	558	27.893	31.631	127	31.758	115,72%	22,76%	113,86%	192.629	1.216	193.845
Pemba	27.214	555	27.769	30.000	364	30.364	110,24%	65,59%	109,34%	196.878	2.680	199.558
Montepuez	8.225	168	8.393	7.328	43	7.371	89,09%	25,60%	87,82%	41.569	385	41.954
Moçimboa da Praia	11.793	241	12.034	17.365	51	17.416	147,25%	21,16%	144,72%	112.909	398	113.307
UGC de Pemba							0,00%	0,00%	0,00%	0	81	81
Tot. da Prov. de C. Delgado	47.232	964	48.196	54.693	458	55.151	115,80%	47,51%	114,43%	351.356	3.544	354.900
Nampula	48.743	995	49.738	64.180	722	64.902	131,67%	72,56%	130,49%	351.107	3.951	355.058
Angoche	2.968	61	3.029	9.324	97	9.421	314,15%	159,02%	311,03%	40.009	535	40.544
Nacala	30.843	629	31.472	18.099	386	18.485	58,68%	61,37%	58,73%	142.302	2.089	144.391
Monapo							0,00%	0,00%	0,00%	6.240	126	6.366
UGC de Nampula		629	629				0,00%	0,00%	0,00%	61	47	108
Tot. da Prov. de Nampula	82.554	2.314	84.868	91.603	1.205	92.808	110,96%	52,07%	109,36%	539.719	6.748	546.467
Tot. Regional Norte	157.121	3.836	160.957	177.927	1.790	179.717	113,24%	46,66%	111,66%	1.083.704	11.508	1.095.212
Quelimane	40.568	828	41.396	33.515	286	33.801	82,61%	34,54%	81,65%	187.532	3.352	190.884
Gurué	6.355	130	6.485	8.113	162	8.275	127,66%	124,62%	127,60%	47.776	755	48.531
Mocuba	11.248	230	11.478	14.062	223	14.285	125,02%	96,96%	124,46%	79.346	1.259	80.605
Morrumbala							0,00%	0,00%	0,00%	6.667	81	6.748
Mopeia							0,00%	0,00%	0,00%	3.224	16	3.240
Nicoadala							0,00%	0,00%	0,00%	7.330	37	7.367
Tot. da Prov. da Zambézia	58.171	1.188	59.359	55.690	671	56.361	95,73%	56,48%	94,95%	331.875	5.500	337.375
Tete (DAF)	48.115	982	49.097	36.280	538	36.818	75,40%	54,79%	74,99%	251.511	4.512	256.023
Zumbo							0,00%	0,00%	0,00%	769	3	772
Zóbué							0,00%	0,00%	0,00%	2.927	47	2.974
Xitima							0,00%	0,00%	0,00%	680	21	701
Mutarara							0,00%	0,00%	0,00%	4.172	15	4.187
Changara							0,00%	0,00%	0,00%	1.495	28	1.523
Ulongue							0,00%	0,00%	0,00%	10.022	26	10.048
UGC de Tete							0,00%	0,00%	0,00%	18	94	112
Tot. da Prov. de Tete	48.115	982	49.097	36.280	538	36.818	75,40%	54,79%	74,99%	271.594	4.746	276.340
Chimoio (DAF)	40.198	820	41.018	37.887	671	38.558	94,25%	81,83%	94,00%	238.205	3.586	241.791
Manica							0,00%	0,00%	0,00%	8.988	178	9.166
Inchape							0,00%	0,00%	0,00%	3.823	50	3.873
Total da Prov. de Manica	40.198	820	41.018	37.887	671	38.558	94,25%	81,83%	94,00%	251.016	3.814	254.830
1º Bairro da Beira	29.139	595	29.734	23.623	477	24.100	81,07%	80,17%	81,05%	236.949	4.098	241.047
Manga	44.281	904	45.185	29.723	289	30.012	67,12%	31,97%	66,42%	191.418	1.906	193.324
UGC Beira							0,00%	0,00%	0,00%	33	193	226
Marromcu							0,00%	0,00%	0,00%	5.978	17	5.995
Tot. da Prov. de Sofala	73.420	1.499	74.919	53.346	766	54.112	72,66%	51,10%	72,23%	434.378	6.214	440.592
Tot. Regional Centro	219.904	4.489	224.393	183.203	2.646	185.849	83,31%	58,94%	82,82%	1.288.863	20.274	1.309.137
Inhambane	11.128	227	11.355	42.571	218	42.789	382,56%	96,04%	376,83%	106.797	1.847	108.644
Quissico	4.597	94	4.691	17.171	31	17.202	373,53%	32,98%	366,70%	75.109	428	75.537
Vilanculos	4.931	101	5.032	31.355	66	31.421	635,88%	65,35%	624,42%	72.035	1.137	73.172
Maxixe	10.281	210	10.491	39.693	68	39.761	386,08%	32,38%	379,00%	109.939	703	110.642
Massinga							0,00%	0,00%	0,00%	24.741	98	24.839
Tot. da Prov. de Inhambane	30.937	632	31.569	130.790	383	131.173	422,76%	60,60%	415,51%	395.167	4.368	399.535
Xai Xai	15.966	326	16.292	19.735	254	19.989	123,61%	77,91%	122,69%	145.488	1.580	147.068
Chibuto	3.266	67	3.333	8.027	63	8.090	245,77%	94,03%	242,72%	29.786	261	30.047
Chokwé	9.071	185	9.256	15.946	110	16.056	175,79%	59,46%	173,47%	69.432	804	70.236
Bilene							0,00%	0,00%	0,00%	4.535	39	4.574
Macia							0,00%	0,00%	0,00%	796	2	798
Tot. da Prov. de Gaza	28.303	578	28.881	43.708	427	44.135	154,43%	73,88%	152,82%	250.037	2.686	252.723
Matola	70.354	1.436	71.790	49.339	957	50.296	70,13%	66,64%	70,06%	417.947	6.924	424.871
Magde	3.962	81	4.043	2.590	4	2.594	65,37%	4,94%	64,16%	16.381	91	16.472
Namaacha							0,00%	0,00%	0,00%	8.252	26	8.278
Manhiça	11.128	227	11.355	6.856	55	6.911	61,61%	24,23%	60,86%	61.036	416	61.452
Machava	28.119	574	28.693	18.481	309	18.790	65,72%	53,83%	65,49%	190.752	1.769	192.521
UGC da Matola							0,00%	0,00%	0,00%	3	200	203
Tot. da Prov. de Maputo	113.563	2.318	115.881	77.266	1.325	78.591	68,04%	57,16%	67,82%	694.371	9.426	703.797
1º Bairro de Maputo	27.507	561	28.068	5.356	1.843	7.199	19,47%	328,52%	25,65%	121.008	20.334	141.342
2º Bairro de Maputo	77.460	1.581	79.041	31.809	1.080	32.889	41,07%	68,31%	41,61%	535.931	10.041	545.972
3º Bairro de Maputo	4.112	84	4.196	1.623	658	2.281	39,47%	783,33%	54,36%	24.389	5.981	30.370
Ponta do Ouro	1.831	37	1.868	3.028	38	3.066	165,37%	102,70%	164,13%	19.332	357	19.689
Posto de C. do Jardim	32.294	659	32.953	26.294	455	26.749	81,42%	69,04%	81,17%	234.888	2.359	237.247
Posto de C. de Xipamanine	18.448	376	18.824	5.704	229	5.933	30,92%	60,90%	31,52%	59.158	1.005	60.163
UGC de Maputo					4	5	0,00%	0,00%	0,00%	232	674	906
Tot. Maputo Cidade	161.652	3.298	164.950	73.818	4.304	78.122	45,66%	130,50%	47,36%	994.938	40.751	1.035.689
Tot. Regional Sul	334.455	6.826	341.281	325.582	6.439	332.021	97,35%	94,33%	97,29%	2.334.513	57.231	2.391.744
Tot. Geral	711.480	15.151	726.631	686.712	10.875	697.587	96,32%	71,78%	96,00%	4.707.080	89.013	4.796.093

Anexo IV – Resumo das Actividades Desenvolvidas no âmbito da Comunicação e Imagem

Ord	Assunto	Descrição
1.	Publicações	Produção, impressão, distribuição e publicação electrónica do Boletim Tributário (BT) de Janeiro; (ii) Produção e publicação electrónica de Fevereiro, (iii) Finalização dos BT de Março, Abril, Maio, Junho e Julho, aguardando apenas a publicação e (iv) Em processo de produção o BT de Dezembro.
2.	Coberturas	Foram produzidos e enviados aos Órgãos de Comunicação Social 123 comunicados de imprensa e 106 anúncios sobre os acontecimentos da instituição para cobertura, avisos, entre outros, nos jornais, rádios e televisões nacionais
3.	Comunicações Internas	Maquetizados e produzidos os seguintes itens: 150 folhetos “Diário do Conselho Coordenador do Ministério de Economia e Finanças (MEF)”; 150 folhetos com desenhos infantis, no âmbito mês da criança (uma criança, um NUIT); 10 dísticos para os diversos eventos e está em curso criação de logótipo para Máquinas Fiscais.
4.	Campanhas de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto, tendo como resultado a atribuição de 91.000 NUIT	Formação de 11.053 disseminadores, correspondente a 138,16% de realização da meta planificada de 8.000 disseminadores, dos quais 2.512 da DRN, 4.723 da DRC e 3.818 da DRS numa realização de 111,64%, 157,43% e 127,27%, respectivamente, da meta anual por região. para a sensibilização e capacitação, no que refere as boas práticas do pagamento voluntário do imposto e o desencorajamento de práticas da corrupção.
• Realização de campanhas de educação fiscal e aduaneira com recurso ao desporto (com a participação em 36 torneios desportivos nacionais), com destaque para o futebol de 11, futsal, voleibol e basquetebol;		
• Realização de 121 palestras, a nível nacional, abrangendo gestores e administradores do aparelho do Estado, professores e estudantes, militares, comerciantes, jovens empreendedores, chefes de quarteirão, líderes comunitários e religiosos, associações juvenis, chefes dos mercados e aglomerados populacionais;		
• Realização de 26 eventos culturais e recreativos, a nível nacional, dos quais 11 no dia Internacional das Alfândegas; 2 dia Nacional do Contribuinte, 2 na Celebração do dia internacional da mulher, 11 eventos, a nível nacional, no dia Internacional do Trabalhador, 9 road-shows de educação fiscal e popularização do imposto, realizados na província de Manica, Niassa e Cabo Delgado.		
• Lançamento oficial do Projecto “Facturas na Escola”, por S. Excia. Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano e pela Exma. Presidente da AT, na Escola Primária Completa Matola C, sita no Município da Matola. Este projecto visa ensinar as crianças, desde a tenra idade, a necessidade de se exigir a factura ou outro comprovativo de compra ou transacção comercial, e através do concurso, usar as crianças para incentivar os pais a esta prática;		
• Educação fiscal, porta a porta e nos mercados para garantir que se pague o imposto, iniciando com os responsáveis pelos mercados, as DAF e o Município com vista a abrir espaço para que o fisco possa entrar para colectar o imposto perdido nestes locais		

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo V. –Formações no âmbito da JUE –2016

Módulos		Registo Anual de Formados												Total
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembr	Dezembro	
CMS	Desembaraço - Carga Rodoviário	0	0	0	0	0	0	0	0	12	2	11	0	25
	Desembaraço FI (IMP&EXP)	3	10	97	25	57	31	0	10	14	0	0	0	247
	Desembaraço de Automóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Importação & Exportação Temporária -	3	0	2	11	0	0	0	6	0	0	0	0	22
	Trânsito	0	34	10	8	12	23	0	8	15	0	0	0	110
	Armazém	0	0	4	7	0	0	0	0	0	0	0	0	11
	Gestão de Garantias	2	0	4	11	0	0	0	1	4	0	0	0	22
	Auditorias Pós Desembaraço	0	0	0	0	2	18	0	0	0	0	9	0	29
	Treino Especial de Gestores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	CMS CSO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Gestão de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Módulo de Combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	12	0	10	0	0	31
	Leilão	0	5	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7
	Isenção	0	0	0	10	0	0	0	0	0	1	0	0	11
	Armazém de Trânsito	0	0	0	0	0	0	0	8	11	0	0	0	19
	Gestão de Manifesto	1	0	24	15	8	31	0	17	22	0	0	7	125
	Controle Interno	0	9	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43
	Investigação e Inteligência	0	0	0	1	0	8	0	0	0	0	0	0	9
	Declaração Simplificada - DS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Reverificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	8	17
Direcção Regional	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
Inspecção Geral de Finanças	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	12	
PIET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	
Refreshment CMS	0	0	0	8	12	0	0	0	0	0	0	0	20	
Total	9	60	175	101	103	111	0	62	78	13	33	24	769	
TRADENET	Declaração - Fase I	11	10	17	4	7	7	4	4	0	18	20	8	110
	Declaração - Fase II	10	7	2	5	0	20	4	4	0	19	17	2	90
	PIET	11	10	0	6	0	5	8	11	0	12	2	0	65
	Isenção	11	13	1	3	0	0	7	5	0	11	20	1	72
	Trânsito - Armazém de Trânsito	0	29	3	8	10	2	0	0	7	0	0	0	59
	Módulo de Combustíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transportadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	8	24
	Manifesto Rodoviário	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
	Importação & Exportação (EXIM)	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	3
	Módulo de Pagamento	2	0	9	0	0	3	0	2	0	0	0	0	16
	Termo de Compromisso	0	0	6	3	10	4	4	9	0	1	0	0	37
	BI Tool	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Agentes de Navegação (VAOS)	0	5	0	2	2	5	2	0	0	9	3	1	29
	Transitários (FFWDER)	9	38	11	2	0	7	2	11	2	7	4	5	98
	Autoridade Portuária (PA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Operador de Terminal (CTO)	0	0	10	0	0	0	0	7	0	5	5	0	27
	Third Country View	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Operador de Armazém Aduaneiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Indução a JUE	1	0	0	11	58	2	0	1	68	3	0	0	144
Refreshment Tradenet	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	62	112	59	44	87	56	31	54	79	85	87	25	781	
Total CMS + TradeNet	71	172	234	145	190	167	31	116	157	98	120	49	1.550	

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo VI. – Reuniões no Âmbito da OMA, OMA-ESA e CPLP

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
DIVISÃO DOS ASSUNTOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIAS				
REUNIÕES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO COM A OMA E COM A OMA-ESA				
1	Workshop sobre o Fortalecimento de Reforço das Alfândegas na Região da SADC	Gaberone, Botswana de 27 a 29 de Janeiro de 2016	Implementação de matérias de Enforcement na luta contra o comércio ilícito incluindo o contrabando do Tabaco. □ Reforçar a cooperação na obtenção de informações e inteligência sobre as cadeias e meios de fornecimento em relação às mercadorias contrabandeadas na região,	O workshop foi importante visto ter demonstrado através das apresentações feitas o nível de contrabando de cigarros e de bebidas alcoólicas na região. A troca de informação sobre estas matérias constitui um imperativo para as entidades que lidam com estas matérias.
2	Operação conjunta da Organização Mundial das Alfândegas intitulada GRYPHON II	01 de Março a 30 de Abril de 2016	Luta contra o tráfico ilícito de tabaco e produtos de tabaco	A presente operação teve lugar em todas os países membros da OMA e cujos resultados globais da referida operação foram a apreensão de 729 milhões de cigarros, 287.000 cigarrilhas e 250 toneladas de outros produtos derivados do cigarro. Os cigarros apreendidos são cigarros de marcas autênticas, cigarros contrafeitos e cigarros baratos.
3	Workshop sobre o Curso Avançado na Área de Inteligência	Lusaka, Zâmbia segunda quinzena de Abril de 2016	Dar assistência aos analistas de inteligência dos países da região a melhorar o pensamento analítico para lidarem com inteligência complexa.	Os participantes usam os conhecimentos adquiridos na análise de informação de inteligência a nível regional e a troca de informação regional foi melhorada.
4	24ª Reunião do Grupo de Trabalho Regional e 21ª Reunião do Conselho Directivo da OMA-ESA	Maseru, Lesotho de 23 a 27 de Maio de 2016	Tomada de decisões relativas ao funcionamento da OMA-ESA	Foi recomendado aos membros a trabalhar no sentido de reduzir os passos de desembaraço para reduzir o tempo gasto no processo, bem como, a necessidade de implementar o conceito de Janela Única Electrónica e com um único ponto comum de pagamento para facilitar o processo de pagamento de impostos. O Conselho reconheceu ainda os progressos realizados pelos diferentes Membros, Centros Regionais e parceiros no apoio ao programa de digitalização aduaneira, contudo, houve consenso entre os delegados no sentido de aumentar os seus recursos necessários para essa digitalização. O Conselho observou igualmente a necessidade de abraçar a análise de dados grande, especialmente recorrendo o apoio do Centro Regional de Capacitação (ROCB). O Conselho Directivo recomendou que a região partilhasse as lições aprendidas e desenvolver estudos de casos das regiões que tiveram sucesso no desenvolvimento de vários sistemas de TI.
5	Workshop Regional sobre o Sistema Harmonizado, Edição 2017	Harare, Zimbábwe de 25 a 28 de Julho de 2016	Assegurar a interpretação e aplicação uniforme das disposições do Sistema Harmonizado - SH. Versão 2017	Migração do Sistema Harmonizada da versão 2007 para versão 2017
6	Curso de Capacitação intitulado Modernização das Alfândegas para a África	Singapura, de 26 a 30 de Setembro de 2016	Formação em gestão de Risco e segurança nos postos de entradas.	Foram adquiridos conhecimentos sobre a importância da gestão de risco na facilitação do comércio. O uso de sistemas CEN, Cencomm, Janela Única electrónica na gestão de risco mostrou-se muito importante para mitigar o risco nas transações aduaneiras.

**Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017**

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
DIVISÃO DOS ASSUNTOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS TRIBUTÁRIAS				
REUNIÕES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO COM A CPLP				
7	Workshop Extraordinário sobre o Financiamento dos Seminários no âmbito do PICAT V	Lisboa, Portugal de 19 a 22 de Abril de 2016	O presente workshop tem por objectivo de dotar os funcionários aduaneiros da CPLP, de conhecimentos essenciais para conceber um projecto de um Plano Estratégico Específicos, a nível das Alfândegas da CPLP, a fim de apresentar junto dos doadores internacionais interessados para financiamento	A principal recomendação do seminário foi que cada administração membro indicasse um funcionário sénior que fará parte do Grupo de Trabalho da CPLP (GT) que poderá preparar o “caso de negócio” (identificar as necessidades, definir as prioridades ao mais alto nível), identificar os objectivos dos potenciais doadores a partir do Plano Estratégico da CPLP. Neste processo foi indicado o Sr. Alberto Alexandre, funcionário afecto na DSCI-GPECI, que já está a trabalhar com a DGA no sentido de identificar os temas prioritários a partir do Plano Estratégico da CPLP 2016-2018.
8	51ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Harmonizado e Workshop sobre a Classificação de Mercadorias e Temas Correlatos	Recife, Brasil de 18 a 29 de Abril de 2016	Análise da versão Única do Sistema Harmonizado (VUSH 2017); Aprovação da versão Única do Sistema Harmonizado 2017- Língua Portuguesa; Análises dos pareceres de classificação da OMA	Aprovada pelo Conselho de Ministros a proposta da 5ª Edição da Pauta Aduaneira. Versão 2017.
9	11 Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível	São Tomé e Príncipe de 02 a 05 de Maio de 2016	Nesta reunião foram apresentados vários temas de sobre matérias aduaneiras, debate, bem com a troca de experiências entre todas as Administrações Aduaneiras da CPLP. A reunião analisou o ponto de situação das três Convenções Aduaneiras firmadas no âmbito da CPLP: • “Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa” • “Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Países de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas” • “Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Países de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras”.	Relativamente ao assunto das convenções, somo de informar que as referidas convenções aduaneiras foram assinadas e ratificadas por Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal pelo que, para estes países, as mesmas já entraram em vigor. Quanto a Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, apesar de terem assinado o texto das convenções, aguarda-se que concluem os seus processos de ratificação junto dos respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, devendo, logo que tal venha a verificar-se, comunicar ao SP, a efectiva ratificação. Só então poderão invocar, com força obrigatória, as normas nelas contidas. Assim, a reunião recomendou aos países que ainda não rectificaram as convenções para que concluem o processo sempre que possível para permitir que sejam instrumentos vinculativos. Foi recomendado também que se identificasse temas concretos associados à elaboração do Plano Estratégico, com vista à sua melhor concretização, tendo dado como exemplos de eventuais prioridades, a implementação de unidades de análise de risco, procedimentos aduaneiros indexados a um plano de formação a implementar nas Administrações na sequência da Convenção de Quioto revista, ou ainda, a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC).
10	11 Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Convenção de Quioto Revista	Lisboa, Portugal de 16 a 20 de Maio de 2016	O objectivo da presente reunião e de harmonizar as traduções feitas da língua inglesa para a portuguesa, das Directivas dos anexos específicos A (capítulos 1 e 2), B (capítulos 1,2 e 3), D (capítulos 1 e 2) e E (capítulo 1), respectivamente, relativas a Chegada das Mercadorias ao Território Aduaneiro, Importação, Entrepósitos Aduaneiros e Zonas Francas, e Trânsito Aduaneiro.	Como recomendação e de acordo com a distribuição das Directivas, coube a Moçambique a tradução das Directivas do Anexo Específico E e cuja revisão ficou a cargo do Brasil. A conclusão da tradução da convenção é de extrema importância na medida em que espera-se que a médio e longo prazo facilite os Membros na preparação dos processos de adesão (para aqueles que ainda não são Partes Contratantes) e igualmente a modernização dos seus procedimentos, tomando em consideração que este instrumento constitui a espinha dorsal das Alfândegas Modernas.
REUNIÕES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO COM O ATAF				
11	II Reunião dos Formadores e Chefes de Recursos Humanos da ATAF	Pretória, África do Sul de 16 a 17 de Março de 2016	O presente encontro teve por objectivo a promoção de acções de cooperação e troca de experiências entre os Estados-Membros, e base de diálogo permanente e coordenado entre os países africanos e os seus parceiros de cooperação internacional, assegurando maiores sinergias no desenvolvimento de capacidades, troca de experiências e de conhecimentos em matéria de tributação.	Foi recomendado aos membros a trabalhar no sentido de garantir que os funcionários das administrações tributárias dos países membros possam participar nos próximos Cursos de Mestrado, por ser um programa que possibilitam as instituições a criar capacidades em matérias de tributação no sector da indústria extractiva. Com funcionários qualificados, espera-se que a médio ou longo prazo, a instituição pudesse almejar bom resultados no que concerne ao incremento na cobrança de receita.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo VII. – Mapa dos Encontros no Âmbito da Integração Regional – 2016

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
DIVISÃO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E ACORDOS MULTILATERAIS				
1	14ª Reunião do Sub Comité de Facilitação do Comércio	Botswana, 30-31 de Maio de 2016	Resolução das barreiras não tarifárias	Os Estados Membros foram recomendados a trabalhar arduamente com vista a resolução das barreiras não tarifárias reportadas e a implementar os instrumentos de facilitação do comércio aprovados pela SADC, OMA e OMC. Relativamente às taxas sobre a inspeção não intrusiva pagas no Porto de Maputo, foi decidido que o assunto seria levado à consideração dos Ministros do Comércio
2	Reunião do Sub Comité de Cooperação Aduaneira	Namibia, Maio 2016	Discussão sobre matérias relativas ao alinhamento das estratégias e procedimentos aduaneiros	Aprovado o Manual sobre Regras de Origem da SADC, o Programa sobre facilitação do Comércio da SADC
3	50ª Reunião do Fórum das Negociações sobre o Comércio	Botswana, 1 a 3 de Junho de 2016	Análise do Ponto de Situação da Implementação da Zona de Comércio Livre da SADC	Os países que ainda não aderiram ao Protocolo Comercial da SADC devem fazê-lo no âmbito do compromisso assumido com vista a diminuição do custo das transações comerciais. Todos os estados Membros da SADC deverão contemplar a Seychelles na implementação do Protocolo Comercial da SADC. Moçambique está a implementar na íntegra o Protocolo Comercial da SADC cujo impacto tem revelado o aumento das importações de Moçambique dos países da SADC e das exportações de Moçambique para os países da SADC.
4	Reunião das negociações do Acordo SADC/EPA's	Joanesburg - Abril e Maio	Acesso ao mercado recíproco entre os países da SADC-EPA's e a União Europeia	Assinado em Junho de 2016, em Gaborone, Botswana, o Acordo de Parceria Económica entre a SADC/EPA's e a União Europeia que deverá entrar em vigor após a ratificação pelos países signatários
OUTRAS REUNIÕES				
5	Encontro de Preparação da Missão de Assistência Técnica no Âmbito da Implementação da Figura do Operador Económico Autorizado	Maputo, Março de 2016	Assistência Técnica na implementação da figura de operador autorizado.	O impacto da implementação da figura do OEA assenta na flexibilização do processo de desembaraço aduaneiro. No âmbito desta missão de assistência técnica, o consultor da USAID visitou o Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia, manteve encontros de trabalho com a Direcção de Normação e Procedimentos Aduaneiros da DGA e ministrou uma formação sobre o Operador Económico Autorizado aos funcionários da DGA, despachantes aduaneiros e outros <i>stakeholders</i> do comércio internacional.
6	Encontro com a GIZ	Março de 2016	Pretendia-se inteirar das acções de reforma tributária em curso na AT com vista a identificação das acções prioritárias para assistência técnica	Em coordenação com a Direcção Geral das Alfândegas foi feita análise dos termos de referência da migração da Inspeção Pré-embarque para inspeção baseada no risco no âmbito da implementação do preconizado no Acordo de Bali, assinado em Dezembro de 2013
7	Encontro de Preparação da Reunião Bilateral dos Ministros do Comércio Moçambique/Malawi	Março de 2016	Este encontro visava dar um informe sobre o ponto de situação das acções de cooperação entre os dois países, em preparação da reunião dos Ministros do Comércio dos dois países, que iria decorrer na Cidade de Tete, no dia 04 de Março de 2016	Do encontro realizado, foi recomendado a realização da Reunião do Subcomité de Cooperação Aduaneira Moçambique/Malawi
8	Participação do workshop de validação da categorização das previsões do Acordo	Março de 2016	Este encontro tinha como objectivo validar a categorização das previsões constantes do Acordo de facilitação de Comércio, assinado em Bali, em Dezembro de 2013	A categorização feita e validada pelos diversos stakeholders do comércio internacional foi enviado à OMC através do MIC

**Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017**

Nº	Designação da Reunião	Local e Data da Realização	Objetivos	Resultados
DIVISÃO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E ACORDOS MULTILATERAIS				
9	Encontro de Análise dos Estudos sobre o funcionamento do Terminal Especial de Exportações de Nacala (TEEN), Inspeção pré-embarque (IPE) e Inspeção não Intrusiva de Mercadorias (INI)		Pretendia-se neste encontro, analisar os estudos sobre a eficiência do funcionamento do TEEN, a possibilidade de migração da actual inspeção pré-embarque para a inspeção baseada no risco, no âmbito da recomendação do Acordo sobre facilitação do Comércio e abordagem do regime jurídico do funcionamento da INI.	As conclusões sobre o estudo foram submetidas à consideração superior
10	Encontro de apresentação do Projecto AIR CORP		O encontro tinha como objectivo a apresentação do Projecto “AIRCOP” que tem em vista a luta contra o tráfico de drogas por via aérea, através da criação das células aeroportuárias anti- tráfico (CAAT), integrando as Alfândegas, Policia de Protecção, Migração, Policia de Investigação Criminal e outras agências responsáveis pela luta contra a droga e crime transnacional	O MEF e o Gabinete Central de Prevenção e Combate a droga deverá orçamentar o projecto, que terá como impacto maior eficiência da AT na luta contra droga
11	Workshop de Validação da Categorização das Previsões do Acordo de Bali	Março de 2016	Validação da categorização das previsões do Acordo de Facilitação do Comércio (Acordo de Bali), assinado em Dezembro de 2013	Foram definidas as previsões que deverão entrar em vigor logo que o Acordo entrar em vigor, as que necessitarão de mais tempo e ainda as que necessitarão de mais tempo e assistência técnica
12	Participação da AT no 2º workshop regional de OMA/ ESA sobre o Acordo de Facilitação do Comércio	20 a 23 de Setembro 2016, gaberone, Botsuana	Partilhar experiências entre as as administrações Aduaneiras, Sector Privado, Organizações Internacionais e Comunidades Económicas Regionais, assim como Doadores no seio das Regiões Austral e Oriental de África, bem como expectativas, desafios e constrangimentos enfrentados nas acções com vista a implementação do AFC.	O workshop foi uma mais valia para o nosso país , visto que permitiu uma visao sobre o nível de implementação do AFC em relação aos outros países. Mocambique também concluiu a categorizacao das provisoes do Acordo de Facilitacao do Comercio.
13	3º Reunião do Fórum das Negociações da Zona Continental de Comércio Livre	30 de Setembro a 7 de Outubro de 2016, Addis Abeba, Etiópia	Teve como objectivo a análise e adopção dos princípios orientadores das negociações da ZCLC, da abordagem das Modalidades para as Negociações, dos Termos de Referência para os vários grupos de trabalho Técnico e análise do Plano de Trabalho das negociações da ZCLC.	No âmbito do propósito de defesa dos interesses nacionais a reunião foi muito útil, pois serviu para marcarmos o nosso posicionamento enquanto país nas matérias em discussao, o que podiamos oferecer e o que podiamos receber, no sentido da satisfação das necessidades de cada Estado Membro.
14	Comemorações do dia e da semana da SADC	Província de Maputo, 10 a 17 de Agosto de 2016	Objectivo de divulgação dos instrumentos jurídicos da SADC. Realizar palestras nas várias escolas e comunidades da Província para difusão do objectivo e contornos da SADC	Os palestrandos foram municiados com conhecimentos sobre a SADC, suas políticas, seus instrumentos jurídicos, âmbito, para que possam facilmente entrar nesta nova era rumo á globalização. Assim, facilmente podem entender as várias questões ligadas aos vários Acordos Comerciais e o porquê destes, com o único fim de satisfazer em primeiro lugar as necessidades do proprio cidadão.
15	Reunião com o INNOQ sobre IPE, no âmbito das acções visando a implementação do AIC.	Maputo	Teve como objectivo o cumprimento do estipulado no Acordo assinado em 2013 que recomendava o abandono da Inspeção Pré-embarque, classificação pautal e valoração das mercadorias. E ainda, aferir até que ponto o INNOQ poderia fazer o trabalho do controlo/certificação de qualidade das mercadorias	Com o fim do contrato da Intertek, discutiu-se a forma mais exequível de o INNOQ realizar os trabalhos de certificação que esta (Intertek) realizava, sobre valoração e classificação, e foram traçadas linhas directrizes para o alcance deste objectivo concreto.
16	Palestra aos funcionários da AT em formação paramilitar na Moamba	Moamba	Objectivo de fornecer conhecimentos gerais e técnicos aos formandos sobre o processo de Integração Regional, para sua aplicação no quotidiano laboral.	No final, os funcionários demonstraram ter apreendido as matérias ora administradas, o que vai elevar a prestação nos seus diversos locais de trabalho.

Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2016
e Perspectivas de Acções para 2017

Anexo VIII. – Parque de Viaturas da AT – 2016

Janeiro a Dezembro de 2016					
Classes	Direcções				Total por Classes
	Sede	DRS	DRC	DRN	
Motorizadas	0	24	42	21	87
Turismos	64	9	21	1	95
Station Wagon	10	1	4	3	18
Cabine Simples	25	44	49	38	156
Cabine Dupla	109	61	63	59	292
Mini Bus 15 Lugares	3	0	2	1	6
Mini Bus 30 Lugares	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camião	1	3	1	1	6
Total	215	143	185	125	668
Viaturas arroladas para o abate					121
Motorizadas arroladas para o abate					36
Total					157

Anexo IX. – Parque Imobiliário da AT – de 2016

Janeiro a Dezembro de 2016										
Nº	Local	Complexos Residenciais	Residências	P. Fronteiriços	Terminais	Escritórios	P. Cobrança Fixo	P. Cobrança Móveis	DAF	Total
1	Cidade de Maputo	0	1	0	4	19	5	0	2	31
2	Província de Maputo	7	46	4	2	23	8	0	3	93
3	Província de Gaza	0	6	3	1	6	3	2	3	24
4	Província de Inhambane	0	9	0	1	6	3	0	3	22
5	Província de Sofala	0	1	0	3	4	4	10	2	24
6	Província de Manica	1	16	4	2	14	7	3	1	48
7	Província de Tete	1	12	10	1	15	8	3	1	51
8	Província de Zambézia	0	29	3	1	22	11	3	3	72
9	Província de Nampula	2	46	0	2	15	2	4	3	74
10	Província de Niassa	0	23	4	1	13	9	4	3	57
11	Província de C. Delgado	0	17	3	0	10	3	0	2	35
	Sub- Total	11	206	31	18	147	63	29	26	531